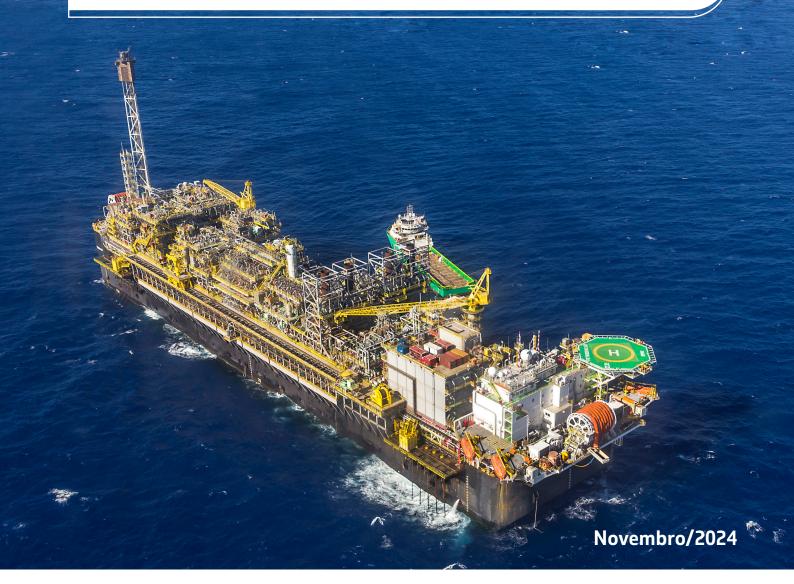


Estudo de Impacto Ambiental para a Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 4

Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)



Este RIMA atende a determinações do IBAMA, apontadas na Nota Técnica n.º 8/2020-COPROD/CGMAC/DILIC. O IBAMA adverte que parte das informações deste RIMA pode ser alterada em função da análise do Estudo de Impacto Ambiental em andamento.

QUEM SOMOS

Empresa responsável pela atividade em licenciamento

PETROBRAS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.

CNPJ: 33.000.167/0001-01

Endereço: Av. Henrique Valadares, n.º 28, Torre A - 18º andar -

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20031-170 Email:licenciamento.ep@petrobras.com.br

Telefone: (21) 2166-0747



Empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA

AMBIPAR RESPONSE ENVIRONMENTAL SERVICES LTDA

CNPJ: 10.550.896/0001-36

Endereço: Rua Manoel Feu Subtil, 60 - Sala 201, Enseada do Suá

Vitória/ES - CEP: 29.050-400

E-mail: alessandro.trazzi@ambipar.com

Telefone: (27) 3134-5350



Órgão responsável pelo licenciamento da atividade

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

Endereço: Praça 15 de Novembro, 42 – 12° andar - Centro

Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20010-010

Telefone: (21) 3077-4270 E-mail: coprod.rj@ibama.gov.br



Este Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) é um documento complementar ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA). O RIMA apresenta, em linguagem simplificada, as principais informações sobre a atividade que está sendo licenciada pelo IBAMA e sobre os seus impactos ambientais identificados. Caso tenha interesse em informações mais detalhadas, o EIA pode ser acessado no endereço http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Producao/

Este RIMA se refere à revisão 01 do EIA da Atividade de Produção e Escoamento d Petróleo e Gás Natural do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 4, a qual contemplou os pareceres técnicos do IBAMA n° 286/2022-Coprod/CGMac/Dilic e n° 166/2023-Coprod/CGMac/Dilic, a informação técnica conjunta da Fundação Florestal n° 008/2022- DLN/DLS/AT-LIC e o parecer técnico do IBAMA n° 189/2024-Coprod/CGMac/Dilic, que inclui as solicitações consideradas pertinentes das audiências públicas realizadas em 2023.

SUMÁRIO



INFORMAÇÕES INICIAIS

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) são documentos exigidos pelo órgão ambiental durante o processo de licenciamento ambiental.

O que é o EIA? É um estudo que apresenta os levantamentos técnicos e a avaliação das consequências para o ambiente resultante da instalação, operação e descomissionamento de um empreendimento.

O que é o RIMA? É um relatório que apresenta um resumo das principais informações sobre a atividade em licenciamento ambiental e seus impactos ambientais previstos no EIA.

O que é impacto ambiental?

De acordo com a Resolução Conama n.º 01/1986, Impacto ambiental é "qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I – a saúde, a segurança e o bemestar da população; II – as atividades sociais e econômicas; III – a biota; IV – as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V – a qualidade dos recursos ambientais".

O que é Licenciamento Ambiental? É um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente¹.

De acordo com a Resolução Conama n.º 237/1997, Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

O EIA/RIMA elaborado para a **Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos - Etapa 4** possui as informações que vão permitir a avaliação da viabilidade ambiental das atividades pretendidas.

Para melhorar a compreensão do conteúdo do EIA, foram utilizados recursos, como: mapas, fotografias, gráficos, entre outros para a elaboração do RIMA, além do emprego de notas com o significado de palavras e termos técnicos.

O EIA/RIMA do Etapa 4 foi elaborado de acordo com os critérios estabelecidos pelo **Termo de Referência**² n.º 8682998 emitido pelo IBAMA, órgão responsável por seu licenciamento ambiental.

²Documento emitido pelo IBAMA onde estão os critérios mínimos para elaboração do EIA/RIMA.

¹É uma lei que define os mecanismos e instrumentos de proteção do meio ambiente no Brasil. Sua finalidade é a↓ preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

PRÉ-SAL

A Camada Pré-Sal recebe esse nome por estar localizada abaixo de uma extensa camada de sal. É uma grande reserva de petróleo a uma profundidade de 7 mil a 8 mil metros abaixo do leito do mar.

Ela começou a ser formada há mais de 100 milhões de anos no espaço geográfico deixado pela separação dos continentes africano e americano.

Essa camada possui cerca de 800 quilômetros de extensão e 200 quilômetros de largura, e está localizada entre os estados do Espírito Santo e de Santa Catarina pertencendo à três bacias sedimentares: Espírito Santo, Campos e Santos.

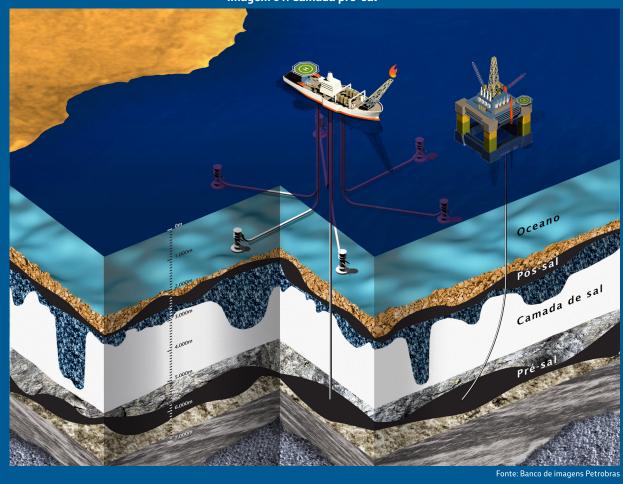


Imagem 01: Camada pré-sal

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE EM LICENCIAMENTO

O Projeto Etapa 4, desenvolvido pela empresa Petrobras, tem como objetivo produzir e escoar petróleo e gás natural do Pré-Sal da Bacia de Santos, dando continuidade aos Projetos Etapa 1, Etapa 2 e Etapa 3.

Para o Projeto Etapa 4, está prevista a instalação e a operação de 10 unidades de produção, localizados a distância mínima de 178 km da costa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com profundidade mínima de 1.880 m.

Essas unidades serão responsáveis por produzir petróleo e gás de 10 projetos.

No Quadro 1 são apresentados os 10 Projetos previstos para o Projeto Etapa 4 e os **blocos/campos** onde estão localizados.

Blocos: área onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural. Após a declaração de comercialidade³, passam a ser chamar campos.

Quadro 01: Localização dos Projetos previstos no Etapa 4.

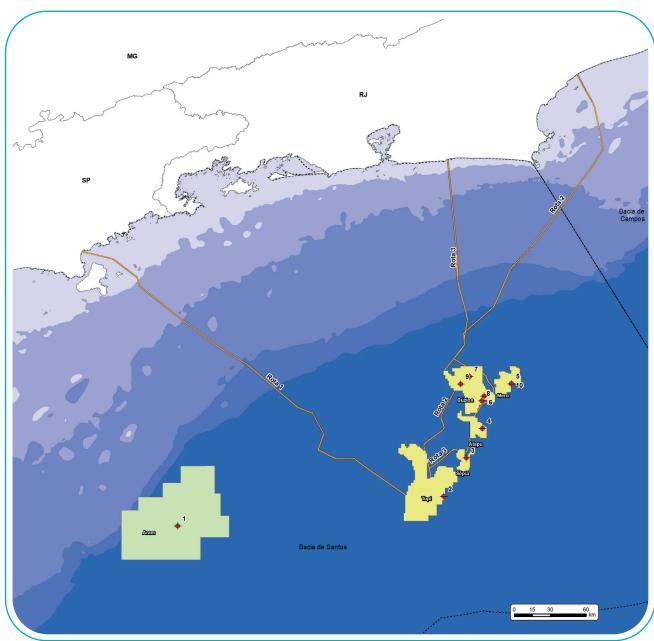
Projetos	BLOCO/CAMPO
Búzios 9 Búzios 10 Búzios 11 Búzios 12	Búzios
Sépia 2	Sépia
Atapu 2	Atapu
Mero FR Mero 5	Mero
Aram 1	Aram
Revitalização 1 de Tupi	Tupi

³ É quando o empreendedor (Petrobras) informa por escrito à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) uma Descoberta Comercial (área com potencial de produção confirmado).

Mapa 01: Localização das Unidades de Produção

1 DP de Aram 1 6 DP de Búzios 9
2 DP Revitalização 1 de Tupi 7 DP de Búzios 10
3 DP de Sépia 2 8 DP de Búzios 11
4 DP de Atapu 2 9 DP de Búzios 12
5 DP de Mero FR 10 DP de Mero 5





Legenda



Os 10 Projetos que compõem o Etapa 4 terão cerca de 152 poços, totalizando uma produção média estimada de 123 mil m³/dia de petróleo e 75 milhões de m³/dia de gás natural.

O tempo médio de operação previsto para cada uma das unidades é de 25 anos, o que correspondente ao período de <u>concessão</u>⁴ ou ao tempo para produção dos volumes negociados com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)⁵.

UNIDADE DE PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E/OU GÁS

As unidades de produção de petróleo e/ou gás utilizada no Projeto Etapa 4 serão naviosplataforma do tipo **FPSO** (*Floating, Production, Storage and Offloading*).

FPSO (*Floating, Production, Storage and Offloading*): sigla em inglês que caracteriza as principais funções do navio-plataforma:

- Ser uma unidade flutuante (Floating) que produz (Production);
- Armazena (Storage);
- Transfere sua produção (Offloading) para os chamados navios aliviadores.



⁴ Atribuição ou direito que o governo dá ao indivíduo ou empresa, para a exploração ou execução de serviços de utilidade pública.

⁵ Órgão regulador das atividades que integram as indústrias de petróleo e gás natural e de biocombustíveis no Brasil.

SISTEMA SUBMARINO

Além das unidades de produção, a produção de petróleo e gás engloba estruturas submarinas tais como:

- · Poços;
- · Linhas de produção, de injeção de água e gás e de serviço;
- Umbilicais de controle
- Árvores de Natal Molhada (ANM);
- **Manifolds**
- · Gasodutos de exportação.

Umbilicais de controle: conjunto de mangueiras e cabos elétricos e/ou ópticos. Faz a ligação das unidades de produção e os equipamentos submarinos.

Permite o controle hidráulico de equipamentos submersos e transmite sinais elétricos e/ou ópticos para monitoramento dos mesmos.

Serve de alimentação de energia elétrica ou injeção de produtos químicos, vindos da superfície.

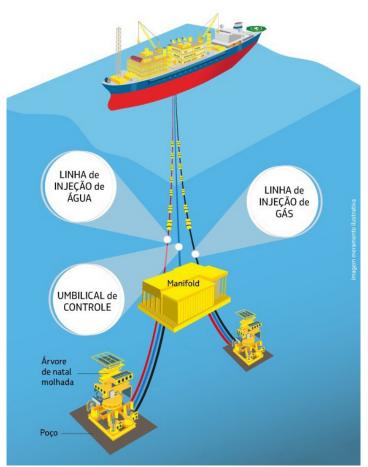
Árvore de Natal Molhada (ANM): Estrutura submarina instalada no leito marinho sobre os poços.

É constituída por um conjunto de válvulas, linhas de fluxo e um sistema de controle acionado remotamente pela unidade de produção.

Permite, de forma controlada, o fluxo de petróleo do poço para a unidade de produção garantindo controle e segurança da produção de petróleo e gás.

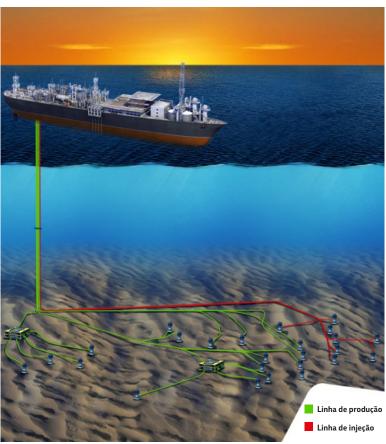
Manifold: Tem a função de interligar às Árvores de Natal Molhadas (ANMs) de forma a reduzir a quantidade de linhas que seguem para a unidade de produção.

Imagem 03: Esquema representativo do sistema submarino



Fonte: Wag Loop: saiba como essa tecnologia inédita pode resultar em economia na produção no présal | by Petrobras | Petrobras | Medium

Imagem 04: Representação esquemática do sistema submarino de produção de petróleo



Fonte: Banco de imagens Petrobras

O petróleo e o gás natural serão extraídos por meio de poços perfurados no fundo do mar e levados às unidades de produção por meio de **linhas**.

A instalação das unidades de produção e linhas é realizada por embarcações próprias para essa atividade, com auxílio de um equipamento chamado ROV (*Remotely Operated Vehicle*), que é um minissubmarino operado remotamente. Abaixo (nas imagens 05 e 06) são apresentados exemplos de embarcações utilizadas na instalação das unidades de produção.

Imagem 05: Exemplo de embarcação utilizada para instalação de linhas (dutos).



Fonte: Banco de imagens Petrobras

Imagem 06: Exemplo de ROV (Remotely Operated Vehicle).

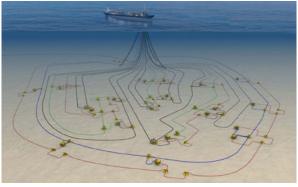


Fonte: 4500 m Remotely Operated Vehicle (ROV) - Schmidt Ocean Institute

Linhas: são dutos utilizados para transferência de óleo, água, gás e produtos químicos entre a unidade de produção e o poço. Elas são denominadas:

- **Linhas de Produção**, que fazem a ligação entre entre os poços produtores de óleo e gás e a unidade de produção.
- **Linhas de Injeção de água e gás**, que fazem a ligação entre as unidades de produção e os poços injetores de água e gás.
- **Linhas de serviço**, que fazem a ligação entre as unidades de produção e os espaços anulares dos poços para a injeção de produtos químicos.

Imagem 07: Interligação das linhas da unidade de produção aos poços.



Fonte: http://www.fmctechnologies.com

O petróleo extraído dos poços chega às unidades de produção, misturado com água e gás natural, sendo necessário realizar a separação e o tratamento. Tanto a separação como o tratamento ocorrem na própria unidade de produção. O óleo separado e tratado é transferido periodicamente para navios aliviadores e encaminhado aos terminais petrolíferos.

Já o gás natural, uma parte é utilizado como combustível na unidade de produção e o excedente é reinjetado no poço e/ou escoado por gasodutos para o continente. A água produzida é encaminhada para tratamento a bordo da unidade de produção antes de ser descartada para o mar, atendendo à legislação aplicável.

Neste processo de licenciamento, foram descritos três FPSOs, denominados "Teórico 1", "Teórico 2" e "FPSO Pioneiro de Libra" que representam todas as unidades de produção do Etapa 4. As principais características dos FPSOs Teórico 1, Teórico 2 e do Pioneiro de Libra encontram-se apresentadas no Quadro 02.

Quadro 02: Características das unidades de produção FPSOs Teórico 1, Teórico 2 e Pioneiro de Libra.

CARACTERÍSTICA	FPSO TEÓRICO 1	FPSO TEÓRICO 2	PIONEIRO DE LIBRA	
Empreendimentos	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Búzios 12, Aram 1 e Mero 5	Sépia 2, Atapu 2 e Revitalização 1 de Tupi	Mero FR	
Comprimento	Comprimento 345,30 m		310,15 m	
Processamento de óleo	225.000 bpd*	225.000 bpd* 180.000 bpd		
Processamento de gás	12 milhões de m³/d	7,2 milhões de m³/d	4,0 milhões de m³/d	
Tancagem (óleo + derivados + água oleosa)	Tancagem (óleo + derivados + água Até 460.000 m³		129.942m³	
Ancoragem	Spread Mooring	Spread Mooring	Turret System	

^{*} barris por dia

Nota: O FPSO Pioneiro de Libra é uma unidade já existente, que será remanejada de outra área.

A unidade de produção é fixada sobre o campo produtor com o auxílio de sistema de ancoragem e, por isso, pode ser utilizado em maiores profundidades, quando comparado à plataforma fixa.

TIPOS DE ANCORAGEM

Sistema de ancoragem *Spread Mooring:* nela, a unidade de produção fica posicionada pela conexão a vários pontos fixos espalhados (*spread*) ao redor da unidade de produção.

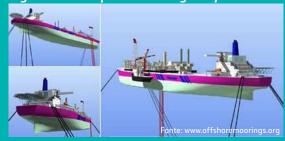
Imagem 09: Sistema de ancoragem Turret.



lmagem 10: Exemplo de navio AHTS (Anchor Hαndling Tug Supply) que poderá ser utilizado na instalação da ancoragem das unidades de produção.



Imagem 08: Exemplo de ancoragem Spread Mooring



Sistema de ancoragem *Turret System*: sistema de ancoragem por meio de um único ponto fixo instalado que permite um giro de 360° na unidade de produção.

Imagem 11: Estaca torpedo utilizada para fixar a unidade de produção nas coordenadas de lançamento pré-definidas.



INFRAESTRUTURAS DE APOIO

As fases de planejamento, instalação, operação e descomissionamento dos projetos demandam infraestruturas de apoio para o transporte de suprimentos e materiais em geral, transporte de passageiros, entre outros. As principais bases de apoio para atender as atividades da Etapa 4 são apresentadas a seguir:

Após certo período, a unidade marítima atinge sua fase final de produção, que é chamada de descomissionamento, sendo efetuado o encerramento das atividades, limpeza e remoção de estruturas e recuperação ambiental do local.

Portos

- · Complexo Portuário do Rio de Janeiro e Niterói (RJ);
- · Porto de Imbetiba (RJ);
- · Porto do Açu (RJ).

Aeroportos

- · Aeroporto de Cabo Frio (Cabo Frio/RJ);
- · Aeroporto de Jacarepaguá (Rio de Janeiro/RJ);
- · Aeroporto de Maricá (RJ).

Imagem 13: Aeroporto de Cabo Frio



Fonte: Cabo Frio Airport (2021).

Imagem 12: Complexo Portuário do Rio de Janeiro e Niterói (RJ)



Fonte: Nitshor

Imagem 14: Aeroporto de Jacarepaguá



Fonte: Infraero Aeroportos (2018).

Unidades de Tratamento de Gás Natural

- · Unidade de Tratamento de Gás de Caraquatatuba/SP (UTGCA);
- · Unidade de Tratamento de Gás de Cabiúnas (UTGCAB), Macaé/RJ;
- · Unidade de processamento de Gás Natural (UPGN), Itaboraí (RJ).

Imagem 15: Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba (UTGCA)



Fonte: Comunica Bacia de Santos (2021).

Imagem 16: Terminal de Cabiúnas (TECAB)



Imagem 17: Complexo de Energias Boaventura



Fonte: www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/polo-gaslub-itaborai.htm

· Incremento de embarcações de apoio as atividades do Etapa 4

Durante as atividades do Etapa 4 é esperado um aumento no número de embarcações de apoio e de atracações nos portos que atualmente ja são utilizados por outros empreendimentos da Bacia de Santos. Esse aumento se dará de forma gradual à medida que os projetos do Etapa 4 forem implementados, sendo mais intenso a partir de 2027, conforme pode ser visualizado nos gráficos abaixo.

Gráfico 01: Estimativa do número de embarcações acrescentadas para atendimento ao Etapa 4 entre 2025 e 2030.

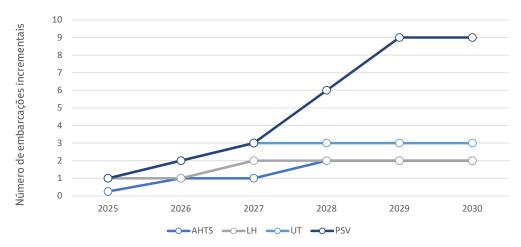
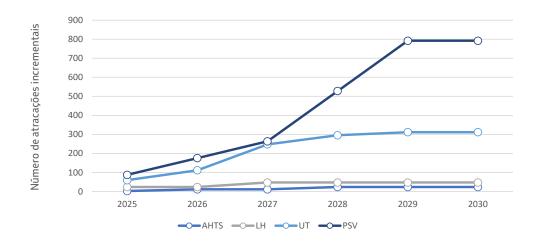


Gráfico 02: Estimativa do número de atracações acrescentadas para atendimento ao Etapa 4 entre 2025 e 2030.



Tipos de embarcações.

UT: embarcações rápidas utilizadas para transporte de pequenas cargas e cargas de emergência. **LH:** embarcações utilizadas para transporte de pequenas cargas entre unidades marítimas.

PSV: embarcações utilizadas para transporte de cargas pesadas.

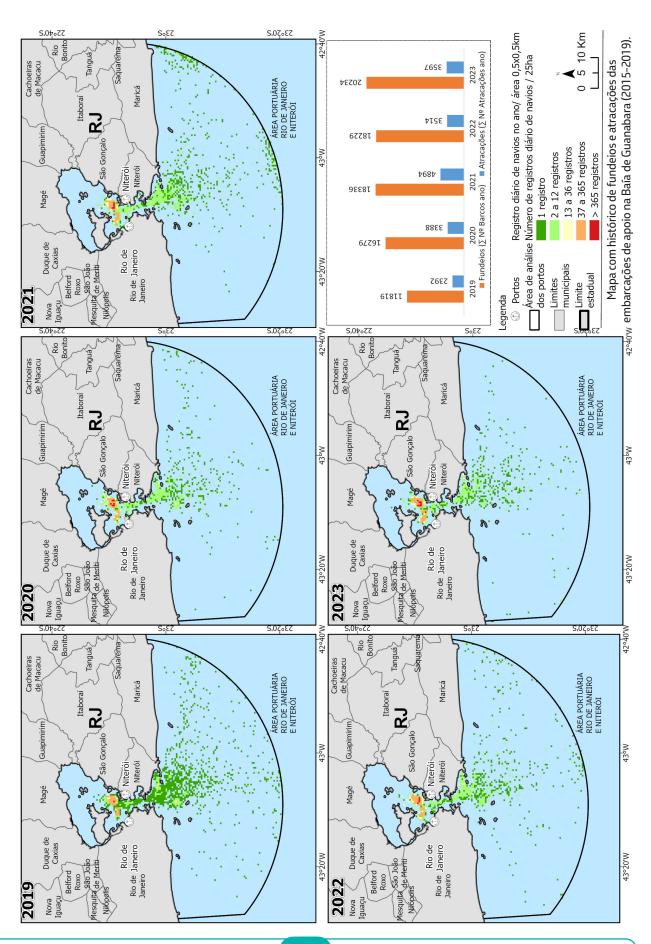
AHTS: embarcações para suporte às operações de ancoragem e de *offloading*.

A embarcação tipo PSV será a mais utilizada para o atendimento às atividades nos próximos cinco anos (2025 e 2030) no Projeto Etapa 4.

Imagem 18: Embarcação tipo PSV



Com base nos dados dos relatórios do Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações da Bacia de Santos – PMTE, dos anos de 2019 a 2023, os valores de uso das áreas de manobra e fundeio na Baía de Guanabara diminuiram ao longo dos anos, conforme apresentado nos mapas abaixo.

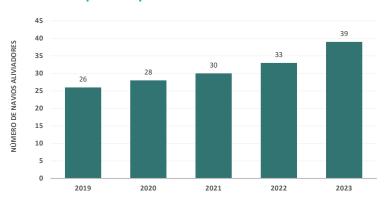


Periodicidade de transferência do óleo extraído das unidades de produção para os navios aliviadores

A transferência de óleo das unidades de produção para os navios aliviadores está prevista para ocorrer a cada sete dias. Um mesmo navio aliviador poderá realizar a coleta em mais de uma unidade de produção por viagem.

A quantidade de embarcações envolvidas no processo de transporte dos óleos extraídos da Bacia de Santos variou, conforme Gráfico 03.

Gráfico 03: Numero de navios aliviadores que, em média, operaram por ano na Bacia de Santos.



Fonte: PMTE (2019, 2020, 2021, 2022 e 2023).

O Quadro 03 apresenta as possibilidades de destino do óleo produzido no Etapa 4 e o destino do óleo produzido nos anos de 2015 a 2023, segundo os relatórios do PMTE.

Quadro 03: Terminais utilizados para recebimentos dos óleos extraídos na Bacia de Santos

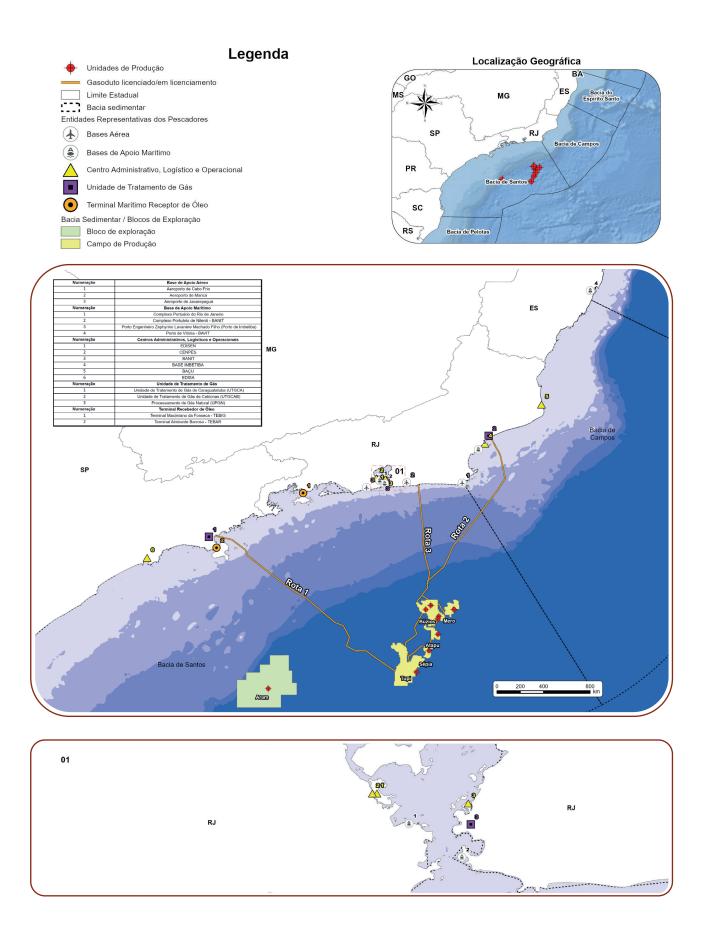
TERMINAL	UF	2019	2020	2021	2022	2023	"PREVISÃO ETAPA 4"
Rio de Janeiro	RJ	Х	Х	Х	Х	Х	х
São Sebastião	SP	Х	Х	Х	Х	х	Х
Angra dos Reis	RJ	Х	Х	Х	Х	Х	Х
São Francisco do Sul	SC	Х	Х	Х	Х	Х	Х
Porto do Açu	RJ	Х	Х	Х	Х	Х	Х
Madre de Deus	BA	Х	Х	Х	Х	Х	Х
Suape	PE	Х	Х	Х	Х	Х	Х
Tramandaí	RS	Х	Х	Х	Х	Х	Х
Rio Grande	RS	-	-	-	-	-	-
Vitória	ES	-	-	-	-	-	-
Outros		-	-	-	-	-	-

Fonte: PMTE (2019, 2020, 2021, 2022 e 2023).

Imagem 19: TEBIG - Terminal Marítimo Almirante Maximiano da Fonseca, em Angra dos Reis/RJ



Mapa 03: Localização do empreendimento e infraestrutura de apoio da Petrobras na Bacia de Santos.



GERAÇÃO DE RESÍDUOS E EFLUENTES

Durante a instalação, operação e descomissionamento das unidades de produção do Projeto Etapa 4 haverá geração de resíduos e efluentes tanto nas unidades de produção como nas embarcações de apoio.

Resíduos

Os resíduos das unidades de produção e das embarcações de apoio serão resíduos comuns (refeitório, hotelaria, etc.); resíduos recicláveis (atividades administrativas, etc.) e resíduos perigosos (óleos, lâmpadas, baterias, etc.).

Para o correto gerenciamento dos resíduos sólidos, serão implementados os procedimentos de: separação, coleta, armazenamento temporário, transporte, tratamento e disposição final por empresas licenciadas em terra.

De acordo com as características o tratamento poderá ser: reciclagem, reaproveitamento ou tratamento específico. Apenas os resíduos alimentares serão descartados no mar, após trituração, em atendimento à legislação.

Efluentes

Nas unidades de produção e embarcações de apoio serão gerados efluentes sanitários e oleosos (resultantes da drenagem da embarcação). O resíduo é aquilo que não serve para você, mas para outros pode se tornar matéria-prima de um novo produto ou processo. Já o resíduo comum, também conhecido como lixo, é tudo aquilo que não se quer mais e deve receber destino adequado.

Nas unidades de produção, haverá também a geração dos efluentes da separação da água que é extraída junto com o petróleo e o gás natural e o efluente da **Unidade de Remoção de Sulfatos (URS)**.

Unidade de Remoção de Sulfatos (URS): Sua função é reduzir o teor de sulfatos (sais) da água do mar para que a mesma seja injetada nos poços.

Os efluentes descartados no mar estarão em conformidade com os padrões de lançamento da legislação vigente.

Efluentes: são resíduos provenientes de processos produtivos ou do consumo humano. Os efluentes podem ser líquidos ou gasosos, também podem ser subdivididos entre efluentes domésticos e efluentes industriais.

EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Durante a fase de instalação e descomissionamento, as principais fontes de **emissões atmosféricas** são provenientes de equipamentos que operam consumindo somente diesel. Já na fase de operação, as emissões são resultantes do consumo de gás natural e diesel na geração de energia (turbogeradores, caldeiras), sistemas de compressão e na queima de gás em tocha (*flare*)⁶.

Emissões atmosféricas: lançamento na atmosfera de qualquer matéria líquida, sólida ou gasosa. Em função da concentração de CO₂ presente no gás produzido pelos reservatórios do Pré-Sal, uma das premissas dessa produção é a separação deste CO₂ e a sua reinjeção no reservatório, de modo a contribuir com a redução das emissões de **gases de efeito estufa**.

Os gases de efeito de estufa são substâncias gasosas que absorvem parte da radiação infravermelha, emitida principalmente pela superfície terrestre, dificultando seu escape para o espaço; impedindo a perda de calor e mantendo o planeta Terra aquecido. O Dióxido de Carbono (CO₂) está entre os gases internacionalmente reconhecidos como gases de efeito estufa.

⁶ Flare: Utilizado para queimar o gás quando há necessidade de aliviar a pressão nos equipamentos, de forma a manter a segurança operacional.

ALTERNATIVAS LOCACIONAIS E TECNOLÓGICAS

ALTERNATIVAS LOCACIONAIS

O que é Alternativa Locacional? É a escolha do local onde será implantado um empreendimento. É obtida a partir de estudos preliminares onde são avaliadas as particularidades de cada área analisada.

Para o Etapa 4, foram identificados possíveis obstáculos ao longo do trajeto planejado e em áreas próximas ao local de instalação das unidades de produção, dos equipamentos submarinos e dos traçados dos gasodutos e linhas de coleta.

Além disso, são realizados estudos que avaliam a estabilidade da região na qual será realizada a instalação das estruturas submersas.

Dessa forma, foram priorizadas áreas mais planas e com relevo de fundo mais estáveis.

A definição das localizações e das rotas de lançamento levou em consideração as informações que a Petrobras possui da região.

Já para a definição da localidade específica das unidades de produção, também se buscou diminuir a área total ocupada pelas linhas e equipamentos submarinos.

ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS

O que é Alternativa Tecnológica? Referem-se às opções de tipo de plataforma (Unidade de Produção) avaliadas para o Projeto Etapa 4. Após uma avaliação criteriosa, foi escolhida a opção que apresentou ser a mais favorável para o atendimento às atividades do Projeto Etapa 4 e a sua sustentabilidade.

A escolha do tipo de unidade de produção a ser utilizada considerou:

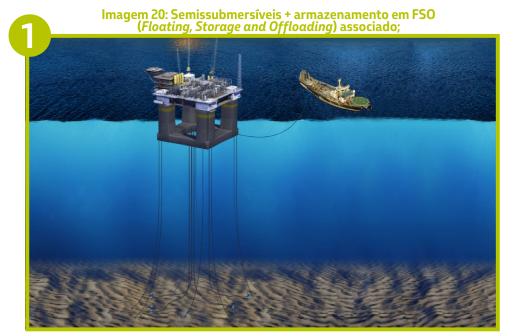
- · Distância até a costa:
- · Profundidade;
- · Número de poços produtores;
- · Aspectos operacionais e de segurança, que resultam em menor interferência com o meio ambiente:
- · Maior confiabilidade nas operações;
- · Melhores alternativas para aproveitamento do gás produzido em cada unidade de produção.

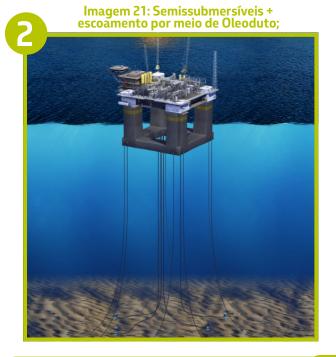
O estudo de alternativas tecnológicas indicou três categorias de unidades de produção de petróleo e/ou gás:

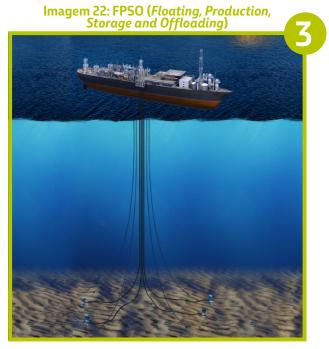
- 1. Semissubmersíveis + armazenamento em FSO (Floating, Storage and Offloading) associado;
- 2. Semissubmersíveis + escoamento por meio de Oleoduto;
- 3. FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading).

Partindo do ponto de vista econômico e ambiental, a alternativa 3 foi a unidade de produção considerada mais viável, devido à maior capacidade de armazenamento, além do escoamento do óleo produzido durante as atividades que será realizada por meio de navios aliviadores. Em razão da grande capacidade de armazenamento das unidades, essa transferência poderá ser feita em menor frequência.

Atualmente a Petrobras tem grande experiência na operação de FPSOs principalmente nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo.







FASES E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA ATIVIDADE

FASE PLANEJAMENTO

A fase de planejamento do Etapa 4 considerou as questões ambientais relacionadas às atividades de produção e às características específicas de cada unidade de produção, com base nas melhores práticas de segurança, meio ambiente e saúde, seguindo as diretrizes do Sistema de Gestão implementado na Petrobras.

Para o planejamento do sistema submarino foram considerados pontos, como: a localização das unidades de produção, o traçado dos gasodutos e o posicionamento dos poços e das estruturas submarinas.

As características dos componentes do sistema submarino são cuidadosamente estudadas de forma a diminuir o comprimento das linhas, evitar pontos ambientalmente sensíveis e permitir maior agilidade e facilidade no lançamento.

FASE DE INSTALAÇÃO

É a fase que ocorrerá a instalação das unidades de produção e seus sistemas submarinos (dutos e equipamentos). Nessa etapa ocorre a ancoragem da unidade de produção e a interligação dos poços.

Imagem 23: Na ancoragem são utilizados estacas do tipo torpedo.



Fonte: Banco de imagens Petrobras

Imagem 24: Instalação dos manifolds



Fonte: Petróleo Hoje

FASE DE OPERAÇÃO

Corresponde ao período de operação das unidades de produção, quando efetivamente o óleo e o gás serão produzidos. Nesta fase, ocorre a arrecadação de <u>royalties</u>⁷ e participações especiais conforme previsto em lei.

FASE DE DESCOMISSIONAMENTO

É a etapa que ocorre o descomissionamento das unidades de produção, dos poços e dos equipamentos submarinos utilizados na operação, após o fim das atividades de produção.

⁷Os royalties são uma compensação financeira devida à União aos estados, ao DF, e aos municípios beneficiários pelas empresas que produzem petróleo e gás natural no território brasileiro: uma remuneração à sociedade pela exploração desses recursos não renováveis.

As fases de instalação, operação e descomissionamento dos projetos de produção e escoamento de petróleo e gás da Bacia de Santos demandam infraestruturas de apoio tais como: estaleiros; oficinas de manutenção e fabricação; terminais de cargas e abastecimento; pátios de dutos; centros administrativos, logísticos e operacionais; áreas de disposição de resíduos e rejeitos; terminais recebedores de óleo escoado por navios aliviadores e refinarias.

MÃO DE OBRA

Na **fase de Planejamento** do Projeto Etapa 4, não há previsão de geração de novos postos de trabalho. São estimados por volta de 500 profissionais, contudo, essa mão de obra será remanejada de outras atividades/áreas da Petrobras.

Durante a **fase de Instalação**, não há previsão de geração de novos postos de trabalho. Serão utilizadas embarcações de apoio já contratadas e que atendem a outros projetos da Petrobras; não sendo esperado o incremento da frota e dos postos de trabalho uma vez que os 6.149 postos já se encontram ocupados por mão de obra especializada já existente na Petrobras.

Na **fase de Operação** do Projeto Etapa 4, estima-se 964 profissionais da Petrobras sejam realocados de outras atividades. É prevista a criação de 1.596 postos de trabalho terceirizados, sendo 996 para atuação dos FPSOs Afretados e 600 nos FPSOs próprios conforme pode ser visto no **Grafico 04.**

Gráfico 04: Mão de obra mobilizada na fase de operação do Etapa 4.

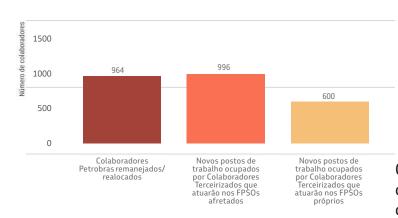
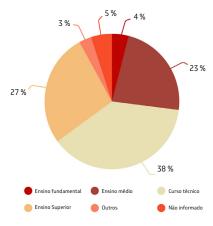


Gráfico 05: Grau de escolaridade.

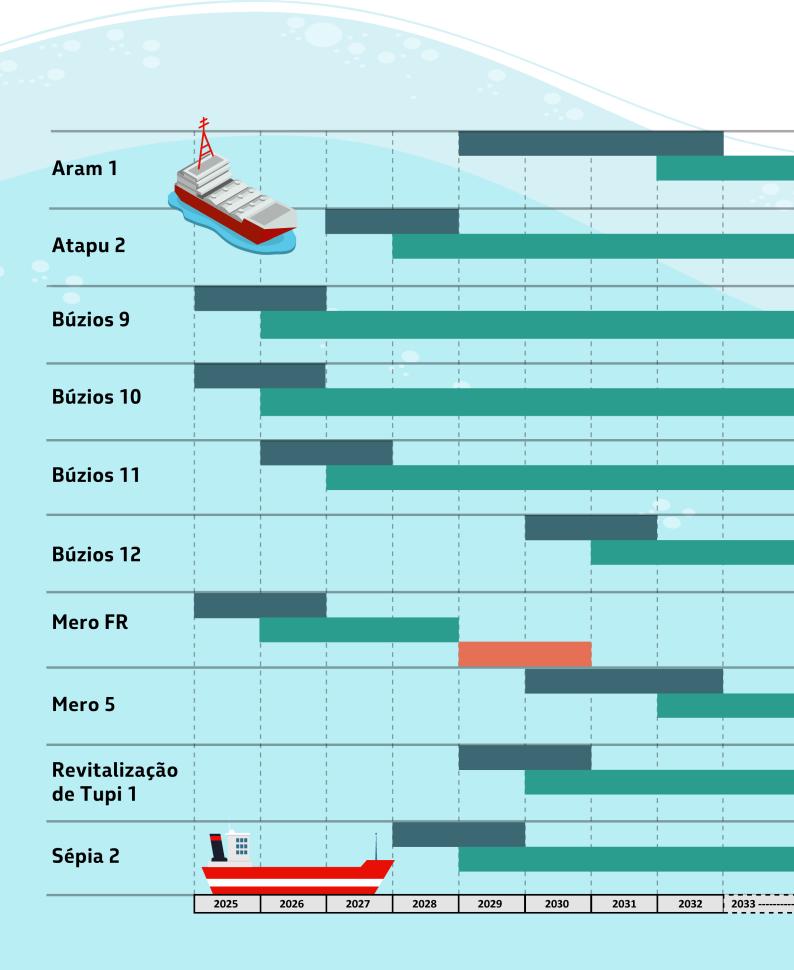


O gráfico acima apresenta o percentual dos profissionais alocados em unidades de produção, por grau de escolaridade.

Para o FPSO Pioneiro de Libra, não há expectativa de criação de novos postos de trabalho além dos 200 colaboradores que já atuam na operação da unidade de produção.

CRONOGRAMA

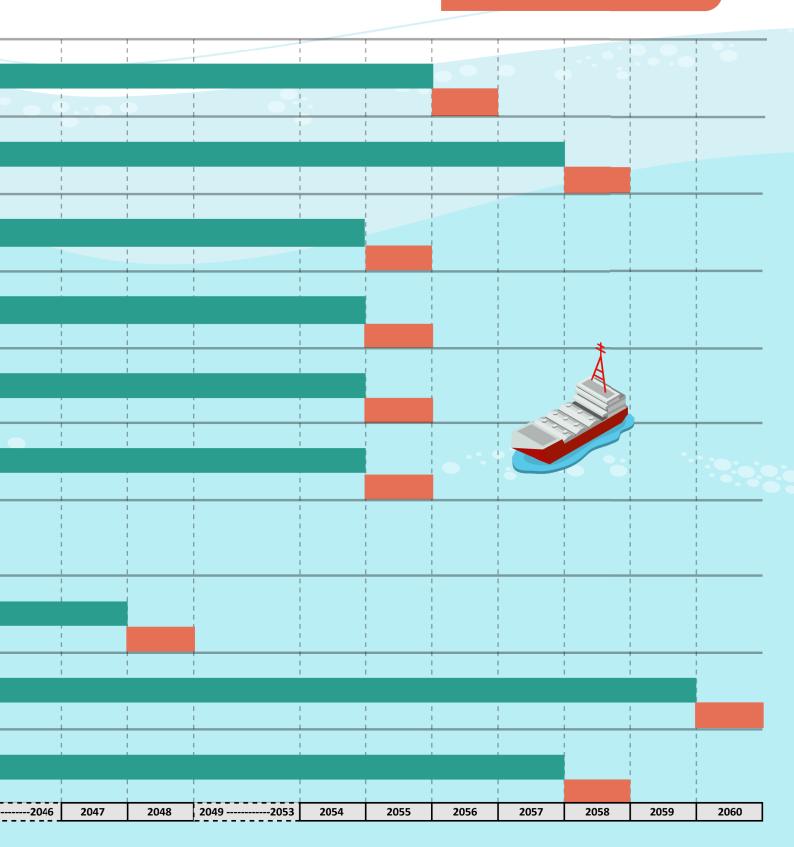
Cada uma das 10 unidades de produção do Etapa 4 possui uma etapa de instalação, operação e descomissionamento, conforme apresentado na linha do tempo a seguir.



Fase de Instalação

Fase de Operação

Fase de Descomissionamento



ÁREA DE INFLUÊNCIA

O que é área de influência? De acordo com legislação Conama n.º 01/19868, a área de influência é definida como os limites geográficos de uma região que é afetada, direta ou indiretamente, pelos impactos causados por um empreendimento, sendo os impactos caracterizados por qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, que afetem de forma direta ou indireta: a saúde e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; o conjunto de todos os seres vivos de uma região (biota); as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais. Assim, os impactos podem atingir de formas distintas os meios físico (ar, água, solo e etc.), biótico (animais e plantas) e socioeconômico.

MEIO FÍSICO E BIÓTICO

Os critérios utilizados para a delimitação da área de influência dos meios físico e biótico levaram em consideração as áreas de instalação das unidades de produção; as áreas utilizadas por todas as embarcações envolvidas nas atividades previstas no Projeto Etapa 4, as áreas utilizadas por todas as aeronaves envolvidas nas atividades previstas no Projeto Etapa 4 e áreas sujeitas aos impactos decorrentes do descarte de efluentes, conforme apresentado no Quadro 04.

Quadro 04: Área de Influência para os Meios Físico e Biótico.

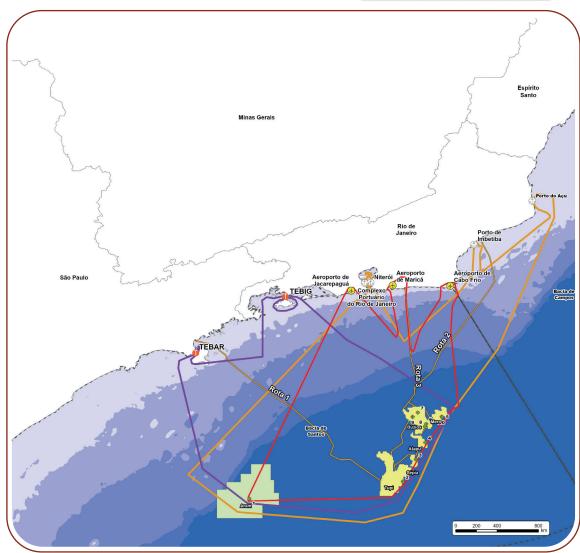
CRITÉRIOS PARA DELIMITAÇÃO DA ÀREA DE INFLUÊNCIA (AI) - MEIO FÍSICO E BIÓTICO							
Áreas de instalação do Etapa 4				Áreas suscetíveis aos impactos decorrentes do descarte de efluentes			
AREA DE INFLUENCIA (AI) - MI	Local de instalação das unidades de produção, um raio de 500 m no entorno das unidades de produção, um raio de 10 metros no entorno das linhas, um raio de 30 metros para os equipamentos submarinos e sistemas de ancoragem e dos gasodutos de exportação (Rota 1, Rota 2 e Rota 3).	Rotas das embarcações, apoio e aliviadores, envolvidas nas atividades previstas, partindo das bases de apoio marítimo e dos terminais recebedores de óleo, para a área do Etapa 4.	Aeroportos de Jacarépagua, Maricá e Cabo Frio e a rota das aeronaves partindo desses para a área da Etapa 4.	Raio de 500m no entorno das das uni- dades.			

⁸ O Conselho Nacional do Meio Ambiente (**Conama**) é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente ← (SISNAMA). O conselho foi instituído pela Lei 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

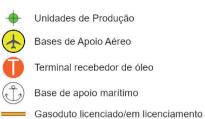
Mapa 04: Área de influência do meio físico e biótico

- 1 DP de Aram 1
- 2 DP Revitalização 1 de Tupi 7 DP de Búzios 10
- 3 DP de Sépia 2
- 4 DP de Atapu 2
- DP de Mero FR
- 6 DP de Búzios 9
- 8 DP de Búzios 11
- DP de Búzios 12
- 10 DP de Mero 5





Legenda



Rotas Aereas

Área de Tráfego de Embarcações de Apoio

Área de Tráfego de Embarcações de Alivio Raio de 500m a Partir das Unidades de Produção Limite Estadual Bacias Sedimentares Bacia Sedimentar / Blocos de Exploração Bloco de exploração Campo de Produção

MEIO SOCIOECONÔMICO

Os critérios utilizados para a delimitação da área de influência do meio socioeconômico consideraram os municípios que possuem instalações industriais e de apoio envolvidas nas atividades previstas (portos, aeroportos, centros administrativos, gasodutos de exportação - trecho terrestre - e unidades de tratamento de gás); municípios que fazem parte da rede de fornecedores de insumos e serviços envolvidos nas atividades previstas.

Quadro 05: Municípios integrantes da área de influência para o Meio Socioeconômico.

Quadro ost transcipios integrantes ad area de initiacinala para o treto socioceonomico.								
		CRITÉRIOS PARA DELIMITAÇÃO DA AI - MEIO SOCIOECONÔMICO						
UF	MUNICÍPIOS	Municípios que possuem instalações industriais e de apoio envolvidas nas atividades previstas						
		Portos/ Terminais	Aeroportos	Centros administrativos	Gasodutos de exportação (trecho terrestre)	Unidades de tratamento de gás		
	São João da Barra							
	Macaé							
	Cabo Frio							
	Arraial do Cabo							
	Araruama							
	Saquarema							
	Maricá							
	Niterói							
RJ	São Gonçalo							
	Itaboraí							
	Guapimirim							
	Magé							
	Duque de Caxias							
	Rio de Janeiro							
	Itaguaí							
	Mangaratiba							
	Angra dos Reis							
	Paraty							
	Ubatuba							
	Caraguatatuba							
	São Sebastião							
C D	Ilhabela							
SP	Bertioga							
	Santos							
	Guarujá							
	Cananéia							

Zona de Produção Principal (ZPP): municípios localizados no litoral, em frente aos poços produtores, de acordo com as definições do IBGE⁹ e os municípios onde estiverem localizadas três ou mais instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural.

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica (IBGE) é o principal fornecedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil. 🤈

Os critérios adotados consideram ainda os municípios que tenham previsão de se tornarem beneficiários de *royalties*; municípios que desenvolvam atividades de pesca e, aquicultura em sobreposição com as atividades previstas; e municípios que desenvolvam atividades de turismo em sobreposição com as atividades previstas, conforme apresentado no quadro abaixo.

UF	MUNICÍPIOS	Municípios que fazem parte da rede de fornecedores de insumos e serviços envolvidos nas	Municípios que tenham previsão de se tornarem beneficiários de <i>royalties</i>		Municípios que desenvolvam atividades de pesca e, aquicultura em	Municípios que desenvolvam atividades de turismo em
		atividades previstas	ZPP	ZPS	sobreposição com as atividades previstas	sobreposição com as atividades previstas
	São João da Barra					
	Macaé					
	Cabo Frio					
	Arraial do Cabo					
	Araruama					
	Saquarema					
	Maricá					
	Niterói					
RJ	São Gonçalo					
	Itaboraí					
	Guapimirim					
	Magé					
	Duque de Caxias					
	Rio de Janeiro					
	Itaguaí					
	Mangaratiba					
	Angra dos Reis					
	Paraty					
	Ubatuba					
	Caraguatatuba					
	São Sebastião					
SP	Ilhabela					
וכ	Bertioga					
	Santos					
	Guarujá					
	Cananéia					

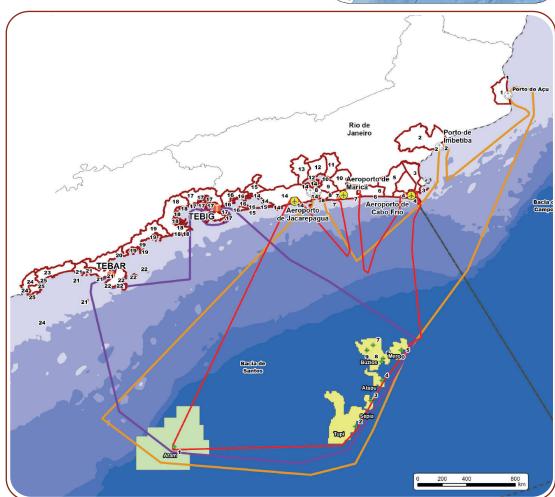
Zona de Produção Secundária: municípios atravessados por oleodutos ou gasodutos, incluindo as respectivas estações de compressão e bombeio, ligados diretamente ao escoamento da produção.

MEIO SOCIOECONÔMICO

Mapa 05: Área de Influência do Meio Socioeconômico

- 1 DP de Aram 1
- 2 DP Revitalização 1 de Tupi 7 DP de Búzios 10
- 3 DP de Sépia 2
- 4 DP de Atapu 2
- 5 DP de Mero FR
- 6 DP de Búzios 9
- 8 DP de Búzios 11
- 9 DP de Búzios 12
- 10 DP de Mero 5





Legenda

Unidades de Produção

Bases de Apoio Aéreo



Terminal recebedor de óleo



Base de apoio marítimo





Área de Tráfego de Embarcações de Apoio

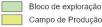


Área de Tráfego de Embarcações de Alivio Raio de 500m a Partir das Unidades de Produção



Limite Estadual Bacias Sedimentares

Bacia Sedimentar / Blocos de Exploração

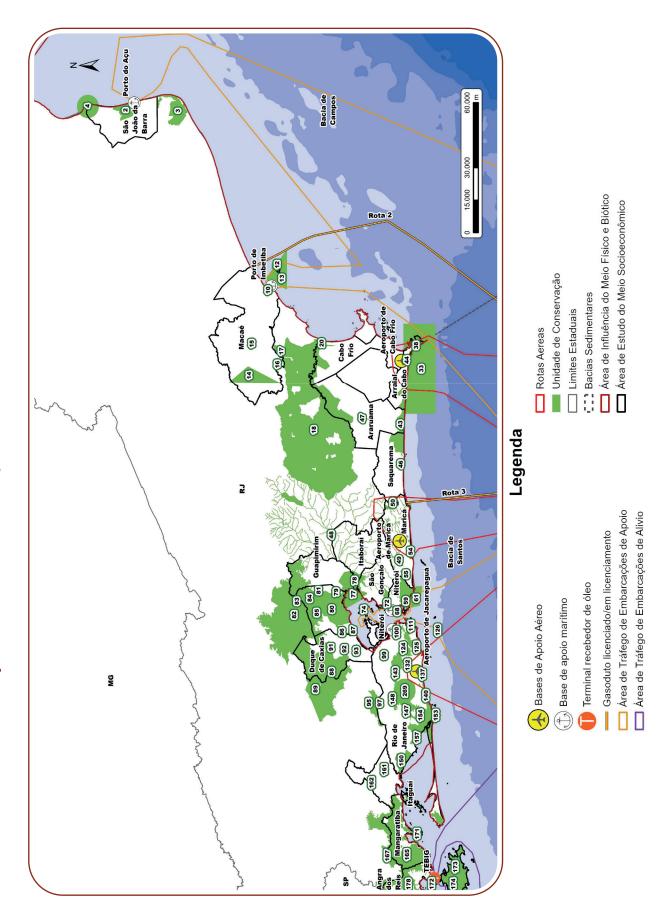


Campo de Produção

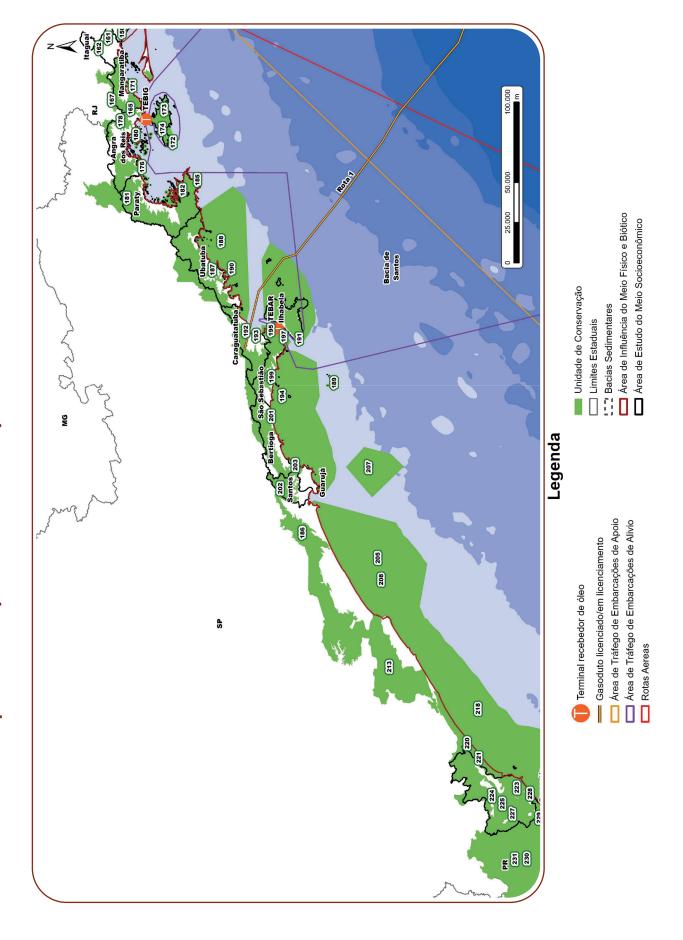
Área de Influência do Meio Socioeconômico

	ID	Município	ID	Município
. 3	1	São João da Barra	14	Rio de Janeiro
	2	Macaé	15	Itaguaí
	3	Cabo Frio	16	Mangaratiba
	4	Arraial do Cabo	17	Angra dos Reis
	5	Araruama	18	Paraty
	6	Saquarema	19	Ubatuba
	7	Maricá	20	Caraguatatuba
	8	Niterói	21	São Sebastião
	9	São Gonçalo	22	Ilhabela
	10	Itaboraí	23	Bertioga
	11	Guapimirim	24	Santos
	12	Magé	25	Guarujá
	13	Duque de Caxias	26	Cananéia

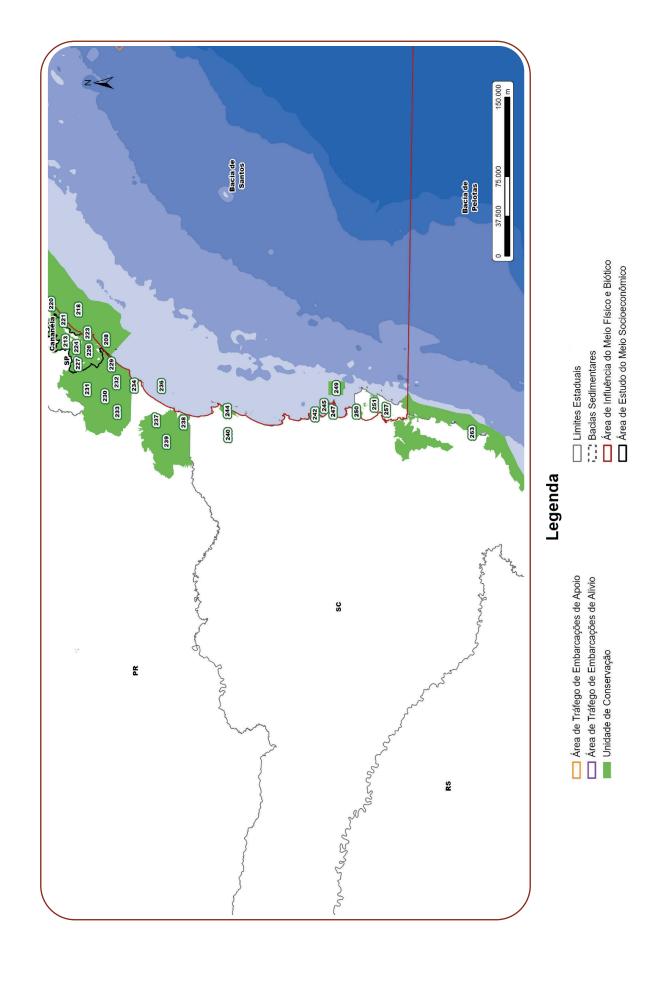
Mapa 06: Unidades de Conservação inseridas na Área de Influência



Mapa 06: (Continuação) Unidade de Conservação inseridas na Área de Influência



Mapa 06: (Continuação) Unidade de Conservação inseridas na Área de Influência



Quadro 06: Unidades de Conservação inseridas na Área de Influência (em verde)

	I		
2	Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba	47	Área de Proteção Ambi Vista
۷	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Caruara	48	Área de Proteção Amb
3	Parque Estadual Lagoa do Açu	49	Área de Proteção Amb
4	Área de Proteção Ambiental da CEHAB	50	Reserva Particular do I
5	Área de Proteção Ambiental da Lagoa de Cima		II
6	Área de Proteção Ambiental Waldeir Gonçalves – Serra do Itaoca	51	Refúgio de Vida Silves Maricá
7	Parque Nacional Restinga de Jurubatiba	52	Monumento Natural M
8	Parque Natural Municipal da Restinga do Barreto	53	Área de Relevante Inte
9	Parque Natural Municipal do Estuário do Rio Macaé		Espraiado
10	Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio Sumi- douro e Sítio Peito de Pomba	54 55	Área de Proteção Amb Monumento Natural M
11	Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Barra do Sana	56	Parque Estadual da Se
12	Parque Natural Municipal do Arquipélago de Santana	57	Monumento Natural III
13	Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de San-	58	Monumento Natural Pr
	tana	59 60	Refúgio de Vida Silves Área de Proteção Amb
14 15	Área de Proteção Ambiental do Sana		de Niterói
15	Parque Natural Municipal Atalaia Gualter Corrêa de Faria	61	Reserva Extrativista M
16	Reserva Particular do Patrimônio Natural Ponte do	62	Parque Natural Munici
	Baião	63	Área de Proteção Amb
17	Reserva Biológica da União	64	Área de Proteção Amb
18	Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/	65	de Santa Cruz e dos Fo Monumento Natural III
10	Mico Leão	66	Área de Proteção Amb
19 20	Reserva Biológica de Poço das Antas Parque Natural Municipal Mico-Leão-Dourado	67	Monumento Natural III
21	Parque Municipal da Mata do Rio São João	68	Monumento Natural Pe
22	Parque Estadual Costa do Sol	69	Monumento Natural III
23	Área de Proteção Ambiental do Pau Brasil	70	Monumento Natural Pe
24	Parque Municipal do Morro do Mico	71	Área de Proteção Amb
25	Parque Municipal da Gambôa	72	Área de Proteção Amb
26	Parque Natural Municipal Dormitório das Garças		Morro do Castro
27	Parque Municipal da Boca da Barra	73	Parque Natural Munici
28	Área de Proteção Ambiental Serra da Sapiatiba	74	Parque Natural Munici
29	Parque Municipal da Praia do Forte	75	Área de Proteção Amb
30	Parque Municipal das Dunas	7.5	Jequiá
31	Área de Relevante Interesse Ecológico Municipal o	76	Área de Relevante Inte
	Morro do Miranda	77	Área de Proteção Amb
32	Parque Natural Municipal da Fábrica	78 79	Estação Ecológica de G Reserva Particular do I
33	Reserva Extrativista Marinha Arraial do Cabo	80	Área de Proteção Amb
34	Área de Relevante Interesse Ecológico Municipal das Prainhas	81	Reserva Particular do I
35	Área de Proteção Ambiental Municipal do Morro da Cabocla	82	teiro Geraldo Hugo Nu Área de Proteção Amb
36	Parque Municipal Praia do Forno	83	Parque Nacional Serra
37	Reserva Ecológica da Ilha de Cabo Frio	84	Reserva Particular do I
38	Reserva Biológica do Pontal do Atalaia	85	Reserva de Desenvolvi
39	Parque Municipal da Praia do Pontal		Noivas
40	Área de Relevante Interesse Ecológico Municipal do	86	Área de Proteção Amb
	Morro do Vigia	87	Parque Natural Munici
41	Parque Natural Municipal da Restinga da Massambaba	88	Área de Proteção Amb
42	Reserva Biológica das Orquídeas	89	Reserva Biológica do T
43	Área de Proteção Ambiental de Massambaba	90	Parque Natural Munici
44	Reserva Biológica do Brejo do Espinho	91	Reserva Biológica do Pa
45	Reserva Ecológica de Jacarepiá	92	Parque Natural Munici
46	Reserva Particular do Patrimônio Natural Mato Grosso	93	Área de Proteção Amb

ciiua	s na Área de Influência (em verde)
47	Área de Proteção Ambiental Municipal Morro da Boa
	Vista
48	Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Macacu
49	Área de Proteção Ambiental das Serras de Maricá
50	Reserva Particular do Patrimônio Natural Mato Grosso II
51	Refúgio de Vida Silvestre Municipal Das Serras de Maricá
52	Monumento Natural Municipal Pedra de Inoã
53	Área de Relevante Interesse Ecológico da Cachoeira do Espraiado
54	Área de Proteção Ambiental de Maricá
55	Monumento Natural Municipal da Pedra de Itaocaia
56	Parque Estadual da Serra Da Tiririca
57	Monumento Natural Ilha do Modesto
58	Monumento Natural Praia do Sossego
59	Refúgio de Vida Silvestre Ilha do Pontal
60	Área de Proteção Ambiental das Lagunas e Florestas de Niterói
61	Reserva Extrativista Marinha de Itaipu
62	Parque Natural Municipal de Niterói
63	Área de Proteção Ambiental do Morro da Viração
64	Área de Proteção Ambiental do Morcego, da Fortaleza de Santa Cruz e dos Fortes do Pico e do Rio Branco
65	Monumento Natural Ilha dos Amores
66	Área de Proteção Ambiental do Morro do Gragoatá
67	Monumento Natural Ilha de Boa Viagem
68	Monumento Natural Pedra de Itapuca
69	
	Monumento Natural Ilha dos Cardos
70	Monumento Natural Pedra do Índio
70 71	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida
70	Monumento Natural Pedra do Índio
70 71 72 73	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo
70 71 72	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos
70 71 72 73	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo
70 71 72 73 74	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do
70 71 72 73 74 75 76 77	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim
70 71 72 73 74 75 76 77 78	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Esco-
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes Área de Proteção Ambiental de Petrópolis
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes Área de Proteção Ambiental de Petrópolis Parque Nacional Serra dos Órgãos
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes Área de Proteção Ambiental de Petrópolis Parque Nacional Serra dos Órgãos Reserva Particular do Patrimônio Natural El Nagual Reserva de Desenvolvimento Sustentável Véu das
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes Área de Proteção Ambiental de Petrópolis Parque Nacional Serra dos Órgãos Reserva Particular do Patrimônio Natural El Nagual Reserva de Desenvolvimento Sustentável Véu das Noivas
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes Área de Proteção Ambiental de Petrópolis Parque Nacional Serra dos Órgãos Reserva Particular do Patrimônio Natural El Nagual Reserva de Desenvolvimento Sustentável Véu das Noivas Área de Proteção Ambiental da Estrela
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes Área de Proteção Ambiental de Petrópolis Parque Nacional Serra dos Órgãos Reserva Particular do Patrimônio Natural El Nagual Reserva de Desenvolvimento Sustentável Véu das Noivas Área de Proteção Ambiental da Estrela Parque Natural Municipal Barão de Mauá
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes Área de Proteção Ambiental de Petrópolis Parque Nacional Serra dos Órgãos Reserva Particular do Patrimônio Natural El Nagual Reserva de Desenvolvimento Sustentável Véu das Noivas Área de Proteção Ambiental da Estrela Parque Natural Municipal Barão de Mauá Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes Área de Proteção Ambiental de Petrópolis Parque Nacional Serra dos Órgãos Reserva Particular do Patrimônio Natural El Nagual Reserva de Desenvolvimento Sustentável Véu das Noivas Área de Proteção Ambiental da Estrela Parque Natural Municipal Barão de Mauá Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu Reserva Biológica do Tinguá
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes Área de Proteção Ambiental de Petrópolis Parque Nacional Serra dos Órgãos Reserva Particular do Patrimônio Natural El Nagual Reserva de Desenvolvimento Sustentável Véu das Noivas Área de Proteção Ambiental da Estrela Parque Natural Municipal Barão de Mauá Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu Reserva Biológica do Tinguá Parque Natural Municipal da Taquara
70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88	Monumento Natural Pedra do Índio Área de Proteção Ambiental Água Escondida Área de Proteção Ambiental do Engenho Pequeno e Morro do Castro Parque Natural Municipal São Gonçalo Parque Natural Municipal Darke de Mattos Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana do Jequiá Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Brocoió Área de Proteção Ambiental de Guapimirim Estação Ecológica de Guanabara Reserva Particular do Patrimônio Natural Querência Área de Proteção Ambiental Suruí Reserva Particular do Patrimônio Natural Campo Escoteiro Geraldo Hugo Nunes Área de Proteção Ambiental de Petrópolis Parque Nacional Serra dos Órgãos Reserva Particular do Patrimônio Natural El Nagual Reserva de Desenvolvimento Sustentável Véu das Noivas Área de Proteção Ambiental da Estrela Parque Natural Municipal Barão de Mauá Área de Proteção Ambiental do Alto Iguaçu Reserva Biológica do Tinguá

Quadro 06 (Continuação): Unidades de Conservação inseridas na Área de Influência (em verde)

94 95	Área de Proteção Ambiental de Gericinó-Mendanha Parque Estadual do Mendanha	141	Área de Proteção Ambiental da Paisagem e do Areal da Praia do Pontal
96	Reserva Particular do Patrimônio Natural Bicho Preguiça	142	Área de Proteção Ambiental da Fazenda da Taquara
97	Parque Natural Municipal da Serra do Mendanha	143	Área de Proteção Ambiental do Morro do Valqueire
98	Área de Proteção Ambiental da Fazendinha	144	Área de Proteção Ambiental do Morro do Cachambi
99	Parque Natural Municipal Jardim do Carmo	145	Parque Estadual da Pedra Branca
100	Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Eco-	146	Área de Relevante Interesse Ecológico Pedra Branca
	lógica Metodista Ana Gonzaga – CEMAG	147	Área de Proteção Ambiental da Pedra Branca
101	Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio Granja	148	Parque Natural Municipal Fazenda do Viegas
	São Jorge	149	Área de Proteção Ambiental de Grumari
	Área de Proteção Ambiental de Santa Teresa Área de Proteção Ambiental do Morro de São José	150	Área de Proteção Ambiental da Orla Maritima da Baía de Sepetiba
104	Área de Proteção Ambiental do Morro da Viúva	151	Área de Proteção Ambiental da Prainha
105	Monumento Natural dos Morros de Pão de Açúcar e Urca	152	Parque Natural Municipal da Prainha
106	Área de Proteção Ambiental Paisagem Carioca	153	Parque Natural Municipal de Grumari
107	Área de Proteção Ambiental de Recuperação Urbana do	154	Reserva Biológica Estadual de Guaratiba
	Complexo Cotunduba-São João	155	Reserva Biológica Arqueológica de Guaratiba
108	Área de Proteção Ambiental dos Morros da Babilônia e de São João	156	Área de Proteção Ambiental da Serra da Capoeira Grande
	Parque Natural Municipal Paisagem Carioca	157	Parque Natural Municipal da Serra Da Capoeira Grande
110	Área de Proteção Ambiental dos Morros do Leme e Uru-	158	Área de Proteção Ambiental do Morro Do Silvério
	bu, Pedra do Anel, Praia do Anel e Ilha da Cotunduba	159	Área de Proteção Ambiental das Brisas
111	Parque Estadual da Chacrinha	160	Área de Proteção Ambiental de Sepetiba II
	Area de Proteção Ambiental do Morro do Leme	161	Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva
113	Área de Proteção Ambiental da Orla Marítima (Praias:		Poranga
	Copacabana, Ipanema, Leblon, São Conrado e Barra da Tijuca)	162	Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio Angaba
114	Área de Proteção Ambiental das Pontas de Copacabana,	163	Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio Poranga
114	Arpoador e seus entornos	164	Área de Proteção Ambiental do Saco da Coroa Grande
115	Área de Proteção Ambiental Morro da Saudade	165	Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba
116	D. N. IM II IF I I C. I I	166	Área de Proteção Ambiental Marinha do Boto-Cinza
116	Parque Natural Municipal Fonte da Saudade		
117	Área de Proteção Ambiental do Sacopã	167	Parque Estadual Cunhambebe
117		168	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy
117 118	Área de Proteção Ambiental do Sacopã	168 169	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha
117 118 119	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos	168	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda
117 118 119 120	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arqui-	168 169 170	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel
117 118 119 120 121	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes	168 169 170	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha
117 118 119 120 121	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado	168 169 170 171 172	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios
117 118 119 120 121 122 123	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade	168 169 170 171 172 173	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande
117 118 119 120 121 122 123 124	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca	168 169 170 171 172 173 174	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul
117 118 119 120 121 122 123 124 125	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar	168 169 170 171 172 173	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras	168 169 170 171 172 173 174 175	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras	168 169 170 171 172 173 174 175 176	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros Área de Proteção Ambiental Várzea Country Club	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros Área de Proteção Ambiental Várzea Country Club Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia Parque Natural Municipal da Freguesia (Bosque da	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros Área de Proteção Ambiental Várzea Country Club Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia Parque Natural Municipal da Freguesia (Bosque da Freguesia)	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba O
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros Área de Proteção Ambiental Várzea Country Club Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia Parque Natural Municipal da Freguesia (Bosque da Freguesia) Parque Natural Municipal Professor Melo Barreto	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba O Saquinho de Itapirapuá
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros Área de Proteção Ambiental Várzea Country Club Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia Parque Natural Municipal da Freguesia (Bosque da Freguesia) Parque Natural Municipal Professor Melo Barreto Parque Natural Municipal Bosque da Barra	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 180 181 182	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba O Saquinho de Itapirapuá Parque Nacional Serra da Bocaina Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty Reserva Ecológica da Juatinga
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros Área de Proteção Ambiental Várzea Country Club Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia Parque Natural Municipal da Freguesia (Bosque da Freguesia) Parque Natural Municipal Professor Melo Barreto Parque Natural Municipal Bosque da Barra Área de Proteção Ambiental do Parque Municipal Ecoló-	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 180 181 182	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba O Saquinho de Itapirapuá Parque Nacional Serra da Bocaina Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty Reserva Ecológica da Juatinga Parque Estadual de Lazer de Parati-Mirim
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros Área de Proteção Ambiental Várzea Country Club Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia Parque Natural Municipal da Freguesia (Bosque da Freguesia) Parque Natural Municipal Professor Melo Barreto Parque Natural Municipal Bosque da Barra Área de Proteção Ambiental do Parque Municipal Ecológico de Marapendi	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 180 181 182 183	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba O Saquinho de Itapirapuá Parque Nacional Serra da Bocaina Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty Reserva Ecológica da Juatinga Parque Estadual de Lazer de Parati-Mirim Área de Proteção Ambiental de Cairuçu
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros Área de Proteção Ambiental Várzea Country Club Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia Parque Natural Municipal da Freguesia (Bosque da Freguesia) Parque Natural Municipal Professor Melo Barreto Parque Natural Municipal Bosque da Barra Área de Proteção Ambiental do Parque Municipal Ecológico de Marapendi Área de Proteção Ambiental das Tabebuias	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 180 181 182 183 184	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba O Saquinho de Itapirapuá Parque Nacional Serra da Bocaina Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty Reserva Ecológica da Juatinga Parque Estadual de Lazer de Parati-Mirim Área de Proteção Ambiental de Cairuçu Parque Estadual da Serra do Mar
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros Área de Proteção Ambiental Várzea Country Club Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia Parque Natural Municipal da Freguesia (Bosque da Freguesia) Parque Natural Municipal Professor Melo Barreto Parque Natural Municipal Bosque da Barra Área de Proteção Ambiental do Parque Municipal Ecológico de Marapendi Área de Proteção Ambiental das Tabebuias Parque Natural Municipal da Barra da Tijuca - Nelson Mandela	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 180 181 182 183 184 185	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba O Saquinho de Itapirapuá Parque Nacional Serra da Bocaina Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty Reserva Ecológica da Juatinga Parque Estadual de Lazer de Parati-Mirim Área de Proteção Ambiental de Cairuçu
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros Área de Proteção Ambiental Várzea Country Club Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia Parque Natural Municipal da Freguesia (Bosque da Freguesia) Parque Natural Municipal Professor Melo Barreto Parque Natural Municipal Bosque da Barra Área de Proteção Ambiental do Parque Municipal Ecológico de Marapendi Área de Proteção Ambiental das Tabebuias Parque Natural Municipal da Barra da Tijuca - Nelson Mandela Parque Natural Municipal de Marapendi	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 180 181 182 183 184 185 186	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba O Saquinho de Itapirapuá Parque Nacional Serra da Bocaina Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty Reserva Ecológica da Juatinga Parque Estadual de Lazer de Parati-Mirim Área de Proteção Ambiental de Cairuçu Parque Estadual da Serra do Mar Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro do
117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135	Área de Proteção Ambiental do Sacopã Área de Proteção Ambiental do Morro Dos Cabritos Parque Natural Municipal da Catacumba Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior Parque Natural Municipal Penhasco Dois Irmãos - Arquiteto Sérgio Bernardes Área de Relevante Interesse Ecológico de São Conrado Parque Natural Municipal da Cidade Parque Nacional da Tijuca Reserva Particular do Patrimônio Natural Céu do Mar Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas das Cagarras Parque Estadual do Grajaú Área de Proteção Ambiental da Serra dos Pretos Forros Área de Proteção Ambiental Várzea Country Club Área de Proteção Ambiental do Bairro da Freguesia Parque Natural Municipal da Freguesia (Bosque da Freguesia) Parque Natural Municipal Professor Melo Barreto Parque Natural Municipal Bosque da Barra Área de Proteção Ambiental do Parque Municipal Ecológico de Marapendi Área de Proteção Ambiental das Tabebuias Parque Natural Municipal da Barra da Tijuca - Nelson Mandela	168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 180 181 182 183 184 185 186 187	Parque Estadual Cunhambebe Parque Ecológico Cultural da Baleia Sahy Reserva Particular do Patrimônio Natural Cachoeirinha Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Santa Isabel Área de Proteção Ambiental Guaíba e Guaibinha Área de Proteção Ambiental de Tamoios Parque Estadual da Ilha Grande Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro Estação Ecológica de Tamoios Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Cataguás Área de Proteção Ambiental Bacia Hidrográfica do Rio Japuíba Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda do Tanguá Reserva Particular do Patrimônio Natural Gleba O Saquinho de Itapirapuá Parque Nacional Serra da Bocaina Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty Reserva Ecológica da Juatinga Parque Estadual de Lazer de Parati-Mirim Área de Proteção Ambiental de Cairuçu Parque Estadual da Serra do Mar Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro do Curussu Mirim

Quadro 06 (Continuação): Unidades de Conservação inseridas na Área de Influência (em verde)

	Quadro 06 (Continuação): Unidades de Conser	vação ii	nseridas na Area de Influência (em verde)
190	Parque Estadual da Ilha Anchieta	240	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ilha do Morro
191	Parque Estadual de Ilhabela		do Amaral
192	Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio do Jacú	241	Parque Natural Municipal do Atalaia
193	Parque Natural Municipal do Juqueriquerê	242	Área de Proteção Ambiental Costa Brava
	Área de Proteção Ambiental Marinha de São Sebastião	243	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ilha do Morro
195	Reserva Particular do Patrimônio Natural Rizzieri		do Amaral
	Reserva Particular do Patrimônio Natural Toque Toque	244	Parque Estadual Acaraí
	Pequeno		Área de Proteção Ambiental Ponta do Araçá
197	Área de Proteção Ambiental Ilha de Itaçucê		Parque Natural Municipal da Galheta (Florianópolis)
198	Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião	247	Parque Natural Municipal da Costeira de Zimbros
199	Área de Proteção Ambiental da Baleia Sahy		Parque Natural Municipal do Morro do Macaco
200	Refúgio da Vida Silvestre do Arquipélago dos Alcatrazes		Reserva Biológica Marinha do Arvoredo
201	Parque Estadual Restinga de Bertioga	250	Área de Proteção Ambiental Anhatomirim
202	Área de Proteção Ambiental Santos Continente	251	Estação Ecológica de Carijós
203	Área de Proteção Ambiental Municipal da Serra do Guararu	252	Parque Natural Municipal Lagoa Jacaré das Dunas do Santinho
204	Reserva Particular do Patrimônio Natural Marina do		Parque Estadual do Rio Vermelho
	Conde		Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi
205	Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro	255	Parque Natural Municipal da Galheta
206	Parque Estadual Xixová-Japuí	256	Parque Natural Municipal Natalina Martins da Luz
207	Parque Estadual Marinho da Laje de Santos	257	j
	Estação Ecológica Tupiniquins	258	Parque Natural Municipal do Maciço da Costeira
209	Área de Relevante Interesse Ecológico Ilhas Queimada Grande e Queimada Pequena	259	Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição
210	Refúgio de Vida Silvestre das Ilhas do Abrigo e Guara-	260	Monumento Natural Municipal Lagoa do Peri
	ritama	261	Parque Natural Municipal da Lagoa do Peri
	Parque Natural Municipal da Restinga do Guaraú	262	Parque Natural Municipal da Lagoinha do Leste
	Parque Estadual do Itinguçu	263	Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca
213	Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguape-Peruí- be	264	Área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro do Paruqe Estadual da Serra do Tabuleiro
214	Estação Ecológica Juréia-Itatins	265	Parque Estadual Serra do Tabuleiro
215	Área de Relevante Interesse Ecológico Ilha do Ameixal	266	Área de Proteção Ambiental da Costa de Araranguá
216	Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do	267	
	Una	268	Monumento Natural Morro dos Conventos
	Parque Estadual do Prelado	269	Reserva Biológica do Pau da Fome e Camorim
	Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul	270	APA Lagamar
	Área de Relevante Interesse Ecológico do Guará	271	Área de Relevante Interesse Ecológico Municipal da
	Área de Proteção Ambiental Ilha Comprida		Ponta da Massambaba
	Área de Relevante Interesse Ecológico da Ilha Comprida	272	Área de Proteção Ambiental do Município de Arraial do
222	Área de Relevante Interesse Ecológico da Zona de Vida	277	Cabo
227	Silvestre da APA da Ilha Comprida		Parque Natural Municipal do Bougainville
	Parque Estadual da Ilha do Cardoso Reserva Extrativista Mandira		Parque Natural Municipal dos Manguezais do Rio Preto
	Reserva Extrativista Taquari	2/5	Parque Natural Municipal do Vilão
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itapanhapima		
227	Parque Estadual Lagamar de Cananéia		
	Parque Nacional do Superagui		
230	Área de Proteção Ambiental Federal de Guaraqueçaba		
231	Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaraqueçaba		
	Estação Ecológica de Guaraqueçaba		
	Reserva Biológica Bom Jesus		
	Estação Esplágica III do Mol		

239 Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba

234 Estação Ecológica Ilha do Mel235 Parque Estadual Ilha do Mel

238 Parque Estadual Boguaçu

236 Parque Nacional Marinho das Ilhas Currais237 Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange

Imagem 25: PNM Chico Mendes localizado no município do Rio de Janeiro.



AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

Para identificação destes impactos, foi realizado o **diagnóstico ambiental**¹⁰ da área que poderá ter influência das atividades a serem desenvolvidas no Projeto Etapa 4, sobre os:

O que é Avaliação de Impacto Ambiental? É uma análise que aponta as possíveis consequências (impactos) do planejamento, instalação, operação e desativação de atividade ou empreendimento sobre os meios físicos, biótico e socioeconômico.

- Meios Físicos (água, sedimento e ar),
- Meios Biológicos (fauna e flora, ambientes costeiros e unidades de conservação) e
- Meios Socioeconômicos (população, economia, infraestrutura, povos tradicionais, turismo, etc.).

O Apêndice A apresenta os principais resultados do diagnóstico ambiental.

Por meio do diagnóstico ambiental e das características do Projeto Etapa 4 foram identificados os impactos socioambientais, na área de influência, nas fases de planejamento, instalação, operação e descomissionamento. Cada impacto ambiental identificado foi associado a um aspecto ambiental (origem do impacto) e um fator ambiental (componente ambiental que é afetado pelo impacto).

O conjunto de informações sobre os <u>fatores ambientais</u>¹ permite identificar as áreas de maior **sensibilidade**¹² aos impactos ambientais.

A importância do impacto é uma etapa fundamental na avaliação, sendo entendida também como significância do impacto. Ela é definida a partir da magnitude do impacto e da sensibilidade do fator ambiental afetado. Os impactos ambientais podem estar associados às condições normais da operação (impacto efetivo) ou às condições acidentais (impacto potencial).

A partir da identificação e avaliação dos impactos ambientais decorrentes das atividades do Projeto Etapa 4 foram apresentadas medidas que visam minimizar o efeito dos impactos.

Além da avaliação de impactos ambientais, também foi realizada a avaliação de riscos ambientais. O Apêndice B menciona riscos ambientais e planos de emergência

TIPOS DE MEDIDAS

O que são Medidas Mitigadoras? São ações que visam à redução ou eliminação dos impactos negativos decorrentes direta ou indiretamente das fases de planejamento, instalação, operação e descomissionamento.

- Medidas Mitigadoras Preventivas: conjunto de ações que visam reduzir os impactos negativos de um empreendimento. Esse tipo de medida procura antever quais serão os principais impactos negativos e buscar medidas para evitar que ocorram ou para reduzir seus efeitos.
- Medidas Mitigadoras Corretivas: conjunto de ações que visam mitigar os efeitos de um impacto negativo, por meio de ações de controle.

O que são Medidas Potencializadoras? São ações que objetivam a maximização dos efeitos de um impacto positivo decorrente direta ou indiretamente das fases de planejamento, instalação, operação e descomissionamento.

O que são Medidas Compensatórias? São ações que visam compensar os danos ambientais que vierem a ser causados em decorrência de um projeto e que não poderão ser evitados.

O que são Medidas de Controle/Monitoramento? São ações que refere-se à medição das variáveis ambientais provenientes do projeto para documentar as alterações no ambiente.

^L¹º Consiste na análise e na descrição completa dos recursos ambientais e suas interações, de modo a caracterizar a situação ambiental antes da implantação do projeto.

11 São características ambientais que podem ser afetadas pelo projeto, podendo essas estarem relacionadas aos meios físicos (água, sedimento, ar, entre outros), bióticos (fauna, flora e UC) ou socioeconômicos (população, economia, infraestrutura, uso do solo, povos tradicionais, turismo, entre outros).

solo, povos tradicionais, turismo, entre outros).

1º Indicação qualitativa das características de um fator ambiental que o torna susceptível ou não de sofrer alteração quando submetido a um impacto de uma ação.

Ao todo foram considerados 13 critérios para avaliar os impactos ambientais do Projeto Etapa 4, sendo esses: classe, natureza, forma de incidência, abrangência espacial, duração, permanência, reversibilidade, cumulatividade, frequência, impacto em UC, magnitude, sensibilidade e importância. O Quadro 07 sintetiza os critérios mencionados.

Quadro 07: Critérios para avaliação dos impactos ambientais

CRITÉRIO	CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO
CLASSE	Efetivo/operacional	Está associado às condições normais da operação.
CLASSE	Potencial	Está associado às condições acidentais da operação.
	Negativos	Quando representam uma piora do fator ambiental
NATUREZA	Positivos	Quando há a melhoria da qualidade do fator ambiental.
FORMA DE	Direto	Quando há uma relação direta de causa e efeito.
INCIDÊNCIA	Indireto	Quando decorrem de reações sucessivas não diretamente vinculadas ao aspecto ambiental gerador do impacto.
	Local	Quando os efeitos são sentidos em até 5 quilômetros do local da ocorrência, para os meios físico e biológico; para o meio socioeconômico, quando o impacto é sentido em apenas um município.
ABRANGÊNCIA ESPACIAL	Regional	Quando os efeitos passam de 5 quilômetros do local de ocorrência, para os meios físico e biótico; para o meio socioeconômico, quando o impacto afeta mais de um município.
	Suprar-regional	Quando os efeitos são sentidos a nível nacional, continental ou global.
	Imediata	Quando os efeitos têm duração de até 5 anos.
	Curta	Quando os efeitos têm duração de 5 até 15 anos.
DURAÇÃO	Media	Quando os efeitos têm duração de 15 a 30 anos.
	Longa	Quando os efeitos do impacto sobre o fator ambiental em questão têm duração superior a 30 anos.
PERMANÊNCIA	Temporários	Quando os impactos são de imediata, curta ou média duração.
PERMANENCIA	Permanentes	Quando os impactos são de longa duração.
REVERSIBILIDADE	Reversível	Quando existe a possibilidade de se retornar a condições semelhantes às que existiam antes do impacto.
REVERSIBILIDADE	Irreversível	Quando não existe a possibilidade de se retornar às condições que existiam antes do impacto ou é se essa possibilidade é muito baixa.

37 / 150

CRITÉRIO	CLASSIFICAÇÃO	DEFINIÇÃO
	Não-cumulativo	Quando o impacto não acumula no tempo ou no espaço; não induz ou aumenta nenhum outro impacto; não é induzido ou aumentado por nenhum outro impacto; não interage com outro(s) impacto(s); e não representa aumento em ações passadas, presentes e razoavelmente previsíveis no futuro.
CUMULATIVIDADE	Cumulativo	Quando o impacto se soma a outro(s) impacto(s) de forma que haja relevante cumulatividade espacial e/ou temporal nos seus efeitos.
	Indutor	Nos casos que a ocorrência do impacto induza a ocorrência de outro(s) impacto(s).
	Induzido	Nos casos em que a ocorrência do impacto seja induzida por outro impacto.
	Sinérgico	Nos casos em que há potencialização nos efeitos de um ou mais impactos em decorrência da interação espacial e/ou temporal entre estes.
	Pontual	Quando ocorre uma única vez.
	Contínuo	Quando ocorre de maneira continua durante a atividade.
FREQUÊNCIA*	Cíclico	Quando ocorre com um período constante.
	Intermitente	Quando ocorre com intervalos irregulares ou imprevisíveis.
IMPACTO EM UC	Sim ou não	Na avaliação do impacto é indicada se há ou não influência em unidades de conservação, apresentando quais unidades são afetadas; de que forma cada uma é afetada; as consequências previstas para cada unidade; e se há populações tradicionais que dependem dos recursos naturais da UC.
MAGNITUDE	Baixa, média e alta	É a intensidade da alteração provocada pelo aspecto ambiental sobre o fator ambiental afetado, devendo ser avaliada, qualitativamente, como "baixa", "média" ou "alta".
SENSIBILIDADE	Baixa, média e alta	Indicação qualitativa das caraterísticas de um fator ambiental que o torna mais suscetível ou não de sofrer alterações, uma vez submetido aos impactos de uma ação.
IMPORTÂNCIA	Pequena, média e grande	Corresponde a relação entre a magnitude do impacto e as consequências da ocorrência do impacto no meio. A importância é o cruzamento entre a magnitude do impacto e a sensibilidade do meio impactado, conforme apresentado no quadro a seguir.

^{*} sendo esse critério aplicável somente para impactos do tipo "efetivo/operacional.

Classificação da Importância

SENSIBILIDADE AMBIENTAL DO FATOR		MAGNITUDE	
SENSIBILIDADE AMBIENTAL DU FATUR	Baixa	Média	Alta
Baixa	Pequena	Média	Média
Média	Média	Média	Grande
Alta	Média	Grande	Grande

IMPACTOS EFETIVOS/OPERACIONAIS

Meio Físico

Fase de Planejamento: não foram identificados impactos efetivos/operacionais para o meio físico.

Fase de Instalação

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I1: Alteração da morfologia de fundo pela pré-ancoragem e ancoragem das unidades de produção e das linhas de coleta e escoamento A instalação dos sistemas de ancoragem pode alterar a forma de fundo marinho.	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Longa	Permanente	Irreversível	Indutor	Contínuo	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medida Mitigadora Preventiva Verificar os aspectos do fundo por meio da aquisição de imagens com veículos autônomos submarino, além do monitoramento periódico com ROVs (minissubmarino operado remotamente).
I2: Alteração na forma de fundo pela instalação dos sistemas de coleta e escoamento A instalação dos sistemas de coleta e escoamento pode alterar a forma de fundo marinho.	Efetivo	Negativo	Direta	Regional	Longa	Permanente	Reversível	Indutor	Contínuo	Não	Baixa	Média	Média	Medida Mitigadora Preventiva Verificar os aspectos do fundo por meio de aquisição de imagens com veículos autôno- mos submarino.
I3: Alteração da qualidade da água oceânica por ressuspensão de sedimento devido à préancoragem e ancoragem das unidades de produção e das linhas de coleta e escoamento O lançamento das estacas torpedo das unidades de produção e das linhas de coleta e escoamento no solo marinho irá remobilizar o sedimento do fundo para a coluna d'água, aumentando a turbidez, podendo alterar a qualidade da água.	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Imediata	Temporária	Reversível	Indutor	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Em função das características do impacto (pontual, temporário, baixa magnitude e pequena importância), não são propostas medidas mitigadoras.
I4: Alteração da qualidade da água oceânica por ressuspensão de sedimento devido à instalação dos sistemas de coleta e escoamento A instalação das estruturas submarinas e o lançamento dos gasodutos no fundo marinho remobilizam o sedimento para a coluna d'água aumentando a turbidez, podendo alterar a qualidade da água.	Efetivo	Negativo	Direta	Regional	Imediata	Temporária	Reversível	Indutor	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Em função das características do impacto (pontual, temporário, baixa magnitude e pequena importância), não são propostas medidas mitigadoras.

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I5: Alteração da qualidade da água oceânica por descarte de efluentes sanitários e resíduos alimentares O lançamento de efluentes sanitários e resíduos alimentares no mar, provenientes das embarcações de apoio envolvidas nas atividades de instalação de estruturas do Projeto Etapa 4, pode alterar a qualidade da água do mar.	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Imediata	Temporária	Reversível	Não cumulativo	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Os impactos decorrentes do descarte de efluentes sanitários e resíduos alimentares serão mitigados e monitorados, por meio do controle das fontes de poluição e tratamento de efluentes conforme a legislação.
I6: Alteração da qualidade da água oceânica por descarte do efluente do teste de estanqueidade a da hibernação de dutos O lançamento do efluente do teste de estanqueidade e da hibernação de dutos (desativação temporária) pode alterar a qualidade da água oceânica.	Efetivo	Negativo	Direta	Local	lmediata	Temporária	Reversível	Não cumulativo	Pontual	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Por se tratar de um impacto (pontual, temporário, de baixa magnitude e pequena importância) não são propostas medidas mitigadoras.
I7: Alteração da qualidade do ar As emissões atmosféricas de poluentes das atividades das embarcações de apoio do Projeto Etapa 4 podem alterar a qualidade do ar regional durante a atividade de instalação.	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Imediata	Temporária	Reversível	Não cumulativo	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Não há medidas associadas às emissões atmosféricas durante a fase de instalação dos projetos do Etapa 4 devido à pequena importância do impacto na qualidade do ar.
I8: Contribuição para o efeito estufa As emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Projeto Etapa 4 serão basicamente dos processos de queima de combustível para geração de energia (térmica e elétrica) nas embarcações de apoio.	eti	Negativo	Direta	Suprarregional	Longa	Permanente	Irreversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Alta	Baixa	Média	Não há medidas associadas às emissões atmosféricas durante a fase de instalação dos projetos do Etapa 4.

 $^{^{\}rm 13}\,{\rm M\acute{e}todo}$ que se verifica, em geral, que não há vazamento.

Fase de Operação

IMPACT EFETIVO/OPER (explicação do	RACIONAL	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O1: Alteração da	Mero FR	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Curta	Temporária	Reversível	Cumulativo indutor	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Mitigadora Preventiva
O1: Alteração da qualidade da água oceânica por descarte de efluentes sanitários e resíduos alimentares O lançamento de efluente sanitário e resíduos alimentares na água pode	Aram 1, Búzios 12 e Mero 5	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Média	Temporária	Reversível	Cumulativo indutor	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Os impactos decorrentes do descarte de efluentes sanitários e resíduos alimentares serão mitigados e monitorados, por meio do controle das
alterar a qualidade da água do mar.	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo indutor	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	fontes de poluição e tratamento de efluentes conforme a legislação.

IMPACTO EFETIVO/OPERA (explicação do i	ACIONAL	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O2: Alteração da qualidade da água oceânica por des- carte de água pro-	Mero FR	Efetivo	Negativo	Direta	Regional	Curta	Temporária	Reversível	Cumulativo indutor	Intermitente	Não	Baixa	Média	Média	Mitigadora Preventiva Em todas as unidades há o sistema de tratamento de água produzida e um analisador para interromper o descarte do
duzida O lançamento de água produzida pelas unidades de produção no mar, mesmo após tratamento específico e, dependendo de suas características, pode alterar a qualidade da água do	Aram 1, Búzios 12 e Mero 5	Efetivo	Negativo	Direta	Regional	Média	Temporária	Reversível	Cumulativo indutor	Intermitente	Não	Baixa	Média	Média	efluente, caso alcance o valor superior ao permitido pela legislação. Monitoramento da qualidade da água no entorno das unidade de produção que descartam água
mar por óleos e gra- xas.	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Efetivo	Negativo	Direta	Regional	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo indutor	Intermitente	Não	Baixa	Média	Média	produzida no âmbito do Projeto de Monitoramento do Corpo Receptor a 500 m (PM500), durante todo o período em que houver descarte de água produzida.
O3: Alteração da qualidade da água oceânica por descarte de efluentes da unidade de remoção de sulfato O lançamento dos efluentes no mar	Aram 1, Búzios 12 e Mero 5	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Média	Temporária	Reversível	Cumulativo indutor	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medidas de Controle e Monitoramento
pelas atividades das unidades de produ- ção, mesmo após tratamento especí- fico e, dependendo de suas caracterís- ticas, pode alterar a qualidade da água do mar por óleos e graxas, metais e sais, entre outros.	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo indutor	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Projeto de Controle da Poluição (PCP).

IMPACT EFETIVO/OPER (explicação do	RACIONAL	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O4: Alteração da qualidade do ar As emissões atmos-	Mero FR	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Curta	Temporária	Reversível	Não cumulativo	Contínuo	Não	Ваіха	Ваіха	Pequena	
féricas emitidas pelas unidades de produção, helicópteros, embarcações de apoio e navios aliviadores utilizados no Projeto Etapa 4, podem alterar a qualidade do ar.	Aram 1, Búzios 12, e Mero 5	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Média	Temporária	Reversivel	Não cumulativo	Contínuo	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Mitigadora Preventiva Projeto de Controle da Poluição (PCP).
	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Longa	Permanente	Reversivel	Não cumulativo	Contínuo	Não	Baixa	Baixa	Pequena	
O5: Contribuição para o efeito estufa As emissões atmosféricas emitidas pelas unidades de produção e embarcações de apoio, utilizadas no Projeto Etapa 4, podem contribuir para o efeito estufa.		Efetivo	Negativo	Direta	Suprarregional	Longa	Permanente	Irreversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Mitigadora Preventiva As unidades de produção com exportação de gás prevista e que apresentarem gás com teor de CO ₂ superior a 3% terão tratamento de remoção de CO ₂ , por meio de membranas e reinjeção do CO ₂ no reservatório.

Fase de Descomissionamento

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D1: Alteração da qualidade da água oceânica por ressuspensão do sedimento devido a remoção das estruturas submarinas A desinstalação das estruturas submarinas, no solo marinho, remobiliza o sedimento para a coluna d'água provocando turbidez, podendo alterar a qualidade da água.	Efetivo	Negativo	Direta	Regional	Imediata	Temporária	Reversível	Indutor	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Por se tratar de um impacto de caráter pontual, temporário, de baixa magnitude e pequena importância, não são propostas medidas mitigadoras.
D2: Alteração da qualidade da água oceânica por descarte de efluentes sanitários e resíduos alimentares O lançamento de efluentes sanitários e resíduos alimentares na água pode alterar a qualidade da água do mar.	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Imediata	Temporária	Reversível	Não cumulativo	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Os impactos decorrentes do descarte de efluentes sanitários e resíduos alimentares serão mitigados e monitorados, por meio do controle das fontes de poluição.
D3: Alteração da qualidade do ar As emissões atmosféricas emitidas pelas embarcações de apoio, utilizadas no Projeto Etapa 4, podem alterar a qualidade do ar.	Efetivo	Negativo	Direta	Local	Imediata	Temporária	Reversível	Não cumulativo	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Não há medidas associadas às emissões atmosféricas durante a fase de descomissionamento dos projetos do Etapa 4 devido à pequena importância do impacto na qualidade do ar.
D4: Contribuição para o efeito estufa As emissões atmosféricas das atividades das embarcações de apoio emitidas durante a fase de descomissionamento do Projeto Etapa 4 podem contribuir para o efeito estufa.	Efetivo	Negativo	Direta	Suprarregional	Longa	Permanente	Irreversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Alta	Baixa	Média	Sem medidas associadas devido à indisponibilidade de indicação de medidas aplicáveis às embarcações de apoio.

IMPACTOS EFETIVOS/OPERACIONAIS

Meio Biótico

Fase de Planejamento: não foram identificados impactos efetivos/operacionais para o meio biótico.

Fase de Instalação

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I9: Interferência ou perda de organismos bentônicos 14 devido à pré-ancoragem e ancoragem das unidades de produção e das linhas de coleta e escoamento A pré-ancoragem das unidades de produção causará impactos nos organismos bentônicos pelo deslocamento ou restrição por esmagamento ou compressão.	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Longa	Permanetne	Irreversível	Cumulativo	Contínua	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Previamente à instalação das estruturas, será realizado um levantamento de imagens da área. De acordo com o resultado, a área de instalação será redefinida, caso necessário.
I10: Interferência ou perda de organismos bentônicos devido à instalação dos sistemas de coleta e escoamento A instalação dos sistemas de coleta e escoamento pode causar impactos nos organismos bentônicos, ocasionando perda de habitat ¹⁵ .	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longa	Permanetne	Irreversível	Cumulativo, Induzido	Contínua	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Não foram detectadas medidas a serem adotadas para mitigação da perda de habitat bentônico devido à instalação dos sistemas de coleta e escoamento na fase de instalação do Projeto Etapa 4.
I11: Perturbação do bentos por ressuspensão do sedimento na pré-ancoragem e ancoragem das unidades de produção e das linhas de coleta e escoamento A pré-ancoragem das unidades de produção e das linhas de coleta e escoamento causa a ressuspensão de sedimento, podendo aumentar a turbidez e concentração de particulados em suspensão, podendo alterar a qualidade da água e perturbar os organismos bentônicos.	Efetivo	Negativo	Indireto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medida Mitigadora Preventiva Inspeção de fundo anterior a ancoragem das estruturas.

^{,14} Os organismos bentônicos são espécies que vivem no fundo do mar, seja para fixar-se a ele, ou para perfurar, escavar e/ou caminhar sobre a superfície. O substrato pode ser consolidado (rochas, recifes, píeres, molhes, etc.) ou inconsolidado (areia, lama, etc.).

 $^{^{-15}}$ É uma área ecológica ou ambiental que é habitada por uma determinada espécie de animal, planta ou outro organismo.

IMPACTO EFETIVO/OPERAC (explicação do imp		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I12: Alteração da diversidade biológica do bentos pela introdução ou disseminação de espécies exóticas invasoras durante o transporte das unidades de produção As unidades de produção e suas embar-	Bentos Costeiro	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longa	Permanetne	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Alta	Grande	Medidas Mitigadoras Preventivas Verificar evidências de atendimento das NORMAM 401/DPC e 23 da Marinha do Brasil. Executar as ações de prevenção e controle de espécies
cações rebocadoras podem contribuir para a alteração da diversidade biológica do bentos ao espalhar espécies exóticas invasoras (EEI) durante o transporte da sua área de origem até a área da locação, caso estejam com estas espécies aderidas à sua estrutura ou presentes na água de lastro.	Bentos Oceânico	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longa	Permanetne	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Alta	Média	exóticas do Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas Invasoras (PPCEX) Medida de Controle e Monitoramento Realizar vistoria e verificar a manutenção periódica do casco das embarcações
I13: Alteração da diversidade biológica do bentos pela introdução ou disseminação de espécies exóticas invasoras durante o trânsito de embarcações de apoio As embarcações de apoio às operações das unidades de produção podem contribuir para a altera-	Bentos Costeiro	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longa	Permanetne	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Alta	Grande	Medidas Mitigadoras Preventivas Verificar evidências de atendimento das NORMAM 401/DPC e 23 da Marinha do Brasil. Executar as ações de prevenção e controle de espécies exóticas do Projeto de
ção da diversidade biológica do bentos ao espalhar espécies exóticas invasoras (EEI), durante sua rota de navegação, caso estejam com estas espécies aderidas ao seu casco ou presentes na água de lastro.	Bentos Oceânico	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longa	Permanetne	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Alta	Média	Prevenção e Controle de Espécies Exóticas Invasoras (PPCEX) Medida de Controle e Monitoramento Realizar vistoria e verificar a manutenção periódica do casco das embarcações

	IMPACTO EFETIVO/OPERAC (explicação do im		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
ça de ec m A de de	4: Perturbação do	Peixes	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Baixa	Média	Média	Medida Mitigadora
m pa ne	entação e descanso ara diferentes espécies ectônicas. Posteriorente, a presença de abstrato consolidado ara fixação de novos ganismos bentônios será capaz de atrairatras espécies (peixes m busca de abrigo e imento) e outros oranismos pelágicos 17 craídos por alimento, descarte de efluentes anitários e resíduos alimentares), além de oranismos demersais 18 nto às instalações	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Monitoramento de longo prazo das populações nas áreas costeiras e oceânicas da Bacia de Santos.
O pe	de ruído golfinhos tartaruga	Baleias , golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo	Intermitente	Sim	Alta	Baixa	Média	Medida Mitigadora Monitoramento de longo prazo das populações nas
ta pe sa pe m		Peixes	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo	Intermitente	Sim	Baixa	Baixa	Pequena	áreas costeiras e oceânicas da Bacia de Santos.

[⊶]¹6 Grupo de seres que se deslocam ativamente na água. São capazes de vencer a densidade da água e se deslocar rapidamente, com o auxílio dos seus órgãos de locomoção, como nadadeiras

o auxílio dos seus órgãos de locomoção, como nadadeiras. →¹⁷ O organismo pelágico é um organismo nectónico que vivem na coluna de água dos oceanos. Passam a maior parte do tempo - pelo menos durante uma fase do seu ciclo de vida - na coluna de água, sem terem um contato permanente com o substrato.

menos durante uma fase do seu ciclo de vida - na coluna de água, sem terem um contato permanente com o substrato.

18 Os organismos demersais são organismos nectónico que passam a maior parte do tempo - pelo menos durante uma fase do seu ciclo de vida - em contato permanente com o substrato.

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I16: Perturbação do nécton pela geração de luminosidade A geração de luminosidade pode atrair peixes e lulas, por exemplo, ao redor das embarcações de apoio às instalações do Projeto Etapa 4.	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo	Intermitente	Sim	Baixa	Baixa	Pequena	Não foram detectadas medidas a serem adotadas para mitigação da perturbação do nécton (baleias, golfinhos, tartarugas marinhas e peixes) pela geração de luminosidade na fase de instalação do Projeto Etapa 4.
I17: Perturbação do nécton pela colisão com embarcações de apoio durante a navegação O trânsito das embarcações de apoio aumenta o risco de colisão entre as embarcações e os animais marinhos presentes na coluna d'água, como os cetáceos (baleias, golfinhos e toninhas) e quelônios marinhos (tartarugas).		Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Sensibilizar os profissionais envolvidos nas atividades de produção sobre os riscos e danos ambientais potenciais do empreendimento e sobre a importância da ecologia marinha por meio da execução do Projeto de Educação Ambiental do Trabalhador (PEAT) Medidas de Controle e Monitoramento Avaliar as interferências e analisar os impactos sobre as aves, cetáceos e quelônios por meio do monitoramento das praias e do atendimento veterinário a animais vivos por meio da execução do Projeto de Monitoramento de Praia (PMP-BS), Projeto de Monitoramento de Cetáceos (PMC-BS) e do Projeto de Monitoramento de Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I18: Perturbação de aves marinhas pela instalação das unidades de produção As unidades de produção e as embarcações de apoio, na instalação dos sistemas submarinos, podem servir como pontos de apoio para descanso de aves marinhas.	Efetivo	Negativo	Indireto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Alta	Baixa	Média	Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE). Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores da Bacia de Santos (PEAT-BS).
I19: Perturbação de aves marinhas pela geração de luminosidade A geração de luminosidade pode atrair aves marinhas ao redor das embarcações de apoio e das unidades de produção, quando estiverem sendo ancoradas.	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo	Intermitente	Sim	Alta	Baixa	Média	Não foram detectadas medidas a serem adotadas para mitigação da perturbação de aves marinhas pela geração de luminosidade na fase de instalação do Projeto Etapa 4.

Fase de Operação

IMPACTO EFETIVO/OPERAC (explicação do im		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O6: Perturbação do bentos pela presença das unidades de produção, dos sistemas de coleta e escoamento e dos equipamentos submarinos	Mero FR	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Baixa	Média	Média	
A presença dos sistemas de produção, dos sistemas de coleta e escoamento e dos equipamentos submarinos causa uma influência no bentos marinho	Aram 1, Búzios 12 e Mero 5	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Médio	Temporário	Reversivel	Cumulativo	Contínuo	Não	Baixa	Média	Média	Não são apresentadas medidas associadas.
ao intervir no hábito de algumas espécies relacionadas ao fundo, seja pela alteração do transito de organismos, seja pela criação de novos ambientes de abrigo e refúgio.	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Baixa	Média	Média	
07: Perturbação do plâncton ¹⁹ pelo lançamento de efluentes sanitários e resíduos alimentares	Mero FR	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Curto	Temporário	Reversível	Indutor, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	
O descarte de efluente sanitário e de resíduos alimentares, poderá alterar temporariamente as propriedades físico-químicas da água do mar, promovendo o incremento de maté-	Aram 1, Búzios 12 e Mero 5	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Médio	Temporário	Reversível	Indutor, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Projeto de Controle de Poluição (PCP).
ria orgânica nas águas oceânicas. Tais altera- ções na qualidade das águas podem afetar diretamente a comu- nidade planctônica.	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Longo	Permanente	Reversível	Indutor, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	

^{→&}lt;sup>19</sup> São microorganismos e encontra-se na base da cadeia alimentar dos ecossistemas aquáticos, uma vez que serve de alimentação a organismos maiores. O plâncton é subdividido em fitoplâncton, zooplâncton, ictioplâncton, e etc.

IMPACTO EFETIVO/OPERA (explicação do i	ACIONAL	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O8: Perturbação do plâncton pelo lançamento de efluentes de água	Mero FR	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Preventiva Sistema de
produzida O descarte de água produzida pode alterar a qualidade da água local e, consequentemente, contaminar e alterar organismos planctônicos	Aram 1, Búzios 12 e Mero 5	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Monitoramento Avaliação da
da região onde se- rão desenvolvidas as atividades do Projeto Etapa 4.	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor, Induzidor	Intermitente	Não	Baixa	Ваіха	Pequena	qualidade da água no entorno das unidades de produção.
O9: Perturbação do plâncton pelo lançamento de efluentes da unidade de remoção de sulfatos O descarte dos efluentes da uni-	Aram 1, Búzios 12 e Mero 5	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor, Induzidor	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	O descarte de efluentes da URS será realizado conforme Nota Técnica 01/2011. Nela, são apresentadas diretrizes para apresentação, implementação e
dade de remoção de sulfatos pode alterar a quali- dade da água, e, consequentemen- te, contaminar e alterar a estrutu- ra planctônica da área.	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor, Induzidor	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	para elaboração de relatórios, nos processos de licenciamento

IMPACTO EFETIVO/OPERACI (explicação do imp		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O10: Alteração da diversita do bentos trodução ou dissemi espécies exóticas invariantes de caso, dos sistemas de escoamento e dos equitos submarinos A presença das unidade dução, dos sistemas de escoamento e dos equi submarinos podem para a alteração da dibiológica do bentos ac espécies exóticas invas caso estejam com escies aderidas à sua est presentes na água de la	pela in- nação de isoras em de produ- coleta e uipamen- es de pro- e coleta e pamentos contribuir iversidade o espalhar ioras (EEI) tas espé- crutura ou	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor, Induzido	Contínuo	Não	Baixa	Alta	Média	Medida Mitigadora Preventiva Executar as ações de prevenção e controle de espécies exóticas do Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas Invasoras (PPCEX)
O11: Alteração da diversidade biológica do bentos pela introdução ou disseminação de espécies exóticas invasoras via trânsito de embarcações de apoio	Bentos Oceânico	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Indutor, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Alta	Média	Medidas Mitigadoras Preventivas Verificar evidências de atendimento das NORMAM 20 e 23 da Marinha do Brasil. Executar as ações de prevenção
As embarcações de apoio às operações das unidades de produção podem contribuir para a alteração da diversidade biológica do bentos ao espalhar espécies exóticas invasoras (EEI), durante sua rota de navegação, caso estejam com estas espécies aderidas ao seu casco ou presentes na água de lastro.	Bentos Costeiro	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Indutor, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Alta	Grande	e controle de espécies exóticas do Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas Invasoras (PPCEX) Medida de Controle e Monitoramento Realizar vistoria e verificar a manutenção periódica do casco das embarcações

IMPACTO EFETIVO/OPERAC (explicação do imp		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O12: Alteração da diversidade biológica do bentos pela introdução ou disseminação de espécies exóticas invasoras pelo trânsito dos	Bentos Oceânico	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Indutor, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Alta	Média	A atividade dos navios aliviadores é regulada pela Instrução Normativa IBAMA 05/2012, que efetua a Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos
navios aliviadores Os navios aliviadores que operam com as unidades de produ- ção podem contribuir para a alteração da diversidade biológica do bentos ao espa- lhar espécies exóti- cas invasoras (EEI), durante as rota de navegação ou nas área de fundeio, caso estejam com estas espécies aderidas ao seu casco ou presen- tes na água de lastro.	Bentos Costeiro	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Indutor, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Alta	Grande	e está fora do âmbito desse licenciamento ambiental. De modo geral, os navios aliviadores devem atender as convenções estabelecidas pela IMO (International Maritime Organization) para segurança e prevenção da poluição marinha e as Normas da Autoridade Marítima (NORMAM) da Marinha do Brasil

IMPACTO EFETIVO/OPERA (explicação do in	CIONAL		Classe	Natureza	Forma de Incidência	——Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
	Mero FR	Baleias, golfinhos e tarta- rugas marinhas	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Sim	Alta	Baixa	Média	
O13: Perturbação do nécton pela geração de ruídos		Peixes	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversivel	Cumulativo	Contínuo	Sim	Baixa	Baixa	Pequena	Medidas de Controle e Monitoramen- to
Os ruídos emitidos pelas embarcações de apoio e equipa- mentos das unida- des de produção (motores, com- pressores, gera- dores, etc.) podem	Aram 1,	Baleias, golfinhos e tar- tarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Sim	Alta	Baixa	Média	Monitorar níveis de ruídos causados pelas atividades e monitorar comportamento de Cetáceos (baleias e golfinhos) e
afugentar a fauna nectônica (baleias, golfinhas, tartarugas marinhas e peixes), podendo causar alteração no comportamento principalmente de mamíferos ma-	Búzios 12 e Mero 5	Peixes	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Sim	Baixa	Baixa	Pequena	Tartarugas Ma- rinhas ao redor das unidades marítimas
rinhos.	Búzios 9, Búzios 10, Búzios	Baleias, golfinhos e tar- tarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Sim	Alta	Baixa	Média	áreas costeiras e oceânicas da Bacia de Santos.
	11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Peixes	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Sim	Baixa	Baixa	Pequena	

EFETIVO/C	PACTO DPERACIOI o do impac		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
	Mero FR	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Curto	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Medidas de Controle e Monitoramento Executar as ações de
O14: Perturba- ção do nécton pelo descarte de efluentes sani- tários e resíduos alimentares	Helork	Peixes	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Curto	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	prevenção e controle do Projeto de Controle de Poluição (PCP) nas unidades de produção e nas embarcações
O descarte de efluentes sanitários e resíduos alimentares pode causar um aumento pontual e localizado de nutrientes na água do mar.	Aram 1,	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	de apoio. Os navios aliviadores devem seguir as convenções da IMO (International
Esse incremento poderá alterar a quantidade e distribuição dos organismos do plâncton e, consequentemente, afetar a cadeia alimentar da parte	Búzios 12 e Mero 5	Peixes	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Maritime Organization) que incluem, dentre outras, a MARPOL (Convenção Internacional para Prevenção de Poluição de
superior da coluna de água, gerando uma maior abun- dância de orga- nismos pelágicos como peixes (ictio- fauna), tartarugas (quelônios) e ma- míferos marinhos	Búzios 9, Búzios 10,	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Ваіха	Média	Navios). No Brasil, a atividade dos navios aliviadores é regulada por legislação
(cetáceos).	Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Peixes	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	própria, a Instrução Normativa IBAMA 05/2012 e está fora do âmbito desse licenciamento ambiental.

IMF EFETIVO/O (explicação			Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
		Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	
O15: Perturbação do nécton pelo des- carte de água pro- duzida	Mero FR	Peixes	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	
A água produzida é resultante do processo de separação do petróleo e pode conter alguns produtos associados ao petróleo como hidrocarbonetos e	Aram 1,	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Medidas Mitigadora Preventiva Sistema de tratamento e análise de Teor de Óleos e
metais. O descarte de água produzida pode afetar os or- ganismos do plânc- ton e, consequen- temente, a cadeia alimentar próxima à unidade de pro- dução, incluindo os	Búzios 12 e Mero 5	Peixes	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Graxas (TOG). Medidas de Controle e Monitoramento Avaliação da qualidade da água no
peixes (ictiofauna), baleias, golfinhos e toninhas (cetáceos) e tartarugas (que- lônios), que são os animais que com- põem o nécton.	Búzios 9, Búzios	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	entorno das unidades de produção.
	10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Peixes	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Longo	Permanente	Reversivel	Cumulativo, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	

IMP EFETIVO/O (explicação			Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
	Aram 1, Búzios	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Indireto	Local	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	
O16: Perturbação do nécton pelo descarte do efluente da unidade de remoção de sulfatos O descarte do efluente proveniente da unidade de remoção de sulfatos pode afetar os organismos do	12 e Mero 5	Peixes	Efetivo	Negativo	Indireto	Local	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	O descarte de efluentes será reali- zado conforme Nota Técnica 01/2011 do IBAMA, que esta- belece o monitora-
plâncton e, con- sequentemente, a cadeia alimentar próxima à unidade de produção, como os peixes (ictiofau- na), baleias, golfi- nhos e toninhas (ce- táceos) e tartarugas (quelônios), que são os animais que compõem o nécton.	Búzios 10, Búzios	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Indireto	Local	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	men-to e controle de poluição nos empre- endimentos maríti- mos de exploração e produção de petró- leo e gás.
	11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Peixes	Efetivo	Negativo	Indireto	Local	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	

IMPACTO EFETIVO/OPERAC (explicação do im		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O17: Perturbação do nécton pela geração de luminosidade A geração de luminosidade pelas unidades de produção e pelas embarcações	Mero FR	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico	Intermitente	Sim	Baixa	Média	Média	
de apoio utilizadas no Projeto Etapa 4 atrai organismos que crescem em direção à fonte de luz (foto- tropismo positivo). O aumento na con- centração desses or-	Aram 1, Búzios 12 e Mero 5	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico	Intermitente	Sim	Baixa	Média	Média	Não são apresentadas medidas associadas.
ganismos atraídos pela luminosidade atrai secundariamente outros grupos do nécton (baleias, golfinhos, tartarugas marinhas e peixes).	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Sinérgico	Intermitente	Sim	Baixa	Média	Média	
O18: Perturbação do nécton pela presença das unidades de produção e dos sistemas de coleta e escoamento e dos equipamentos submarinos A presença das unidades de produção e dos risers ²⁰ interligados, serão capazes de fornecer áreas de fuga/esconderijo contra predadores, além	Peixes	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Contínuo	Não	Baixa	Média	Média	Medida Mitigadora Monitoramento de
fornecerem substrato para a fixação de diversas espécies incrustantes. Ao longo da vida produtiva da atividade, outros organismos pelágicos serão atraídos pela oferta de alimento, incrementada pelo descarte de efluentes sanitários e resíduos alimentares das embarcações que trabalham na área, modificando a diversidade de espécies do ambiente.	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	longo prazo das populações nas áreas costeiras e oceânicas da Bacia de Santos.

São os trechos suspensos das tubulações que interligam as linhas de produção submarinas (vindas de uma árvore de natal molhada ou de um *manifold*) às unidades marítimas.

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O19: Perturbação do nécton pela colisão com embarcações de apoio durante a navegação O trânsito das embarcações de apoio aumenta o risco de colisão entre as embarcações e os animais marinhos presentes na coluna d'água, como os cetáceos (baleias, golfinhos e toninhas) e quelônios marinhos (tartarugas).		Negativo	Direto	Regional	Longo	Temporário	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Média	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Sensibilizar os profissionais envolvidos nas atividades de produção sobre os riscos e danos ambientais potenciais do empreendimento e sobre a importância da ecologia mari- nha por meio da execução do Projeto de Educação Ambien- tal do Trabalhador (PEAT) Medida de controle e monitoramento Avaliar as interferências e analisar os impactos sobre as aves, cetáceos e quelônios por meio do monitoramento das praias e do atendimento veterinário a animais vivos por meio da execução do Projeto de Monitoramento de Praia (PMP-BS), Projeto de Monitoramento de Cetáceos (PMC-BS) e do Projeto de Monitoramento de Tráfego de Embarcações (PMTE).
O20: Perturbação do nécton pela colisão com navios aliviadores durante a navegação O trânsito dos navios aliviadores aumenta o risco de colisão entre estas embarcações e os animais marinhos presentes na coluna d'água, como os cetáceos (baleias, golfinhos e toninhas) e quelônios marinhos (tartarugas).	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Média	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Navegar em baixa velocidade em áreas reconhecidamente sensíveis, como áreas de reprodução e os corredores migratórios. Comunicar avistamento de cetáceos, manter distância de segurança e reportar qualquer colisão com cetáceos. Medida de controle e monitoramento Avaliar as interferências e analisar os impactos sobre as aves, cetáceos e quelônios por meio do monitoramento das praias e do atendimento veterinário a animais vivos por meio da execução do Projeto de Monitoramento de Praia (PMP-BS) e Projeto de Monitoramento de Cetáceos (PMC-BS).

IMPACTO EFETIVO/OPERAC (explicação do im		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O21: Perturbação das aves marinhas pela presença das unidades de produção, sistemas de coleta e equipamentos submarinos	Mero FR	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Curto	Temporária	Reversível	Cumulativo, Indutor, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Medida de controle e
A unidade de pro- dução instalada no oceano represen- ta uma estrutura que pode promover a atração de aves, principalmente as aves oceânicas e mi- gratórias, tanto pela	Aram 1, Búzios 12 e Mero 5	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Médio	Temporária	Reversível	Cumulativo, Indutor, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Realizar as ações de controle e monitoramento previstas no Projeto de Monitoramento
geração de lumino- sidade, como pela criação de uma área de pouso e descanso e eventual oferta de alimento devido aos peixes e pequenos animais que passam a viver na vizinhança das unidades de pro- dução.	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Indutor, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE)
O22: Perturbação das aves marinhas	Mero FR	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor, Induzido	Intermitente	Sim	Alta	Média	Grande	
pela geração de luminosidade A geração de luminosidade atrai, ao redor das unidades de produção e das embarcações de apoio, animais como aves marinhas.	Aram 1, Búzios 12 e Mero 5	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor, Induzido	Intermitente	Sim	Alta	Média	Grande	Não existem medidas a serem adotadas para mitigação da perturbação de aves marinhas pela geração de luminosidade.
	Búzios 9, Búzios 10, Búzios 11, Revit 1 Tupi e Sépia 2	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor, Induzido	Intermitente	Sim	Alta	Média	Grande	

Fase de Descomissionamento

IMPACTO EFETIVO/OPERACI (explicação do imp		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D5: Perturbação do be remoção das estruturas nas A remoção das estrutur rinas pode causar imporganismos bentônicos, alterações decorrentes esão de sedimentos.	ras submari- ras subma- pactos nos causando	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Não Cumulativo	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Em função de o impacto apresentar caráter extremamente pontual, ser temporário e de pequena magnitude e importância, não são propostas medidas mitigadoras.
D6: Alteração da diversidade biológica do bentos pela introdução ou disseminação de espécies exóticas invasoras em função da retirada e transporte das unidades de produção As retiradas e os trans-	Bentos Costeiro	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Alta	Grande	Medidas Mitigadoras Preventivas Verificar evidências de atendimento das NORMAM 20 e 23 da Marinha do Brasil. Executar as ações de prevenção e controle de espécies exóticas do Projeto
portes das unidades de produção, na etapa de descomissionamento, podem contribuir para a alteração da diversidade biológica do bentos ao espalhar espécies exóticas invasoras (EEI), caso estejam com estas espécies aderidas à sua estrutura ou presentes na água de lastro.	Bentos Oceânico	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Alta	Média	de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas Invasoras (PPCEX) Medida de Controle e Monitoramento Realizar vistoria e verificar a manutenção periódica do casco das embarcações
D7: Alteração da diversidade biológica do bentos pela intro-dução ou disseminação de espécies exóticas invasoras pelo trânsito das embarcações de apoio	Bentos Costeiro	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Alta	Grande	Medidas Mitigadoras Preventivas Verificar evidências de atendimento das NORMAM 20 e 23 da Marinha do Brasil.
As embarcações de apoio utilizadas no descomissionamento das unidades de produção podem contribuir para a alteração da diversidade biológica do bentos ao espalhar espécies exóticas invasoras (EEI), durante sua rota de navegação, caso estejam com estas espécies aderidas ao seu casco ou presentes na água de lastro.	Bentos Oceânico	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Alta	Média	Executar as ações de prevenção e controle de espécies exóticas do Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas Invasoras (PPCEX) Medida de Controle e Monitoramento Realizar vistoria e verificar a manutenção periódica do casco das embarcações

IMPACTO EFETIVO/OPERACIO (explicação do impad		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D8: Perturbação do nécton pela geração de ruídos Os ruídos emitidos pelas embarcações de apoio, podem afugentar a fauna nec-	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo	Intermitente	Sim	Alta	Baixa	Média	Não existem medidas a serem
tônica (baleias, golfinhos, tartarugas marinhas e peixes), podendo causar alteração no comportamento principalmente de mamíferos marinhos.	Peixes	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo	Intermitente	Sim	Baixa	Baixa	Pequena	adotadas na fase de descomissiona- mento.
D9: Perturbação do nécton p de luminosidade A geração de luminosidade peixes e lulas, por exemplo, a embarcações de instalação, das unidades de produção.	pode atrair ao redor das	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo	Intermitente	Sim	Baixa	Baixa	Pequena	Não são apresentadas medidas associadas.
D10: Perturbação do nécton com embarcações de apoid navegação O trânsito das embarcações durante o descomissioname ta o risco de colisão entre a ções e os animais marinhos na coluna d'água, como os celeias, golfinhos e toninhas) marinhos (tartarugas).	es de apoio nto aumen- es embarca- s presentes etáceos (ba-	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Sensibilizar os profissionais envolvidos nas atividades de produção sobre os riscos e danos ambientais potenciais do empreendimento e sobre a importância da ecologia marinha por meio da execução do Projeto de Educação Ambiental do Trabalhador (PEAT)
D11: Perturbaçãodas aves pela geração de luminosidade A geração de luminosidade at das embarcações de apoio, es te as aves marinhas.	le trai ao redor	Efetivo	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo	Intermitente	Sim	Alta	Baixa	Média	Não existem medidas a serem adotadas para mitigação da perturbação de aves marinhas pela geração de luminosidade.

IMPACTOS EFETIVOS/OPERACIONAIS

· Meio Socioeconômico

Fase de Planejamento

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
P1: Geração de expectativa Expectativa em diversos setores da sociedade (aumento na demanda por bens e serviços, maior circulação de recursos e melhoria da infraestrutura), além de um ambiente de incertezas onde a população local tenta antecipar problemas e propor soluções.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Longa	Permanente	Irreversivel	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Contínuo	Não	Alta	Alta	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Projeto de Comunicação Social Regional (PCSR) e Projetos de Educação Ambiental (PEA).
P2: Mobilização da sociedade civil Organização dos grupos sociais ligados a segmentos econômicos, ambientais ou de classe, por exemplo, para defender seus interesses, diante de possíveis interferências da implantação do Projeto Etapa 4.	Efetivo	Positivo	Direto	Regional	Longa	Permanente	Irreversivel	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Medida Potencializadora Participação da Petrobras junto à sociedade por meio de diálogos. Fortalecimento dos grupos sociais impactados pelo Projeto Etapa 4.
P3: Aprofundamento de conflitos socioambientais A divulgação do Projeto Etapa 4 do Pré-Sal pode alterar e aprofundar conflitos socioambientais pela geração de expectativas, principalmente nas comunidades e segmentos sociais que tenham históricos deste tipo de empreendimento.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Longo	Permanente	Irreversivel	Cumulativo, Sinérgico, Indutor e induzido	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Medidas Potencializadoras Manutenção e fortale- cimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e dos Pro- gramas de Educação Ambiental (PEA Redes, PEA BG, PEA Pescarte e outros) que mantêm diálogo permanente com as populações na Área de Influência do empreendimento.
P4: Aumento do conhecimento técnico-científico As atividades do Polo Pré-Sal têm capacidade de impulsionar o desenvolvimento de toda a cadeia de bens e serviços, trazendo tecnologia, capacitação profissional e maiores oportunidades para a indústria nacional, abrindo perspectivas para o desenvolvimento da cadeia de petróleo e gás no Brasil.	Efetivo	Positivo	Direto/Indireto	Suprarregional	Curta	Temporário	Irreversivel	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Medida Potencializadora Divulgação dos conhecimentos adquiridos e dados agrupados por meio eletrônico.

Fase de Instalação

IMPACTO EFETIVO/ OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I30: Geração de expectativa A divulgação das atividades do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal gera expectativas relacionadas à demanda por bens e serviços, interferência na atividade	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Longo	Permanente	Irreversivel	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Contínuo	Não	Alta	Alta	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e dos Programas de Educação Ambiental (PEA Redes, PEA BG, PEA Pescarte e outros) que mantêm diálogo permanente com as populações na Área de Influência do empreendimento. Executar as ações de comunica-
turística e pesqueira, aumento do custo de vida e geração de empregos, entre ou- tros assuntos.								Cumul						ção social, adequar e operaciona- lizar os canais de diálogo (ser- viço de atendimento ao público, participação institucional em conselhos e comitês). Medidas Potencializadoras
A divulgação do Projeto Etapa 4 do Pré-Sal pode gerar mobilizações das sociedades civis como resposta à geração de expectativas (impacto 130), principalmente nas comunidades e segmentos sociais que tenham históricos deste tipo de empreendimento.	Efetivo	Positivo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Irreversivel	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e dos Programas de Educação Ambiental (PEA Redes, PEA BG, PEA Pescarte e outros) que mantêm diálogo permanente com as populações na Área de Influência do empreendimento. Executar as ações de comunicação social, adequar e operacionalizar os canais de diálogo (serviço de atendimento ao público, participação institucional em conselhos e comitês).
I32: Aprofundamento de conflitos socioambientais A divulgação do Projeto Etapa 4 do Pré-Sal pode alterar e aprofundar conflitos socioambientais pela geração de expectativas (impacto I30), principalmente nas comunidades e segmentos sociais que tenham históricos deste tipo de empreendimento.		Negativo	Direto	Suprarregional	Longo	Permanente	Irreversivel	Cumulativo, Sinérgico, Indutor e Induzido	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e dos Programas de Educação Ambiental (PEA Redes, PEA BG, PEA Pescarte e outros) que mantêm diálogo permanente com as populações na Área de Influência do empreendimento. Executar as ações de comunicação social, adequar e operacionalizar os canais de diálogo (serviço de atendimento ao público, participação institucional em conselhos e comitês).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I33: Aumento do conhecimento técnico-científico Os projetos do Pré-Sal requerem navios, plataformas, sondas e tudo que envolve a exploração e produção de petróleo, utilizando boa parte da capacidade da indústria nacional de bens e serviços. O volume de negócios previsto pelo Projeto da Etapa 4 deverá impulsionar o desenvolvimento em tecnologia e criar oportunidades tanto para a indústria como para a pesquisa científica nacional, além de gerar uma necessidade de capacitação profissional e científica na área de petróleo e gás.	Efetivo	Positivo	Direto/Indireto	Suprarregional	Curto	Temporário	Irreversivel	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Alta	Grande	Medidas Potencializadoras Divulgação dos conhecimentos adquiridos e dados compilados por meio eletrônico.
I34: Aumento da pressão sobre a infraestrutura de tratamento e disposição final de resíduos sólidos Geração de resíduos sólidos.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Curta	Temporário	Irreversivel	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Controle e rastreabilidade dos resíduos sólidos; separação e acondicionamento; priorização de descontaminação, reuso e reciclagem. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Transporte e da Destinação de Insumos e Resíduos (PMIR) e Programa de Controle de Poluição (PCP).
I35: Interferência no uso, ocupação e valor do solo O aumento na demanda por bens e serviços tende a provocar um aumento também na oferta regional de bens e serviços, o que resulta na instalação de estruturas ligadas à logística e ao comércio.	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Curta	Temporário	Irreversivel	Cumulativo, Indutor, Induzido, Sinérgico	Intermitente	Sim	Alta	Média	Grande	Medidas de Controle e Monitoramento Monitoramento das transformações sociais do território.

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I36: Aumento no tráfego marítimo pela movimentação de embarcações de apoio A movimentação de embarcações de apoio durante as atividades de instalação do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal exercerá aumento sobre as estruturas e rotas de navegação já existentes, resultando em conflito pelo uso do espaço marítimo.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curta	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor, Sinérgico	Contínuo	Sim	Ваіха	Alta	Média	Medida Mitigadora Preventiva Otimização das viagens das embarcações. Medidas de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
I37: Aumento no tráfego aéreo A movimentação aérea de apoio ao Projeto Etapa 4 exercerá um aumento sobre o tráfego aéreo, suas estruturas e rotas.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversivel	Cumulativo	Contínuo	Não	Alta	Média	Média	Medida Mitigadora Preventiva Otimizar o planejamento da quantidade de viagens. Medida Mitigadora Corretiva Projeto de Monitoramento do Tráfego Aéreo (PMTA).
I38: Aumento do ruído nas bases de apoio aéreo A movimentação aérea de pessoas por helicópteros entre o continente e as unidades marítimas que atenderão ao Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal deverão aumentar durante a etapa de instalação. Assim, é esperado um aumento da geração de ruídos nas bases de apoio aéreo.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversivel	Cumulativo	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Otimizar o planejamento da quantidade de viagens. Medida Mitigadora Corretiva Exigir cumprimento do Plano Básico de Zoneamento de Ruídos (PBZR).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I39: Aumento no tráfego rodoviário A alta demanda por bens e serviços (transporte de máquinas, equipamentos, insumos e resíduos) exercerá aumento sobre o tráfego rodoviário.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Curta	Temporário	Reversivel	Cumulativo, sinérgico	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Aplicação das metas de redução da geração de resíduos sólidos. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Transporte e da Destinação de Insumos e Resíduos (PMIR) e Programa de Controle de Poluição (PCP).
I40: Aumento na pressão sobre populações tradicionais devido ao pagamento de tributos, taxas e compensações ambientais O pagamento de tributos e taxas promove aumento de arrecadação municipal, gerando investimento público em infraestrutura e serviços, alterando a socioeconomia local. A dinamização desses setores econômicos pode resultar no acirramento da disputa por territórios tradicionalmente ocupados, provocando o aumento na pressão sobre populações tradicionais	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Curta	Temporário	Irreversivel	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Média	Média	Medida Mitigadora Preventiva Programas de Educação Ambiental (PEAs).
I41: Aumento na pressão sobre populações tradicionais devido à movimentação de embarcações de apoio As atividades de instalação do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal poderão alterar as atividades e modos de vida das populações tradicionais devido ao aumento da movimentação de embarcações de apoio.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversivel	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Média	Média	Medida Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais (PCTT).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I42: Manutenção/geração de emprego e renda A demanda por mão de obra interfere diretamente sobre o fator socioeconômico e sobre o nível de emprego e renda, sendo sensível às oscilações de aspectos econômicos podendo determinar a elevação ou diminuição de seus índices.	Efetivo	Positivo	Direto	Suprarregional	Curta	Temporário	Irreversivel	Cumulativo, Induzido,Indutor, Sinérgico	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Medida de Monitoramento e Controle Projeto de Monitoramento Socioespacial dos Trabalhadores (PMST).
I43: Aumento da pressão sobre a infraestrutura de serviços sociais (públicos e privados) A demanda por mão de obra interfere na economia local, provocando um crescimento populacional e, consequente, aumento na pressão sobre a infraestrutura de serviços essenciais, como saúde e educação.	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Curta	Temporário	Reversivel	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Medidas de Controle e Monitoramento Monitoramento das transformações sociais do território.
I44: Alteração da dinâmica econômica local pela demanda/aquisição de bens e serviços A contratação de serviços terceirizados vinculados direta ou indiretamente à cadeia produtiva do setor de petróleo e gás provoca um incremento na arrecadação tributária dos municípios e estados onde as atividades se inserem, injetando recursos financeiros na economia local.	Efetivo	Positivo/Negativo	Direto	Regional	Curta	Temporário	Irreversivel	Cumulativo, Induzido, Indutor, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Alta	Grande	Medida de Controle e Monitoramento Monitoramento das transformações socioeconômicas do território (área de influência).
I45: Geração de arrecadação pública O pagamento de tributos, taxas e compensação financeira interfere diretamente sobre a arrecadação do poder público, gerando arrecadação pública na forma de impostos estaduais, municipais e federais.	Efetivo	Positivo	Direto	Regional	Curta	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Medida Potencializadora Execução do PEA Rendas do Petróleo com a participação popular. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento de Rendas Petrolíferas (PMRP).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I46: Alteração das rotinas de navegação e pesca artesanal pela movimentação das embarcações de apoio								Sinérgico						Medida Mitigadora Preventiva
Espera-se que a movimenta- ção de embarcações de apoio	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curta	Temporário	Reversível		Contínuo	Sim	Alta	Média	Grande	Aviso aos Navegantes. Programa de Educação Ambiental (PEA).
provoque um incremento do tráfego marítimo entre as áreas portuárias das cidades do Rio de Janeiro e Niterói,	Efet	Neg	Dir	Regi	Cui	Temp	Revei	Cumulativo, Induzido,	Cont	Si	Al	Mé	Gra	Medida de Controle e Monitoramento
ambos na Baía de Guanaba- ra, e os locais determinados para a instalação das unida- des marítimas.								Cumul						Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
														Medida Mitigadora Preventiva
I47: Colisão com embarcações de pesca artesanal decorrente da movimentação de embarcações de apoio Possível risco colisões no percurso entre as bases de apoio marítimo e as unidades	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	mediato	Temporário	Reversível	lativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Programa de Comunicação Social Regional da Bacia de Santos (PCSR-BS) e Projeto de Educação Ambiental dos Trabalhadores da Bacia de Santos (PEAT-BS).
de produção, com as embarcações de pesca artesanal, decorrentes da movimentação das embarcações que transportarão alimentos, equipamentos e resíduos, entre outros.	Efetivo/	Ne	a	7	ml lm	Tem	Rev	Cumulativo, Si	Inter			В	2	Indenizar os pescadores que possam ter suas embarcações danificadas por colisão com embarcações de apoio. Medida de Controle e
														Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
														Medida Mitigadora Preventiva
I48: Perda ou danos aos petrechos de pesca artesanal	_							duzido						Programa de Comunicação Social Regional da Bacia de Santos (PCSR-BS).
decorrentes da movimenta- ção de embarcações de apoio	ciona				۳	Oi	le	co, Inc	ıte					Medidas Compensatórias
A movimentação dos navios aliviadores no percurso entre as unidades de produção e os terminais recebedores de óleo podem causar perda ou dano	etivo/0	Negativo	Direto	Local	Imediata	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Indenizar os pescadores que possam ter seus petrechos danificados pela movimentação das embarcações de apoio.
aos petrechos de pesca arte- sanal.								Cumul						Medida de Controle e Monitoramento
														Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I49: Alteração das rotinas de navegação e pesca industrial pela movimentação das embarcações de apoio A movimentação das embarcações de apoio entre as bases de apoio marítimo e a área das atividades do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal pode provocar interferência na atividade pesqueira industrial.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Curta	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medida Mitigadora Preventiva Aviso aos Navegantes. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
I50: Colisão com embarca- ções de pesca industrial decorrente da movimentação das embarcações de apoio Possível risco colisões no percurso entre as bases de apoio marítimo e as unidades de produção com as embarcações de pesca industrial, decorrentes da movimentação das embarcações que transportarão alimentos, equipamentos e resíduos, entre outros.		Negativo	Direto	Local	Imediata	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico Induzido	Intermitente	Não	Ваіха	Ваіха	Pequena	Medida Mitigadora Preventiva Programa de Comunicação Social Regional da Bacia de Santos (PCSR-BS). Medidas Compensatórias Indenizar os armadores que possam ter suas embarcações danificadas por colisão com embarcações de apoio. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
I51: Perda ou danos aos petrechos de pesca industrial decorrente da movimentação das embarcações de apoio A movimentação dos navios de apoio no percurso entre as unidades de produção e entre as bases de apoio marítimo podem causar perda ou dano aos petrechos de pesca artesanal.		Negativo	Direto	Local	lmediata	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medida Mitigadora Preventiva Programa de Comunicação Social Regional da Bacia de Santos (PCSR-BS). Medidas Compensatórias Indenizar os armadores que possam ter seus petrechos danificadas por colisão com embarcações de apoio. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I52: Redução da área de pesca industrial em função da proibição da atividade pesqueira no entorno da unidade marítima Devido a ocupação do espaço marítimo por diversas estruturas e equipamentos será criada uma área de exclusão de navegação e pesca devido ao obrigatório distanciamento de 500 metros que, por segurança, deve ser mantido das unidades marítimas que operam essas instalações.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Curta	Temporário	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medida Mitigadora Preventiva Aviso aos Navegantes.
I53: Aumento no fluxo de turismo de negócios Estímulo a viagens com a finalidade de desenvolver atividade profissional, o que resultará em um aumento de fluxo na modalidade turismo de negócios.	Efetivo	Positivo	Direto	Regional	Curta	Temporário	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Não foram identificados parâmetros ou indicadores para este impacto positivo.
I54: Interferência na atividade turística pela movimentação de embarcações de apoio As atividades de turismo náutico podem ser impactadas pelo aumento na movimentação de embarcações de apoio às atividades do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curta	Temporário	Reversivel	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Otimização das viagens das embarcações de apoio para atendimento às unidades de produção. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I55: Colisão com embarcações de turismo decorrente da movimentação das embarcações de apoio A movimentação das embarcações de apoio para as atividades de instalação do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal aumenta o risco de colisão com as embarcações de turismo náutico no percurso entre as bases marítimas e as unidades de produção.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e do Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT). Medida Indenizatória Indenizar os operadores de turismo que possam ter suas embarcações danificadas por colisão com embarcações de apoio. Medida de Controle e Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O38: Geração de expectativa Também na fase de operação, a divulgação das atividades do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal gera expectativas relacionadas à demanda por bens e serviços, interferência na atividade turística e pesqueira, aumento do custo de vida e geração de empregos, entre outros assuntos.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Contínuo	Não	Alta	Alta	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e dos Programas de Educação Ambiental (PEA Redes, PEA BG, PEA Pescarte e outros) que mantêm diálogo permanente com as populações na Área de Influência do empreendimento. Executar as ações de comunicação social, adequar e operacionalizar os canais de diálogo (serviço de atendimento ao público, participação institucional em conselhos e comitês).
O39: Mobilização da sociedade civil Na fase de operação, a divulgação do Projeto Etapa 4 do Pré-Sal pode gerar mobilizações das sociedades civis como resposta à geração de expectativas (impacto O38), principalmente nas comunidades e segmentos sociais que tenham históricos deste tipo de empreendimento.		Positivo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Medidas Potencializadoras Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e dos Programas de Educação Ambiental (PEA Redes, PEA BG, PEA Pescarte e outros) que mantêm diálogo permanente com as populações na Área de Influência do empreendimento. Executar as ações de comunicação social, adequar e operacionalizar os canais de diálogo (serviço de atendimento ao público, participação institucional em conselhos e comitês).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O40: Aprofundamento de conflitos socioambientais Na fase de operação, a divulgação do Projeto Etapa 4 do Pré-Sal pode alterar e aprofundar conflitos socioambientais pela geração de expectativas (impacto O38), principalmente nas comunidades e segmentos sociais que tenham históricos deste tipo de empreendimento.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor e induzido	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Medidas Potencializadoras Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e dos Programas de Educação Ambiental (PEA Redes, PEA BG, PEA Pescarte e outros) que mantêm diálogo permanente com as populações na Área de Influência do empreendimento. Executar as ações de comunicação social, adequar e operacionalizar os canais de diálogo (serviço de atendimento ao público, participação institucional em conselhos e comitês).
O41: Aumento do conhecimento técnico-científico Os projetos do Pré-Sal requerem navios, plataformas, sondas e tudo que envolve a exploração e produção de petróleo, utilizando boa parte da capacidade da indústria nacional de bens e serviços. O volume de negócios previsto pelo Projeto da Etapa 4 deverá impulsionar o desenvolvimento em tecnologia e criar oportunidades tanto para a indústria como para a pesquisa científica nacional, além de gerar uma necessidade de capacitação profissional e científica na área de petróleo e gás.	eti	Positivo	Direto/Indireto	Suprarregional	Curto	Temporário	Irreversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico		Não	Alta	Alta	Grande	Medidas Potencializadoras Divulgação dos conhe- cimentos adquiridos e dados compilados por meio eletrônico.

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O42: Aumento da pressão sobre a infraestrutura de tratamento e disposição final de resíduos sólidos Aumento na infraestrutura de tratamento e disposição final de resíduos sólidos, podendo levar à ampliação ou à criação de novas áreas de disposição final de resíduos e ao uso de tecnologias diversas para tratamento de resíduos.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Longa	Permanente	Irreversível	Cumulativo, sinérgico, Indutor	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Controle e rastreabilidade dos resíduos sólidos; segregação e acondicionamento; priorização de descontaminação, reuso e reciclagem. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Transporte e da Destinação de Insumos e Resíduos (PMIR). Projeto de controle da poluição (PCP).
O43: Interferência no uso, ocupação e valor do solo Aumento na demanda por bens e serviços e a oferta regional de bens e serviços, o que resulta na instalação de estruturas ligadas à logística e ao comércio, podendo resultar em processos afetos à espoliação urbana ²¹ .	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Longa	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Indutor, Induzido, Sinérgico	Intermitente	Sim	Alta	Média	Grande	Medida de Controle e Monitoramento Monitoramento das transformações sociais do território.
O44: Aumento no tráfego marítimo pela movimentação de embarcações de apoio A movimentação de embarcações de apoio durante as atividades do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal exercerá aumento sobre as estruturas e rotas de navegação existentes, resultando em conflito pelo uso do espaço marítimo.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo, Indutor, Sinérgico	Contínuo	Sim	Baixa	Alta	Média	Medida Mitigadora Preventiva Otimização das viagens das embarcações. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

²¹ Inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, juntamente ao acesso à terra e à moradia, como por exemplo falta de trabalho, falta de moradia, falta de lugar para morar ou plantar, etc.

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O45: Aumento do tráfego marítimo pela movimentação de navios aliviadores A operação das unidades de produção do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal causará um aumento na movimentação de navios aliviadores que, consequentemente, deverá causar um aumento da utilização das estruturas portuárias e das rotas de navegação existentes.	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Indutor, Sinérgico	Contínuo	Sim	Baixa	Alta	Média	Medida Mitigadora Preventiva Otimizar as operações de alívio. Medida Mitigadora Corretiva Monitorar as rotas realizadas e o uso dos terminais portuários por meio da execução do Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
O46: Aumento no tráfego aéreo A movimentação aérea de apoio ao Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal pode exercer alguma pressão sobre o tráfego aéreo, suas estruturas e rotas.	eti	Negativo	Direto	Regional	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Otimizar o planejamento da quantidade de viagens. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Aeronaves (PMTA).
O47: Aumento do ruído nas bases de apoio aéreo A movimentação aérea de pessoas por helicópteros entre o continente e as unidades marítimas que atenderão ao Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal deverão aumentar durante a etapa de operação. Assim, é esperado um aumento na movimentação do tráfego aéreo, suas estruturas e rotas.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Otimização o planeja- mento da quantidade de viagens. Medida Mitigadora Corretiva Exigir cumprimento do Plano Básico de Zoneamento de Ruídos (PBZR).
O48: Aumento no tráfego rodoviário A alta demanda por bens e serviços (transporte de máquinas, equipamentos, insumos e resíduos) exercerá aumento sobre o tráfego rodoviário.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo, sinérgico	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Aplicação das metas de redução da geração de resíduos sólidos. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Transporte e da Destinação de Insumos e Resíduos (PMIR) e Programa de Controle de Poluição (PCP).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O49: Aumento na pressão sobre populações tradicio- nais devido ao pagamento de tributos, taxas e compensa- ção financeira								nérgico						
O pagamento de tributos e taxas promovem aumento de arrecadação municipal, gerando investimento público em infraestrutura e serviços, alterando a socioeconomia local. A dinamização desses setores econômicos pode resultar no acirramento da disputa por territórios tradicionalmente ocupados, provocando o aumento na pressão sobre populações tradicionais	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Longa	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Média	Média	Medida Mitigadora Preventiva Programas de Educação Ambiental (PEAs).
O50: Aumento na pressão sobre populações tradicio- nais devido à movimentação de embarcações de apoio						o.	از	o, Sinérgico						Medida Mitigadora Preventiva
As atividades de operação do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal poderão alterar as atividades e modos de vida das populações tradicionais devido ao aumento da movimentação de embarcações de apoio.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Média	Média	Manutenção e fortalecimento do Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais (PCTT).
O51: Aumento na pressão so- bre populações tradicionais devido à movimentação de navios aliviadores						0		o, Sinérgico						Medida Mitigadora Preventiva
As atividades de operação do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal poderão alterar as atividades e modos de vida das populações tradicionais devido ao aumento da movimentação de navios aliviadores.		Negativo	Direto	Regional	Longo	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Alta	Grande	Manutenção e fortalecimento do Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais (PCTT).
O52: Manutenção/geração de emprego e renda				al				, Indutor,						A manutenção e/
A demanda por mão de obra interfere diretamente sobre o fator socioeconômico e o nível de emprego e renda, sendo sensível às oscilações de aspectos econômicos podendo determinar a elevação ou diminuição de seus índices.	Efetivo	Positivo	Direto	Suprarregional	Longa	Permanente	Irreversivel	Cumulativo, Induzido, Indutor, Sinérgico	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	ou geração de emprego e renda é um impacto positivo, para o qual não há indicação de medidas potencializadoras.

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O53: Aumento da pressão sobre a infraestrutura de serviços sociais (públicos e privados) A demanda por mão de obra interfere da economia local, provocando um crescimento populacional e, consequente, aumento da pressão sobre a infraestrutura de serviços essenciais, como saúde e educação.	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Medidas de Controle e Monitoramento Monitoramento das transformações sociais do território.
O54: Alteração da dinâmica econômica local pela demanda/aquisição de bens e serviços A contratação de serviços terceirizados vinculados direta ou indiretamente à cadeia produtiva do setor de petróleo e gás provoca um incremento na arrecadação tributária dos municípios e estados onde as atividades se inserem, injetando recursos financeiros na economia local.	Efetivo	Positivo/Negativo	Direto	Regional	Longa	Permanente	Irreversivel	Cumulativo, Indutor, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Alta	Grande	Medida de Controle e Monitoramento Monitoramento das transformações socioeconômicas do território (área de influência).
O55: Geração da receita de estados e municípios O pagamento de tributos, taxas e compensação financeira interfere diretamente sobre a arrecadação do poder público, gerando arrecadação pública na forma de impostos estaduais, municipais e federais.	Efetivo	Positivo	Direto	Regional	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Medida Potencializadora Execução do PEA Rendas do Petróleo com a participação popular. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento de Rendas Petrolíferas (PMRP).
O56: Alteração das rotinas de navegação e pesca artesanal pela movimentação das embarcações de apoio Espera-se que a movimentação de embarcações de apoio provoque um incremento no tráfego marítimo entre as áreas portuárias das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, ambos na Baía de Guanabara, e os locais determinados para a instalação das unidades de produção.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Média	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Aviso aos Navegantes. Programa de Educação Ambiental (PEA). Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O57: Colisão com embarcações de pesca artesanal decorrente da movimentação das embarcações de apoio A movimentação das embarcações de apoio para executar as atividades de operação do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal aumenta o risco de colisão com as embarcações de pesca artesanal nas rotas entre as bases marítimas e as unidades de produção.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortale- cimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e do Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT). Medida Indenizatória Indenizar os pescadores que possam ter suas em- barcações danificadas por colisão com embarcações de apoio.
O58: Colisão com embarca- ções de pesca artesanal de- corrente da movimentação dos navios aliviadores A movimentação dos navios aliviadores durante as ativi- dades de operação do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal au- menta o risco de colisão com as embarcações de pesca ar- tesanal nas rotas entre as uni- dades de produção e os ter- minais recebedores de óleo.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversivel	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) Medida Indenizatória Indenizar os pescadores que possam ter suas embarcações danificadas por colisão com navios aliviadores.
O59: Perda ou danos aos petrechos da pesca artesanal em decorrência movimentação de embarcações de apoio Possível risco de colisão nas rotas entre as bases de apoio marítimo e as unidades de produção, decorrentes da movimentação das embarcações que transportarão alimentos, equipamentos e resíduos, entre outros, podem ocasionar acidentes que levem à perda ou danos aos petrechos de pesca artesanal.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Medida Indenizatória Indenizar os pescadores que possam ter seus petrechos de pesca danificados por movimentação das embarcações de apoio. Medida de Controle e Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O60: Perda ou danos aos petrechos da pesca artesanal em decorrência movimentação de navios aliviadores A movimentação dos navios aliviadores, nas rotas entre as unidades de produção e os terminais recebedores de óleo, podem causar perda ou dano aos petrechos de pesca artesanal.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortale- cimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Medida Indenizatória Indenizar os pescadores que possam ter seus pe- trechos de pesca danifi- cados por movimentação dos navios aliviadores. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarca- ções (PMTE).
O61: Alteração das rotinas de navegação e pesca artesanal pela movimentação de navios aliviadores O aumento da movimentação de navios aliviadores causará um incremento no tráfego marítimo que poderá alterar as rotinas de navegação e a atividade de pesca artesanal nas rotas entre as unidades de produção e os terminais recebedores de óleo.	Efetivo	Negativo	Indireto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Baixa	Média	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortale- cimento dos Programas de Educação Ambiental (PEAs). Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarca- ções (PMTE).
O62: Alteração das rotinas de navegação e pesca industrial pela movimentação das embarcações de apoio A movimentação das embarcações de apoio entre as bases de apoio marítimo e a área das atividades do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal pode provocar interferência na atividade pesqueira industrial.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo,Induzido,Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medida Mitigadora Preventiva Aviso aos Navegantes. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/ OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O63: Colisão com embarcações de pesca industrial decorrente da movimentação das embarcações de apoio A movimentação das embarcações de apoio durante as atividades de operação do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal aumenta o risco de colisão com as embarcações de pesca industrial nas rotas entre as unidades de produção e as bases de apoio marítimo.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversivel	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Medida Indenizatória Indenizar os armadores que possam ter suas embarcações danificadas por colisão com embarcações de apoio. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
O64: Colisão com embarcações de pesca industrial decorrente da movimentação dos navios aliviadores A movimentação dos navios aliviadores durante as atividades de operação do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal aumenta o risco de colisão com as embarcações de pesca industrial nas rotas entre as unidades de produção e os terminais recebedores de óleo.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Média	Baixa	Média	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Medida Indenizatória Indenizar os armadores que possam ter suas embarcações danificadas por colisão com com navios aliviadores. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
O65: Perda ou danos aos petrechos da pesca industrial em decorrência movimentação de embarcações de apoio Possível risco de colisão nas rotas entre as bases de apoio marítimo e as unidades de produção, decorrentes da movimentação das embarcações que transportarão alimentos, equipamentos e resíduos, entre outros, podem ocasionar acidentes que levem à perda ou danos aos petrechos de pesca industrial.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversivel	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Medida Indenizatória Indenizar os armadores que possam ter suas embarcações danificadas por colisão com embarcações de apoio. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O66: Perda ou danos aos petrechos da pesca industrial em decorrência movimentação de navios aliviadores A movimentação dos navios aliviadores, nas rotas entre as unidades de produção e os terminais recebedores de óleo, podem causar perda ou dano aos petrechos de pesca industrial.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Medida Indenizatória Indenizar os armadores que possam ter suas embarcações danificadas por colisão com com navios aliviadores. Medida de Controle e Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
O67: Alteração das rotinas de navegação e pesca industrial pela movimentação de navios aliviadores O aumento da movimentação de navios aliviadores causará um incremento no tráfego marítimo que poderá alterar as rotinas de navegação e a atividade de pesca industrial nas rotas entre as unidades de produção e os terminais recebedores de óleo.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medidas Mitigadora Preventiva Informação por meio de boletins informativos. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
O68: Redução da área de pesca industrial em função da proibição da atividade pesqueira no entorno da unidade marítima Na área onde estiver a unidade de produção, será criada uma área legal de exclusão de navegação e pesca devido ao obrigatório distanciamento de 500 metros que, por segurança, deve ser mantido.		Negativo	Direto	Suprarregional	Longa	Permanente	Reversível	Cumulativo	Contínuo	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medida Mitigadora Preventiva Aviso aos Navegantes.

IMPACTO EFETIVO/ OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O69: Aumento no fluxo de turismo de negócios Estímulo às viagens com a finalidade de desenvolver atividade profissional, o que resultará em aumento de fluxo na modalidade turismo de negócios.	Efetivo	Positivo	Direto	Regional	Longa	Permanente	Reversivel	Cumulativo	Contínuo	Não	Alta	Baixa	Média	Este é um impacto positivo para o qual não existem ações potencializadoras.
O70: Interferência na atividade turística pela movimentação de embarcações de apoio As atividades de turismo náutico podem ser impactadas pelo aumento na movimentação de embarcações de apoio às atividades do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Otimização das viagens das embarcações de apoio para atendimento às unidades de produção. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
O71: Colisão com embarcações de turismo decorrente da movimentação das embarcações de apoio A movimentação das embarcações de apoio para as atividades de operação do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal aumenta o risco de colisão com as embarcações de turismo náutico no percurso entre as bases marítimas e as unidades de produção.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Medida Indenizatória Indenizar os operadores de turismo que possam ter suas embarcações danificadas por colisão com embarcações de apoio Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
O72: Alteração das rotinas de navegação e pesca industrial pela movimentação de navios aliviadores O aumento da movimentação de navios aliviadores causará um incremento no tráfego marítimo que poderá alterar as rotinas de navegação e a atividade turística nas rotas entre as unidades de produção e os terminais recebedores de óleo.	[∴	Negativo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Otimização das viagens dos navios aliviadores para atendimento às unidades de produção. Medida Indenizatória Indenizar os operadores de turismo caso ocorram danos por colisão com os navios aliviadores. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

Fase de Descomissionamento

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D22: Geração de expectativa Ao contrário das fases de Planejamento, Instalação e Operação, espera-se que a divulgação das atividades de descomissionamento gere expectativas inversas, desta vez relacionadas à redução da demanda por bens e serviços, redução na interferência com as atividades turística e pesqueira e aumento do desemprego, entre outros assuntos.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Contínuo	Não	Alta	Alta	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e dos Programas de Educação Ambiental (PEA Redes, PEA BG, PEA Pescarte e outros) que mantêm diálogo permanente com as populações na Área de Influência do empreendimento. Execução das ações de comunicação social, adequar e operacionalizar os canais de diálogo (serviço de atendimento ao público, participação institucional em conselhos e comitês). Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR)
D23: Mobilização da sociedade civil A divulgação do descomissionamento do Projeto Etapa 4 do Pré-Sal pode gerar mobilizações das sociedades civis como resposta à geração de expectativas negativas (impacto D22), principalmente nas comunidades e segmentos sociais que tenham históricos deste tipo de empreendimento.	Efetivo	Positivo	Direto	Regional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Medidas Potencializadoras Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e dos Programas de Educação Ambiental (PEA Redes, PEA BG, PEA Pescarte e outros) que mantêm diálogo permanente com as populações na Área de Influência do empreendimento. Executar as ações de comunicação social, adequar e operacionalizar os canais de diálogo (serviço de atendimento ao público, participação institucional em conselhos e comitês).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D24: Aprofundamento de conflitos socioambientais A divulgação do descomissionamento do Projeto Etapa 4 do Pré-Sal pode alterar e aprofundar conflitos socioambientais pela geração de expectativas negativas (impacto D22), principalmente nas comunidades e segmentos sociais que tenham históricos deste tipo de empreendimento.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Longo	Permanente	Irreversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Contínuo	Não	Alta	Média	Grande	Medidas Potencializadoras Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e dos Programas de Educação Ambiental (PEA Redes, PEA BG, PEA Pescarte e outros) que mantêm diálogo permanente com as populações na Área de Influência do empreendimento. Executar as ações de comunicação social, adequar e operacionalizar os canais de diálogo (serviço de atendimento ao público, participação institucional em conselhos e comitês).
D25: Aumento do conhecimento técnico-científico Os projetos do Pré-Sal requerem navios, plataformas, sondas e tudo que envolve a exploração e produção de petróleo, utilizando boa parte da capacidade da indústria nacional de bens e serviços. Em complemento aos impactos P4, I33 e O41, o volume de negócios previsto pelo Projeto da Etapa 4 deverá impulsionar o desenvolvimento em tecnologia e criar oportunidades tanto para a indústria como para a pesquisa científica nacional, além de gerar uma necessidade de capacitação profissional e científica na área de petróleo e gás.	Efetivo	Positivo	Direto/Indireto	Suprarregional	Curto	Temporário	Irreversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Alta	Alta	Grande	Medida Potencializadora Divulgação dos conhecimentos adquiridos e dados compilados por meio eletrônico

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D26: Aumento da pressão sobre a infraestrutura de tratamento e disposição final de resíduos sólidos Geração de resíduos sóli- dos.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Curta	Temporário	Irreversivel	Cumulativo, Indutor	Contínuo	Não	Média	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Controle e rastreabilidade dos resíduos sólidos; separação e acondicionamento; priorização de descontaminação, reuso e reciclagem. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Transporte e da Destinação de Insumos e Resíduos (PMIR) e Programa de Controle de Poluição (PCP).
D27: Aumento no tráfego marítimo pela movimentação de embarcações de apoio A movimentação de embarcações de apoio durante as atividades de instalação do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal exercerá aumento sobre as estruturas e rotas de navegação existentes, resultando em conflito pelo uso do espaço marítimo.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curta	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor, Sinérgico	Contínuo	Sim	Baixa	Alta	Média	Medida Mitigadora Preventiva Otimização das viagens das embarcações. Medidas de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do tráfego de embarcações (PMTE).
D28: Alteração das rotinas de navegação e pesca artesanal pela movimentação das embarcações de apoio Espera-se que a movimentação de embarcações de apoio provoque um incremento no tráfego marítimo entre as áreas portuárias das cidades do Rio de Janeiro e Niterói, ambos na Baía de Guanabara, e os locais determinados para a instalação das unidades de produção.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curta	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Média	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Aviso aos Navegantes. Programa de Educação Ambiental (PEA). Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D29: Colisão com embarcações de pesca artesanal decorrente da movimentação das embarcações de apoio A movimentação das embarcações de apoio para executar as atividades de descomissionamento do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal aumenta o risco de colisão com as embarcações de pesca artesanal nas rotas entre as bases marítimas e as unidades de produção.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR) e do Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT). Medida Indenizatória Indenizar os pescadores que possam ter suas embarca- ções danificadas por colisão com embarcações de apoio.
D30: Perda ou danos aos petrechos da pesca artesanal em decorrência movimentação de embarcações de apoio Possível risco de colisão nas rotas entre as bases de apoio marítimo e as unidades de produção, decorrentes da movimentação das embarcações que transportarão alimentos, equipamentos e resíduos, entre outros, podem ocasionar acidentes que levem à perda ou danos aos petrechos de pesca artesanal.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversivel	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Medida Indenizatória Indenizar os pescadores que possam ter seus petrechos de pesca danificados por movimentação das embarcações de apoio. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
D31: Alteração das rotinas de navegação e pesca industrial pela movimentação das embarcações de apoio A movimentação das embarcações de apoio entre as bases de apoio marítimo e a área das atividades do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal pode provocar interferência na atividade pesqueira industrial.	Efetivo	Negativo	Direto	Suprarregional	Curta	Temporário	Reversivel	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medida Mitigadora Preventiva Aviso aos Navegantes. Programa de Educação Ambiental (PEA). Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D32: Colisão com embarcações de pesca industrial decorrente da movimentação das embarcações de apoio durante as atividades de descomissionamento do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal aumenta o risco de colisão com as embarcações de pesca industrial nas rotas entre as unidades de produção e as bases de apoio marítimo.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Medida Indenizatória Indenizar os armadores que possam ter suas embarcações danificadas por colisão com embarcações de apoio. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
D33: Perda ou danos aos petrechos da pesca industrial em decorrência movimentação de embarcações de apoio Possível risco de colisão nas rotas entre as bases de apoio marítimo e as unidades de produção, decorrentes da movimentação das embarcações que transportarão alimentos, equipamentos e resíduos, entre outros, podem ocasionar acidentes que levem à perda ou danos aos petrechos de pesca industrial.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Medida Indenizatória Indenizar os armadores que possam ter seus petrechos de pesca danificados por movimentação das embarcações de apoio. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).
D34: Interferência na atividade turística pela movimentação de embarcações de apoio As atividades de turismo náutico podem ser impactadas pelo aumento na movimentação de embarcações de apoio às atividades do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal.	Efetivo	Negativo	Direto	Regional	Curta	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Contínuo	Sim	Alta	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Otimização das viagens das embarcações de apoio para atendimento às unidades de produção. Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTO EFETIVO/OPERACIONAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Frequência	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D35: Colisão com embarcações de turismo decorrente da movimentação das embarcações de apoio A movimentação das embarcações de apoio para as atividades de descmissionamento do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal aumenta o risco de colisão com as embarcações de turismo náutico no percurso entre as bases marítimas e as unidades de produção.	Efetivo/Operacional	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Induzido	Intermitente	Não	Alta	Baixa	Média	Medidas Mitigadora Preventiva Manutenção e fortalecimento do Programa de Comunicação Social (PCSR). Medida Indenizatória Indenizar os operadores de turismo que possam ter suas embarcações danificadas por colisão com embarcações de apoio Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações (PMTE).

IMPACTOS POTENCIAIS

Meio Físico

Fase de Planejamento: não foram identificados impactos potenciais para o meio físico.

Fase de Instalação

IMPACTO POTENCIAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I20: Alteração da qualidade da água oceânica devido ao vazamento de querosene de aviação (QAV) no mar Possíveis vazamentos de querosene de aviação (QAV) no mar, proveniente de acidentes envolvendo a colisão de aeronaves, podem alterar a qualidade da água do mar nos locais atingidos.	Potencial	Negativo	Direta	Local	Imediata	Temporária	Reversível	Cumulativo, Indutor	Não	Ваіха	Baixa	Pequena	Análise e Gerenciamento de Riscos Ambientais que são identificados os possíveis cenários acidentais por meio da Análise de Preliminar de Riscos (APR). Nessa técnica são identificadas ainda salvaguardas.
I21: Alteração da qualidade da água oceânica devido ao vazamento de combustível no mar Possíveis vazamentos de combustível no mar, proveniente de acidentes com as embarcações de apoio, podem alterar a qualidade da água do mar nos locais atingidos.	Potencial	Negativo	Direta	Regional	Imediata	Temporária	Reversível	Cumulativo, Indutor	Não	Baixa	Média	Média	Acionar o Plano de Emergência de Bordo de Poluição por Óleo (SOPEP) ²² , bem como os clubes seguradores (P&I) para custeio das operações, indenizações e compensação, podendo contar, mediante disponibilidade da Petrobras e a aprovação do órgão ambiental, com recursos do PEVO-BS ²³ para ampliar a capacidade de resposta oferecida.
I22: Alteração da qualidade da água costeira devido ao vazamento de combustível no mar Alteração da qualidade da água costeira devido ao vazamento de combustível no mar.	Potencial	Negativo	Direta	Regional	Imediata	Temporária	Reversível	Cumulativo, Indutor, Sinérgico	Sim	Alta	Média	Grande	Acionar o Plano de Emergência de Bordo de Poluição por Óleo (SOPEP), bem como os clubes seguradores (P&I) para custeio das operações, indenizações e compensação, podendo contar, mediante disponibilidade da Petrobras e a aprovação do órgão ambiental, com recursos do PEVO-BS para ampliar a capacidade de resposta oferecida.

²² Para incidentes ocorridos com embarcações de apoio à atividade, quando estas não estiverem operando junto as unidades marítimas, será acionado o Plano de Emergência de Bordo de Poluição por Óleo (SOPEP). Toda embarcação tem kit SOPEP que são materiais absorventes pra caso de acidente, evitar que o óleo ou combustível vazado caia no mar.

²³ Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS) apresenta as ações e—procedimentos de resposta complementares, para consequências de incidentes de poluição por óleo que ultrapassem os limites da Unidade Marítima, no mar ou em terra. No PEVO também são apresentados recursos e estratégias para proteção e limpeza de áreas sujeitas a vazamento, bem como recursos e estratégias para a proteção de fauna.

IMPACTO POTENCIAL (explicação do imp		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O23: Alteração da q da água oceânica d vazamento de quero aviação (QAV) no ma Possíveis vaz de querosene de (QAV) no mar, pro de acidentes envol colisão de aeronaves alterar a qualidade da mar nos locais atingio	evido ao osene de r amentos aviação oveniente vendo a s, podem a água do	ial	Negativo	Direta	Local	Imediata	Temporária	Reversível	Cumulativo, Indutor	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Análise e Gerenciamento de Riscos Ambientais que são identificados os possíveis cenários acidentais por meio da Análise de Preliminar de Riscos (APR). Nessa técnica são identificadas ainda salvaguardas
•	devido produtos acidentes químicos dades de ealização e cargas, lidade da	Potencial	Negativo	Direta	Local	Imediata	Temporária	Reversível	Cumulativo, Indutor	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Com relação a vazamentos de produtos químicos a mitigação dos impactos será baseada no Plano de Resposta a Emergências da Bacia de Santos (PRE-BS), sendo esta medida de caráter corretivo. Serão adotados ainda procedimentos de segurança, por meio do cumprimento de padrões e treinamento adequado da força de trabalho. Essa medida é de caráter preventivo.
O25: Alteração da qualidade da água oceânica devido ao vazamento de combustível e/ou óleo no mar Possíveis vazamentos de combustível e/ou óleo no mar pro-	Volume 8 m³	Potencial	Negativo	Direta	Regional	Imediata	Temporária	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Não	Ваіха	Média	Média	As medidas mitigadoras visam impedir a dispersão da mancha do combustível em áreas vulneráveis, conforme o PEI ²⁴ individual de cada unidade de produção que será apresentado e o PEVO-BS, já implementado, que será submetido à reavaliação para sua adequação
veniente de acidentes das embarcações de apoio ou das unidades de produção, envolvendo pequeno (8m³) e médio (200 m³) volumes, podem alterar a qualidade da água do mar nos locais atingidos.	Volume 200 m³	Potencial	Negativo	Direta	Supraregional	Imediata	Temporária	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Não	Baixa	Alta	Média	 caso necessário – e reapresentado no processo de licenciamento. Serão adotados ainda procedimentos de segurança, por meio do cumprimento de padrões e treinamento adequado da força de trabalho.

²⁴O Plano de Emergência Individual para Incidentes de Poluição por Óleo (PEI) apresenta as ações de resposta para incidentes a bordo de cada uma das Unidades Marítimas.

O25: Alteração da qualidade da água costeira devido ao vazamento de combustível e/ou óleo no mar Possíveis vazamentos de combustível e/ou óleo no mar proveniente de acidentes das embarcações de apoio ou das unidades de produção, considerando o volume de pior caso (460.000 m³), podem alterar a qualidade da água do mar nos locais atingidos até as águas costeiras.	Volume 460.000 m³	Potencial	Negativo	Direta	Supraregional	Imediata	Temporária	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Sim	Alta	Alta	Grande	As medidas mitigadoras visam impedir a dispersão da mancha do combustível em áreas vulneráveis, conforme o PEI individual de cada unidade que será apresentado e o PEVO-BS, já implementado, e que será submetido a reavaliação para sua adequação — caso necessário — e reapresentado no processo de licenciamento. Serão adotados ainda procedimentos de segurança, por meio do cumprimento de padrões e treinamento adequado da força de trabalho.
--	-------------------------	-----------	----------	--------	---------------	----------	------------	------------	--------------------------------	-----	------	------	--------	--

Fase de Descomissionamento

IMPACTO POTENCIAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D12: Alteração da qualidade da água oceânica devido ao vazamento de querosene de aviação (QAV) no mar Possíveis vazamentos de querosene de aviação (QAV) no mar, proveniente de acidentes envolvendo a colisão de aeronaves, podem alterar a qualidade da água do mar nos locais atingidos.	Potencial	Negativo	Direta	Local	Imediata	Temporária	Reversível	Cumulativo, Indutor	Não	Baixa	Ваіха	Pequena	Análise e Gerenciamento de Riscos Ambientais que são identificados os possíveis cenários acidentais por meio da Análise de Preliminar de Riscos (APR). Nessa técnica são identificadas ainda salvaguardas.
D13: Alteração da qualidade da água oceânica devido ao vazamento de combustível no mar Possíveis vazamentos de combustível no mar, proveniente de acidentes com as embarcações de apoio, podem alterar a qualidade da água nos locais atingidos. Esse impacto considera os acidentes em regiões mais distantes da costa (acima de 12 milhas náuticas).	Potencial	Negativo	Direta	Regional	Imediata	Temporária	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Não	Baixa	Média	Média	Análise e Gerenciamento de Riscos Ambientais que são identificados os possíveis cenários acidentais por meio da Análise de Preliminar de Riscos (APR). Nessa técnica são identificadas ainda salvaguardas.
D14: Alteração da qualidade da água costeira devido ao vazamento de combustível no mar. Possíveis vazamentos de combustível no mar, proveniente de acidentes das embarcações de apoio, podem alterar a qualidade da água do mar nos locais atingidos. Esse impacto considera que tais acidentes ocorram em regiões mais próximas da costa (abaixo de 12 milhas náuticas).	Potencial	Negativo	Direta	Regional	Imediata	Temporária	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor	Sim	Alta	Média	Grande	Acionar o Plano de Emergência de Bordo de Poluição por Óleo (SOPEP), bem como os clubes seguradores (P&I) para custeio das operações, indenizações e compensação, podendo contar, mediante disponibilidade da Petrobras e a aprovação do órgão ambiental, com recursos do PEVO-BS para ampliar a capacidade de resposta oferecida.

IMPACTOS POTENCIAIS

· Meio Biótico

Fase de Planejamento: não foram identificados impactos potenciais para o meio biótico.

Fase de Instalação

IMPACT POTENC (explicação do	IAL	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I23: Perturbação do plâncton pelo vazamento de combustível no mar Caso o corra o choque ou colisão entre embarcações, poderá ocorrer o rompimento de tanques ou equipamentos, podendo ocasionando vazamento de óleo diesel para o mar, podendo alter a composição da comunidade planctônica em decorrência das alterações nas características físico-químicas da água do mar.	Volume até 500m³	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Sinérgico, Indutor e Induzido	Sim	Baixa	Média	Média	Ações a serem adotadas no caso de incidentes de vazamento (PEI). Equipamentos e materiais de resposta que compõe o kit do Plano de Emergência de Bordo de Poluição por Óleo (SOPEP). Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS). Medida de Controle e Monitoramento Avaliar alcance do vazamento.

	ACTO ENCIAL do impad	:to)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I24: Perturbação do nécton pelo vazamento de combustível no mar Caso ocorra vazamento de combustíveis das embarcações, que atuam na ativi-	Volume até 500m³	Peixes	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, induzido e indutor	Sim	Baixa	Alta	Média	Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos (PMP-BS). Avaliar abrangência do vazamento. Realizar monitoramento de ocorrência de animais oleados. Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo
dade do Projeto Etapa 4, o nécton (baleias, golfi- nhos, tartarugas marinhas e pei- xes) pode ser afe- tado.		Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, induzido e indutor	Sim	Alta	Alta	Grande	na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS). Medida Mitigadora Corretiva Avaliar a taxa de concentração de petróleo e gás nos animais com óleo encontrados vivos ou mortos.
I25: Perturbação marinhas pelo var de combustível no Caso ocorra var de combustíveis o barcações que at atividade, aves n podem ser afetada	zamento mar zamento das em- cuam na narinhas	Volume até 500m³	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, induzido	Sim	Alta	Alta	Grande	Monitoramento e Controle Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos (PMP-BS). Medida Mitigadora Corretiva Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS). Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.

IMPACTO POTENCIAL (explicação do imp	acto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
l26: Perturbação de praias arenosas pelo vazamento de combustível no mar Há possibilidade de ocorrer vazamento de combustível durante o abastecimento em bases de apoio ou navegação para as áreas da atividade. Nesse caso, ecossistemas ²⁵ costeiros podem ser atingidos.	Volume até 500m³	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, induzido	Sim	Média	Baixa	Média	Medida Mitigadora Corretiva Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS). Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.
I27: Perturbação de planícies de maré ²⁶ e praia (terraços de baixa mar) pelo vazamento de combustível e/ou óleo no mar Há possibilidade de ocorrer vazamento de combustível durante o abastecimento em bases de apoio ou navegação para as áreas da atividade. Nesse caso, ecossistemas costeiros podem ser atingidos.	Volume até 500m³	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor	Sim	Média / Alta	Média	Grande	Medida Mitigadora Corretiva Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS). Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.
I28: Perturbação de costões rochosos ²⁷ pelo vazamento de combustível no mar Há possibilidade de ocorrer vazamento de combustível durante o abastecimento em bases de apoio ou navegação para as áreas da atividade. Nesse caso, ecossistemas costeiros podem ser atingidos.	Volume até 500m³	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor	Sim	Média	Alta	Grande	Medida Mitigadora Corretiva Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS). Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.

²⁵ Conjunto formado pelas interações entre componentes bióticos, como os organismos vivos: plantas, animais e micróbios, e os componentes abióticos, como elementos químicos e físicos, ar, água, solo e minerais.

^{*&}lt;sup>26</sup> Em regiões tropicais podem abrigar manguezais, são consideradas ecossistemas costeiros de transição entre os ambientes marinho e terrestre.

^L₂₇ São regiões de transição entre os meios terrestres e marinhos, apesar disso são considerados ambientes mais marinhos do que terrestre, pois seus organismos estão predominantemente relacionados ao mar.

IMPACTO POTENCIAL (explicação do impacto	o)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
I29: Perturbação de manguezais pelo vazamento de combustível no mar Há possibilidade de ocorrer vazamento de combustível durante o abastecimento em bases de apoio ou navegação para as áreas da atividade. Nesse caso, ecossistemas costeiros podem ser atingidos.	Volume até 500m³	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor	Sim	Alta	Alta	Grande	Medida Mitigadora Corretiva Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS). Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.

IMPACTO POTENCIAL (explicação do impa	acto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O27: Perturbação do plâncton pelo vazamento de produtos químicos no mar A composição da comunidade planctônica pode ser alterada em função de alterações nas características físico-químicas da água do mar derivadas de vazamento de produtos químicos no mar, que podem ocorrer durante a movimentação de cargas entre as embarcações de apoio e as unidades de produção ou por rompimento de tubulação e acessórios.	Volume 8m³	Potencial	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor, Induzido	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medida Mitigadora Corretiva Plano de Resposta a Emergências da Bacia de Santos (PRE-BS). Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.
O28: Perturbação do plâncton pelo vazamen- to de combustível ou	Volume 8m³	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor, Induzido	Não	Baixa	Média	Média	Medida Mitigadora Corretiva Execução das ações previstas nos Planos de Emergência Individuais (PEI). Manutenção dos
óleo no mar A composição da comunidade planctônica pode ser alterada em função de vazamentos de óleo ou combustível, que podem ocorrer devido a acidentes das embarcações de apoio ou das unidades de produção, envolvendo pequeno	Volume 8 a 200m³	Potencial	Negativo	Direto	Suprarregional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor, Induzido	Não	Baixa	Alta	Média	equipamentos e materiais de resposta que compõem o kit SOPEP. Acionamento do PEVO de acordo com o alcance do vazamento. Medida de Controle e Monitoramento
(8m³) e médio (200 m³) ou grande (4.600 m³) vo- lume de derramamento.	Volume 460.000m³	Potencial	Negativo	Direto	Suprarregional	Imediato	Temporário	Reversivel	Cumulativo, Indutor, Induzido	Sim	Baixa	Alta	Média	Avaliação do alcance do vazamento. Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.

IMPAC POTEN (explicação d	CIAL	o)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O29: Perturbação do nécton pelo vazamento de produtos químicos no mar O vazamento de produtos químicos no mar pode afetar os organismos do plâncton (impacto O27) e, consequentemente,	Volume	Peixes	Potencial	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor, Induzido	Não	Baixa	Baixa	Pequena	Medida Mitigadora Corretiva Plano de Resposta a Emergências da Bacia de Santos (PRE-BS).
a cadeia alimentar próxima à unidade de produção, incluindo os peixes (ictiofauna), baleias, golfinhos e toninhas (cetáceos) e tartarugas (quelônios), que são os animais que compõem o nécton.	8m³	Baleias, golfinhos e tarta- rugas marinhas	Potencial	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor, Induzido	Não	Alta	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.

PC	MPACTO OTENCIAL ;ão do impa	cto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
	Volume	Peixes	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Indutor	Não	Baixa	Média	Média	Medida Mitigado- ra Corretiva Execução das ações previstas nos Planos de Emergência Indivi-
O30: Perturba- ção do nécton pelo vazamento de combustível ou óleo no mar	8m³	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Indutor	Não	Alta	Média	Grande	duais (PEI). Manutenção dos equipamentos e materiais de resposta que com- põem o kit SOPEP. Acionamento do PEVO de acordo
O vazamen- to de óleo ou combustível no mar pode afe- tar diretamente os animais que compõem o néc- ton por meio de	Volume 8	Peixes	Potencial	Negativo	Direto	Supraregional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Indutor	Não	Baixa	Alta	Média	com o alcance do vazamento. Acionamento do Plano de Proteção e Atendimento à Fauna (PPAF). Medida de Controle e Moni-
contato e inges- tão, incluindo os peixes (ictio- fauna), baleias, golfinhos e to- ninhas (cetáce- os) e tartarugas (quelônios) e, indiretamente,	a 200m³	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Potencial	Negativo	Direto	Supraregional	Imediato	Temporário		Cumulativo, Induzido, Indutor	Não	Alta	Alta	Grande	Avaliação do alcance do vazamento. Realizar monitoramento de ocorrência de animais oleados.
por afetar os organismos do plâncton (im- pacto O28) que podem fazer parte da sua dieta alimentar.		Peixes	Potencial	Negativo	Direto	Supraregional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Indutor	Sim	Baixa	Alta	Média	Realizar a necropsia e obter a taxa de concentração dos componentes de óleo ou combustível dos animais mortos em decorrência do vazamento.
	Volume 460.000m³	Baleias, golfinhos e tartarugas marinhas	Potencial	Negativo	Direto	Supraregional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Indutor	Sim	Alta	Alta	Grande	Medida Mitigado- ra Preventiva Treinamento para ações de emergên- cia para força de trabalho.

IMPACTO POTENCI <i>I</i> (explicação do ir	AL	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O31: Perturbação de rinhas pelo vazamento de processor no mar pode af marinhas pelo con ou por afetar os oroplâncton (impacto O29) que zer parte da dieta al aves.	nto de pro- mar dutos quími- etar as aves itato direto ganismos do 027) ou nec- le podem fa-	otenci	Negativo	Direto	Local	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo e Induzido	Não	Alta	Baixa	Média	Medida Mitigadora Corretiva Execução das ações previstas no Plano de Resposta a Emergências da Bacia de Santos (PRE- BS). Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.
O32: Perturbação das aves marinhas pelo vazamento de óleo ou combustí-	Volume 8m³	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo e Induzido	Não	Alta	Média	Grande	Medida Mitigadora Corretiva Acionamento do PEVO de acordo com o alcance do vazamento. Acionamento do Plano de
vel no mar O vazamento de óleo ou combustível no mar pode afetar diretamente as aves marinhas por meio de contato e ingestão e, indiretamente, por afetar os organismos do plâncton (impacto	Volume 8 a 200m³	Potencial	Negativo	Direto	Supraregional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo e Induzido	Não	Alta	Alta	Grande	Proteção e Atendimento à Fauna (PPAF). Medida de Controle e Monitoramento Execução das ações previstas no Projeto de Monitoramento de Impactos de Plataformas e Embarcações sobre a Avifauna (PMAVE).
O28) e nécton (impacto O30) que podem fazer parte da sua dieta alimentar.	Volume 460.000m³	Potencial	Negativo	Direto	Suprarregional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo e Induzido	Sim	Alta	Alta	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para a força de trabalho.

IMPACTO POTENCIAL (explicação do imp		Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O33: Perturbação de praias arenosas pelo vazamento de óleo ou combustível no mar Possíveis vazamentos de óleo ou combustível no mar, provenientes de acidentes das embarcações de apoio ou das unidades de produção, considerando o volume de pior caso (460.000 m³), podem atingir e afetar a qualidade das praias arenosas e afetar a biota associada.	Volume 460.000m³	Potencial	Negativo	Direto	Suprarregional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, indutor	Sim	Média	Alta	Grande	Execução das ações previstas nos Planos de Emergência Individuais (PEI). Manutenção dos equipamentos e materiais de resposta que compõem o kit SOPEP. Acionamento do PEVO de acordo com o alcance do vazamento. Medida de Controle e Monitoramento Avaliação do alcance do vazamento. Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.
O34: Perturbação de planícies de maré, baixios lodosos e terraços de baixa mar pelo vazamento de óleo ou combustível no mar Possíveis vazamentos de óleo ou combustível no mar, provenientes de acidentes das embarcações de apoio ou das unidades de produção, considerando o volume de pior caso (460.000 m³), podem atingir e afetar a qualidade das planícies de maré, baixios lodosos e terraços de baixa mar e afetar a biota associada.	Volume 460.000m³	Potencial	Negativo	Direto	Suprarregional	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, indutor	Sim	Média/Alta	Alta	Grande	Medida Mitigadora Corretiva Execução das ações previstas nos Planos de Emergência Individuais (PEI). Manutenção dos equi- pamentos e materiais de resposta que compõem o kit SOPEP. Acionamento do PEVO de acordo com o alcance do vazamento. Medida de Controle e Monitoramento Avaliação do alcance do vazamento. Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.

IMPACTO POTENCIA (explicação do in	\L	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O35: Perturbação de costões rochosos pelo vazamento de óleo ou combustível no mar Possíveis vazamentos de óleo ou combustível no mar, provenientes de acidentes das embarcações de apoio ou das unidades de produção, considerando o volume de pior caso (460.000 m³), podem atingir e afetar a qualidade dos costões rochosos e afetar a biota associada.	Volume 460.000m³	Potencial	Negativo	Direto	Suprarregional	Curto	Temporário	Reversivel	Cumulativo, Indutor	Sim	Média	Alta	Grande	Medida Mitigadora Corretiva Execução das ações previstas nos Planos de Emergência Individuais (PEI). Manutenção dos equipamentos e materiais de resposta que compõem o kit SOPEP. Acionamento do PEVO de acordo com o alcance do vazamento. Medida de Controle e Monitoramento Avaliação do alcance do vazamento Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.
O36: Perturbação de manguezais pelo vazamento de óleo ou combustível no mar Possíveis vazamentos de óleo ou combustível no mar, provenientes de acidentes das embarcações de apoio ou das unidades de produção, considerando o volume de pior caso (460.000 m³), podem atingir e afetar a qualidade dos manguezais e afetar a biota associada.	Volume 460.000m³	Potencial	Negativo	Direto	Suprarregional	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor	Sim	Alta	Alta	Grande	Medida Mitigadora Corretiva Execução das ações previstas nos Planos de Emergência Individuais (PEI). Manutenção dos equipamentos e materiais de resposta que compõem o kit SOPEP. Acionamento do PEVO de acordo com o alcance do vazamento. Medida de Controle e Monitoramento Avaliação do alcance do vazamento Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.

IMPACTO POTENCI <i>A</i> (explicação do ir	NL	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O37: Perturbação de marismas pelo vazamento de óleo ou combustível no mar Possíveis vazamentos de óleo ou combustível no mar, provenientes de acidentes das embarcações de apoio ou das unidades de produção, considerando o volume de pior caso (460.000 m³), podem atingir e afetar a qualidade dos marismas e afetar a biota associada.	Volume 460.000m³	Potencial	Negativo	Direto	Suprarregional	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor	Sim	Alta	Alta	Grande	Execução das ações previstas nos Planos de Emergência Individuais (PEI). Manutenção dos equipamentos e materiais de resposta que compõem o kit SOPEP. Acionamento do PEVO de acordo com o alcance do vazamento. Medida de Controle e Monitoramento Avaliação do alcance do vazamento Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.

Fase de Descomissionamento

	ACTO :NCIAL do impa	cto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D15: Perturba- ção do plâncton pelo vazamento de combustível no mar Caso o corra o choque ou coli- são entre embar- cações, poderá ocorrer o rompi- mento de tanques ou equipamentos, ocasionando va- zamento de óleo diesel para o mar, alterando a com- posição da comu- nidade planctôni- ca em decorrência das alterações nas características fí- sico-químicas da água do mar.		lume 500m³	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor, Sinérgico	Sim	Baixa	Média	Média	Medida Mitigadora Corretiva Ações a serem adotadas no caso de incidentes de vazamento (PEI). Equipamentos e materiais de resposta que compõe o kit do Plano de Emergência de Bordo de Poluição por Óleo (SOPEP). Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS). Medida de Controle e Monitoramento Avaliar alcance do vazamento.
D16: Perturba- ção do nécton pelo vazamento de combustível no mar Caso ocorra va- zamento de combustíveis das	Volume até	Peixes	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, induzido e indutor	Sim	Baixa	Alta	Média	Medida de Controle e Monitoramento Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos (PMP-BS). Avaliar abrangência do vazamento. Realizar monitoramento de ocorrência de animais oleados. Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área
embarcações que atuam na atividade do Projeto Etapa 4, o nécton (baleias, golfinhos, tartarugas marinhas e peixes) pode ser afetado.	500m³	Baleias, golfinhos e tarta- rugas marinhas	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, induzido e indutor	Sim	Alta	Alta	Grande	Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS). Realizar a necropsia das carcaças em animais marinhos. Medida Mitigadora Corretiva Avaliar a taxa de concentração de petróleo e gás nos animais com óleo encontrados vivos ou mortos.

IMPACTO POTENCIAL (explicação do impa	acto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
														Monitoramento e Controle
														Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos (PMP-BS).
														Medida Mitigadora Corretiva
D17: Perturbação de aves marinhas pelo va- zamento de combustí- vel no mar	Volume	cial	ivo	0:	nal	ato	ário	ível	Cumulativo, induzido		ı	ı	de	Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS).
Caso ocorra vazamen- to de combustíveis das embarcações que atu-	até 500m³	Potencia	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversivel	ulativo,	Sim	Alta	Alta	Grande	Medida Mitigadora Preventiva
am na atividade, aves marinhas podem ser afetadas.									Cum					Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.
														O Plano de Proteção à fauna Oleada em caso de Vazamento de Óleo (PPFAV) estabelece técnicas e estratégias de proteção e atendimento a fauna afetada por óleo.
D18: Perturbação de praias arenosas														Medida Mitigadora Corretiva
pelo vazamento de combustível no mar Há possibilidade de ocorrer vazamento de	Volume até	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Imediato	Temporário	Reversível	Cumulativo, indutor	Sim	Média	Baixa	Média	Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS).
combustível durante o abastecimento em ba- ses de apoio ou nave-	500m³	Pot	Nec	Di	Reg	lme	Temp	Reve	umulati	U1	Ň	B	Σ	Medida Mitigadora Preventiva
gação para as áreas da atividade. Nesse caso, ecossistemas costeiros podem ser atingidos.									0					Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.
D19: Perturbação de planícies de maré e praia (terraços de baixa														Medida Mitigadora Corretiva
mar) pelo vazamento de combustível e/ou óleo no mar Há possibilidade de	Volume	ncial	ıtivo	eto	onal	rto	Temporário	rsível	Cumulativo, Indutor	ш	Média / Alta	dia	Grande	Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos
ocorrer vazamento de combustível durante o	até 500m³	Potencia	Negativo	Direto	Regional	Curto	Tempo	Reversível	ulativ	Sim	1édia	Média	Gra	(PEVO-BS).
abastecimento em ba- ses de apoio ou nave-							-		Cumi		_			Medida Mitigadora Preventiva
gação para as áreas da atividade. Nesse caso, ecossistemas costeiros podem ser atingidos.														Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.

IMPACTO POTENCIAL (explicação do impa	acto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
D20: Perturbação de costões rochosos pelo vazamento de combustível no mar Há possibilidade de ocorrer vazamento de combustível durante o abastecimento em bases de apoio ou navegação para as áreas da atividade. Nesse caso, ecossistemas costeiros podem ser atingidos.	até	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Curto	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor	Sim	Média	Alta	Grande	Medida Mitigadora Corretiva Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS). Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.
D21: Perturbação de manguezais pelo vazamento de combustível no mar Há possibilidade de ocorrer vazamento de combustível durante o abastecimento em bases de apoio ou navegação para as áreas da atividade. Nesse caso, ecossistemas costeiros podem ser atingidos.	até	Potencial	Negativo	Direto	Regional	Médio	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor	Sim	Alta	Alta	Grande	Medida Mitigadora Corretiva Acionar o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS). Medida Mitigadora Preventiva Treinamento para ações de emergência para força de trabalho.

IMPACTOS POTENCIAIS

Meio Socioeconômico

Fase de Planejamento: não foram identificados impactos potenciais para o meio socioeconômico.

Fase de Instalação: não foram identificados impactos potenciais para o meio socioeconômico.

IMPACTO POTENCIAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O73: Alteração no Tráfego Marítimo pelo vazamento de óleo no mar O vazamento acidental de combustível e óleo no mar pode levar a alterações no tráfego marítimo, para o desvio da mancha de óleo.	Potencial	Negativo	Direto	Suprarregional	lmediata	Temporário	Reversível	Cumulativo, Indutor, Sinérgico	Sim	Baixa	Baixa	Pequena	Medida Mitigadora Preventiva Aviso aos Navegantes.
O74: Pressão sobre a Infraestrutura Portuária Alterações no tráfego marítimo provocadas por um possível vazamento de óleo, tende a pressionar a infraestrutura portuária existente da região, atingindo inclusive as bases de apoio marítimo do Projeto Etapa 4 do Polo Pré-Sal.	otenci	Negativo	Indireto	Suprarregional	lmediata	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido	Não	Média	Baixa	Média	Não há como definir quais áreas portuárias serão utilizadas no momento da emergência, portanto, não são apresentadas medidas para sua mitigação.
O75: Alteração no Tráfego Aéreo pelo vazamento de óleo no mar Transporte de pessoal e equipamentos com vistas à contenção de um vazamento acidental, tende a ocorrer um aumento no número de viagens aéreas entre as bases de apoio e a unidade de produção.	ij	Negativo	Direto	Suprarregional	Imediata	Temporário	Reversível	Cumulativo	Não	Média	Baixa	Média	Medida Mitigadora Preventiva Comunicação imediata às autoridades do comando aéreo.

IMPACTO POTENCIAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O76: Interferência com a pesca artesanal pelo vazamento de óleo O vazamento de óleo de grandes proporções pode interferir na atividade pesqueira artesanal provocando alteração na qualidade do pescado ou a perda de petrechos de pesca. Os efeitos podem ser potencializados em virtude da baixa mobilidade e autonomia da frota.	otencial	Negativo	Directo	Suprarregional	Curta	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Sim	Alta	Alta	Grande	Medida Mitigadora Preventiva Realizar treinamentos de agentes ambientais (capacitação de pessoas da sociedade civil, inclusive pescadores) periodicamente, para atuar como agentes de limpeza de praias em caso de vazamento de óleo. Consolidar a sequência de ações específicas de socioeconomia junto ao comando da EQR28, de acordo com as necessidades do incidente, assim como auxiliar demais frentes da emergência com a obtenção de informações para adequada avaliação de prejuízos e formas de ressarcimento do dano ambiental. Comunicar imediatamente o setor pesqueiro em situações de emergência. Treinar o pessoal interno nas medidas de segurança dos padrões operacionais. Aplicar procedimentos da Petrobras para emergências individuais das unidades de produção e para emergência de vazamento de óleo. Medida Compensatória Ações de assessoria jurídica, administrativa e financeira quanto à prevenção, ao recebimento e ao tratamento de reivindicações e indenizações por danos a pessoas, patrimônio e meio ambiente, previstas no Plano de Resposta à Emergência da UO-BS.
O77: Interferência com a pesca industrial pelo vazamento de óleo Um possível vazamento de óleo de grandes proporções pode interferir na atividade pesqueira industrial provocando alteração na qualidade do pescado ou a perda de petrechos de pesca, por exemplo.		Negativo	Direto	Suprarregional	Curta	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Não	Baixa	Alta	Média	Medida Mitigadora Preventiva Treinar o pessoal interno nas medidas de segurança dos padrões operacionais. Aplicar o que está planejado nos procedimentos da Petrobras para emergências individuais das unidades de produção e para emergência de vazamento de óleo.

²⁸ Equipe formada por diferentes especialistas, organizada em funções e responsabilidades para atendimento a emergências ambientais. -

IMPACTO POTENCIAL (explicação do impacto)	Classe	Natureza	Forma de Incidência	Abrangência Espacial	Duração	Permanência	Reversibilidade	Cumulatividade	Impacto em UC	Sensibilidade	Magnitude	Importância	TIPO DE MEDIDA AÇÃO DE MITIGAÇÃO OU PROJETO AMBIENTAL
O78: Interferência com a atividade de turismo pelo vazamento de óleo O vazamento acidental de combustível e óleo no mar tem potencial para interferir na atividade de turismo na área de influência do Projeto Etapa 4.	Potencial	Negativo	Direto	Suprarregional	Imediata	Temporário	Reversível	Cumulativo, Induzido, Sinérgico	Sim	Alta	Média	Grande	Realizar periodicamente treinamentos para atendimento às emergências. Consolidar a sequência de ações específicas de socioeconomia junto ao comando da EOR, de acordo com as necessidades do incidente. Programa de Comunicação Social Regional da Bacia de Santos (PCSR-BS).

Fase de Descomissionamento: não foram identificados impactos potenciais para o meio socioeconômico.

Síntese dos Impactos Potenciais

Os impactos potenciais relacionados ao Projeto Etapa 4, que podem interferir nas unidades de conservação e atividade pesqueira, estão relacionados ao vazamento de óleo no mar durante a fase de operação.

Foram realizadas simulações para estimar até onde o óleo chegaria, com qual probabilidade e em quanto tempo, no caso de acidente. Foram simulados cenários de vazamentos de volume pequeno (até 8 m³), médio (até 200 m³) e grande vazamento (460.000 m³), correspondente ao afundamento da unidade de produção. Além disso, as simulações foram elaboradas como se não fosse realizada nenhuma ação para conter o vazamento de óleo, a fim de modelar as possibilidades mais críticas de vazamento e suas consequências.

As simulações realizadas indicaram que as áreas de pesca dos municípios de Cabo Frio/RJ, Arraial do Cabo/RJ, Saquarema/RJ, São Gonçalo/RJ, Niterói/RJ, Rio de Janeiro/RJ, Paraty/RJ e Ubatuba/SP poderão sofrer interferência caso ocorra o evento de vazamento acidental de óleo.

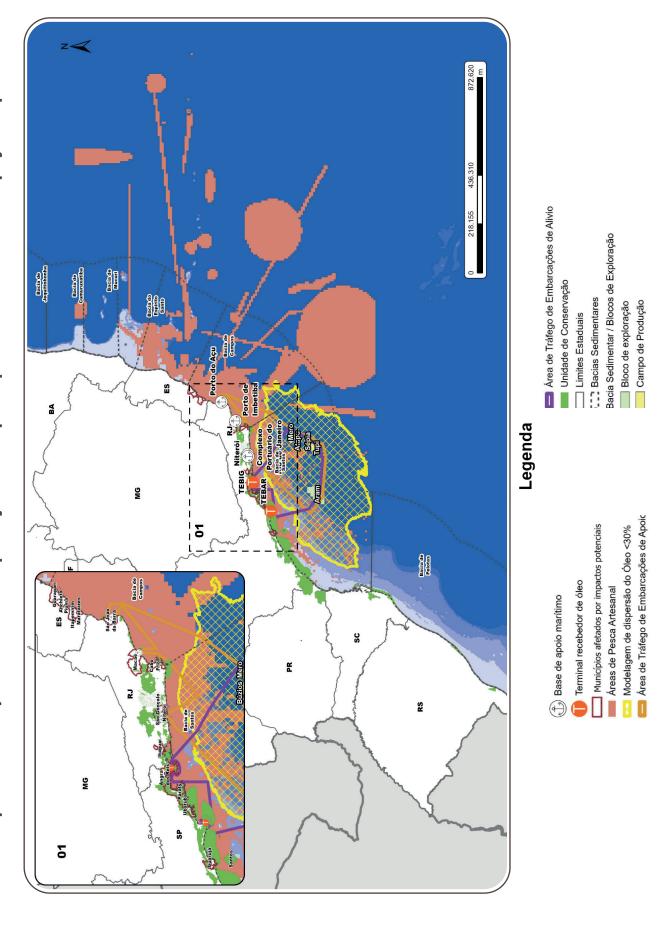
Foram identificadas 176 UCs que tem a probabilidade de serem atingidas por um grande vazamento de óleo. No entanto, a possibilidade de atingir essas UC's são menores que 30%, exceto para:

- APA da Baleia Franca (30,3%), entre janeiro a junho, e
- PNM Maciço da Costeira (35,4%), PNM da Galheta (39,8%), PNM Lagoa Jacaré das Dunas do Santinho (43,3%), PNM da Lagoinha do Leste (45,6%), PNM das Dunas da Lagoa da Conceição (38,4%), APA do Entorno Costeiro (42,8%), MN Municipal Lagoa do Peri (35,1%), PNM da Lagoa do Peri (34,5%), APA Ponta do Aracá (31,0%), PNM da Galheta (Florianópolis) (31,0%), PE da Serra do Tabuleiro (51,1%), PE do Rio Vermelho (37,6%), APA da Baleia Franca (55,6%) e REBIO Marinha do Arvoredo (40,7%), no período de julho a dezembro.

Cabe destacar que, os vazamentos de grande volume têm frequência remota de ocorrer e, ainda que ocorram, nas simulações não foram observadas probabilidades de toque de óleo em áreas costeiras superiores a 30% com tempo de toque menor que 7 dias. A área marinha abrangida estende-se predominantemente na extensão da Bacia de Santos, entre os estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina.

O **Mapa 07** apresenta as principais áreas e municípios sujeitos aos impactos potenciais dasatividades relacionadas ao projeto Etapa 4. Nele, são apresentadas as áreas de pesca e as 176 UC's que tem a probabilidade de serem atingidas pelo óleo no cenário de pior caso.

Mapa 07: Identificação das áreas/municípios sujeitos aos impactos potenciais das atividades do projeto Etapa 4



PROJETOS AMBIENTAIS

O que são Projetos Ambientais? São ações destinadas à acompanhar, à monitorar, à controlar ou à mitigar os impactos ambientais identificados sobre os meios físico, biótico e socioeconômico nas fases de instalação, operação e descomissionamento de um empreendimento sujeito ao licenciamento ambiental. Os projetos ambientais são executados de forma contínua e têm abrangância regional.

PLANO MACRORREGIONAL DE GESTÃO DE IMPACTOS SINÉRGICOS DAS ATIVIDADES MARÍTIMAS DE PRODUÇÃO E ESCOAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - PLANO MACRO

Objetivo: CO plano macro é um plano-diretor de alinhamento conceitual entre as equipes técnicas dos diversos empreendimentos e busca padronizar os procedimentos e a integração das análises realizadas no âmbito das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural realizadas nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. Desse modo, o Plano Macro busca estabelecer diretrizes metodológicas para viabilizar a implementação de programas ambientais regionais numa mesma área de concentração de empreendimentos. Os programas estão distribuídos em 4 eixos conceituais

Eixo 1 - Caracterização: PMCTE - Programa Macrorregional de Caracterização do Tráfego de Embarcações; PMCIR - Programa Macrorregional de Caracterização do Transporte e da Destinação de Insumos e Resíduos; PMCTA - Programa Macrorregional de Caracterização do Tráfego de Aeronaves; PMCST - Programa Macrorregional de Caracterização Socioespacial dos Trabalhadores; PMCAP - Programa Macrorregional de Caracterização da Atividade Pesqueira; PMCRP - Programa Macrorregional de Caracterização de Rendas Petrolíferas;

Eixo 2 - Avaliação: PMAIS - Programa Macrorregional de Avaliação de Impactos Socioambientais;

Eixo 3 - Publicidade: PEAT - Projeto de Educação Ambiental para os Trabalhadores; PEA - Projeto de Educação Ambiental. PMCS - Programa Macrorregional de Comunicação Social;

Eixo 4 - Intervenção: PEA - Projeto de Educação Ambiental. PMCS - Programa Macrorregional de Comunicação Social;

Área de Abrangência: Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo.

Período de Execução Previsto: Durante a operação das unidades de produção.

PROJETO DE MONITORAMENTO DA ATIVIDADE PESQUEIRA DA BACIA DE SANTOS (PMAP-BS)

Objetivo: Caracterizar as interações entre as atividades de petróleo e gás e as atividades pesqueiras.

Dentre as ações do Projeto estão a avaliação dos impactos das atividades de petróleo e gás sobre as atividades e os recursos pesqueiros.

Área de Abrangência: Localidades pesqueiras de todos os munícipios litorâneos da Bacia de Santos – entre o munícipio de Cabo Frio/RJ e o munícipio de Sombrio/SC.

Período de Execução Previsto: Durante a operação das unidades de produção.

PROJETO DE MONITORAMENTO DE IMPACTOS DE PLATAFORMAS E EMBARCAÇÕES SOBRE A AVIFAUNA DA BACIA DE SANTOS (PMAVE-BS)

Objetivo: Registrar as ocorrências envolvendo aves debilitadas, feridas ou mortas encontradas nas unidades de produção, bem como aglomerações de aves nas unidades de produção da Bacia de Santos.

O plano prevê ainda a especificação dos procedimentos para captura, coleta, manejo e transporte de aves nas unidades de produção da Bacia de Santos, sob orientação técnica, visando assegurar o bem-estar dos animais e a segurança durante as referidas atividades.

Área de Abrangência: Todas as unidades de produção da Bacia de Santos.

Período de Execução Previsto: Durante a operação das unidades de produção.

PROJETO DE MONITORAMENTO DO TRÁFEGO DE AERONAVES (PMTA)

Objetivo: Caracterizar e monitorar o tráfego e o uso de bases aeroportuárias por parte das aeronaves associadas à operação das unidades de produção, fornecendo subsídios para avaliação dos impactos socioambientais diretamente associados.

Área de Abrangência: Área geográfica da Bacia de Santos, junto aos municípios que possuem aeroportos em utilização para apoio às atividades (Maricá, Rio Janeiro e Cabo Frio- RJ).

Período de Execução Previsto: Durante a operação das unidades de produção.

PROJETO DE MONITORAMENTO SOCIOESPACIAL DOS TRABALHADORES (PMST)

Objetivo: Caracterizar e monitorar o perfil e o deslocamento dos trabalhadores diretamente associados às atividades marítimas de produção, bem como os impactos socioambientais diretamente associados a essas características e mudanças.

Área de Abrangência: Unidades de produção da Bacia de Santos, incluindo as bases administrativas, embarcações de apoio, bem como os municípios que fazem parte da área de influência dos empreendimentos e/ou que são locais de residência atual e anterior.

Período de Execução Previsto: Durante a operação das unidades de produção.

PROJETO DE MONITORAMENTO DA PAISAGEM ACÚSTICA SUBMARINA DA BACIA DE SANTOS (PMPAS-BS)

Objetivo: Caracterizar a paisagem acústica submarina (monitoramento de ruídos naturais, ruídos decorrentes de atividade humana e os sinais de origem biológica) e o monitorar os ruídos decorrentes das atividades de exploração e produção de petróleo e gás no ambiente marinho, de modo a auxiliar análises de risco à biodiversidade e estudos de avaliação de impactos sobre os seres marinhos.

Área de Abrangência: Bacia de Santos.

Período de Execução Previsto: Ao longo de todo o ciclo de vida do desenvolvimento dos empreendimentos de produção da Bacia de Santos.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA)

Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento da gestão ambiental, considerando os conflitos socioambientais do território de abrangência de cada projeto, por meio de processos educativos e metodologias participativas. Na área da Bacia de Santos são desenvolvidos o Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde (PEA-Costa Verde), o Projeto de Educação Ambiental Rendas do Petróleo (PEA Rendas do Petróleo) e Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara (PEA-BG).

Área de Abrangência: PEA Rendas do Petróleo: Cananéia, Ilha Comprida, Iguape, Ilhabela, Caraguatatuba, Paraty, Guapimirim, Niterói e Maricá.

PEA Costa Verde: São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba, Ubatuba, Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba.

PEA BG: Rio de Janeiro, Magé, Itaboraí e Niterói.

Período de Execução Previsto: Durante a operação das unidades de produção.

PROJETO DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS INCRUSTANTES (PPCEX)

Objetivo: Estabelecer e implementar as ações de gerenciamento de riscos para prevenção e controle de espécies exóticas invasoras <u>bioincrustantes</u>²⁹ com foco no coral-sol, nas atividades marítimas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural da Petrobras.

Área de Abrangência: Unidades e estruturas marítimas envolvidas nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural da Petrobras. Abarca as unidades em produção, as embarcações prestadoras de serviço, as sondas de perfuração e os sistemas de produção em descomissionamento.

Período de Execução Previsto: Durante as atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás da Petrobras, incluindo a fase de descomissionamento.

²⁹ Órganismos capazes de se fixar e colonizar superfícies submersas, sejam elas naturais ou artificiais.

PROJETO DE CONTROLE DA POLUIÇÃO (PCP)

Objetivo: Monitorar as emissões atmosféricas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos produzidos a bordo das unidades de produção durante a realização de suas atividades de acordo com as diretrizes da Nota Técnica IBAMA n.º 01/11.

O projeto possibilita que a empresa mensure, controle e aplique correções na geração de resíduos, nos efluentes e nas emissões atmosféricas geradas, assim monitorando os possíveis impactos ao meio ambiente em função das atividades desenvolvidas durante a exploração e produção de petróleo e gás natural.

Área de Abrangência: Todas as unidades de produção da Bacia de Santos.

Período de Execução Previsto: Durante a instalação, operação e descomissionamento das unidades de produção.

PROJETO DE MONITORAMENTO DO TRANSPORTE E DA DESTINAÇÃO DE INSUMOS E RESÍDUOS (PMIR)

Objetivo: Caracterizar e monitorar a rede de fornecedores de insumos e de prestadores de serviços de destinação de resíduos e a distribuição e uso das infraestruturas de logística para movimentação desses insumos e resíduos para atendimento às atividades marítimas de produção e escoamento de petróleo e gás natural na Bacia de Santos.

Área de Abrangência: Todas as unidades de produção, embarcações de apoio diretamente ligadas às atividades, bem como os municípios brasileiros que fazem parte da área de influência dos empreendimentos, que sejam locais de destinação final dos resíduos, que possuam infraestruturas de logística para o transporte de insumos e resíduos ou que sejam os principais fornecedores de insumos para as atividades.

Período de Execução Previsto: Durante o período de operação das unidades de produção.

PROJETO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL (PMA)

Objetivo: Atestar o atendimento aos requisitos legais e acompanhar as possíveis alterações na qualidade ambiental (parâmetros físico-químicos na água do mar e no sedimento); além de informações, como o número e quais as espécies da macrofauna bentônica (animais grandes, que vivem no fundo marinho).

O PMA será atendido por meio do Programa de Monitoramento Ambiental Integrado da Bacia de Santos (PROMAMBI-BS) que tem como proposta verificar de forma regional e integrada os possíveis impactos na atividade de produção da Petrobras na Bacia de Santos. O PROMAMBI-BS abrange as unidades de produção instaladas na Bacia de Santos.

Área de Abrangência: Todas as unidades de produção instaladas na Bacia de Santos.

Período de Execução Previsto: Durante a operação das unidades de produção.

PROGRAMA MACRORREGIONAL DE CARACTERIZAÇÃO DE RENDAS PETROLÍFERAS (PMCRP)

Objetivo: Caracterizar e monitorar a geração e distribuição das rendas petrolíferas entre os beneficiários, o grau de dependência gerado nos orçamentos públicos municipais e a existência e efetividade de mecanismos de controle social nos municípios da área de influência das atividades de produção.

Área de Abrangência: Municípios da área de influência das atividades de produção da Bacia de Santos.

Período de Execução Previsto: Durante a operação das unidades de produção.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL DA BACIA DE SANTOS (PCSR-BS)

Objetivo: Implementar ações de comunicação junto aos públicos prioritários das áreas de influência dos empreendimentos da Petrobras na Bacia de Santos, transmitindo informações sobre as atividades de exploração, produção e escoamento de petróleo e gás natural, considerando a especificidade de cada público e região.

Os municípios da área de influência que também fazem parte da área de influência dos emprendimentos da Bacia de Campos são atendidos pelo Projeto de Comunicação Social Regional da Bacia de Campos (PCSR-BC), que implementa um projeto articulado, envolvendo outras empresas operadoras atuantes na região.

Área de Abrangência: O PCSR-BS atende aos municipios de Maricá, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

SP - Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela, Bertioga, Guarujá, Cubatão, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Iguape, Ilha Comprida e Cananéia.

O PCSR-BC atende aos municipios de Macaé, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Araruama e Saguarema.

Período de Execução Previsto: Durante a operação das unidades de produção.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS TRABALHADORES DA BACIA DE SANTOS (PEAT-BS)

Objetivo: Promover a educação ambiental dos trabalhadores, estimulando o desenvolvimento de atitudes condizentes com as questões ambientais, enfatizando as interferências causadas aos ambientes natural e social, bem como os cuidados necessários à execução das atividades em questão, focando práticas individuais e coletivas de preservação e respeito ao meio ambiente. Além disso, busca esclarecer os cuidados necessários à execução das atividades na Bacia de Santos, além de promover uma convivência positiva entre os trabalhadores envolvidos nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Área de Abrangência: Todas as unidades de produção da Bacia de Santos.

Período de Execução Previsto: Durante a operação das unidades de produção.

PROJETO DE MONITORAMENTO DO TRÁFEGO DE EMBARCAÇÕES (PMTE)

Objetivo: Caracterizar e monitorar o tráfego das embarcações relacionadas à instalação, operação e descomissionamento das unidades de produção, fornecendo informações para avaliação dos impactos socioambientais diretamente associados..

Área de Abrangência: Embarcações de apoio e navios aliviadores envolvidos nas atividades de instalação, operação e descomissionamento das unidades de produção.

Período de Execução Previsto: Durante a instalação, operação e descomissionamento das unidades de produção.

PROJETO DE MONITORAMENTO DE PRAIAS DA BACIA DE SANTOS (PMP-BS)

Objetivo: Avaliar as possíveis interferências das atividades de perfuração e produção de petróleo e gás natural na Bacia de Santos sobre aves, tartarugas marinhas e mamíferos marinhos por meio do monitoramento das praias entre Laguna/SC e Saquarema/RJ e do atendimento veterinário, resgatando animais marinhos vivos que estejam debilitados e animais mortos para a realização de necropsia.

Área de Abrangência: Litoral, entre Laguna/SC e Saguarema/RJ.

Período de Execução Previsto: Ao longo de todo o ciclo de vida do desenvolvimento dos empreendimentos de produção da Bacia de Santos.

PROJETO DE MONITORAMENTO DE CETÁCEOS DA BACIA DE SANTOS (PMC-BS)

Objetivo: Avaliar os potenciais impactos das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural na Bacia de Santos sobre os cetáceos (baleias e golfinhos), por meio do monitoramento a longo prazo nas áreas costeiras e oceânicas da Bacia de Santos.

Área de Abrangência: Regiões costeira e oceânica da Bacia de Santos, entre Cabo Frio/RJ e Florianópolis/SC, abrangendo os litorais dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Período de Execução Previsto: Foi iniciado em 2015 com duração 30 anos divididos em ciclos de execução: Ciclo de Curto Prazo (3 - 6 anos), Ciclo de Médio Prazo (6 - 12 anos) e Ciclo de Longo Prazo (12 anos ou mais).

PROJETO DE DESCOMISSIONAMENTO

Objetivo: Planejar a desativação de cada uma das unidades de produção, em conformidade com a legislação vigente, a fim de contribuir para a manutenção da qualidade ambiental local.

Área de Abrangência: Todas as unidades de produção do Etapa 4.

Período de Execução Previsto: Na fase de desativação das unidades de produção.

PROGRAMA MACRORREGIONAL DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS (PMAIS)

Objetivo: Analisar os resultados dos Programas Macrorregionais que compõem o Eixo de Caracterização (Eixo 1) do Plano Macro, correlacionando essas informações às bases de dados, públicas e privadas, que permitam a contextualização dos aspectos das atividades da indústria de petróleo e gás, visando a avaliação territorializada de seus impactos.

Área de Abrangência: Área de abrangência do Plano Macro, que são as bacias de Santos, Campos e Espírito Santo.

Período de Execução Previsto: Durante a operação das unidades de produção.

PROJETO DE CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS — CAIÇARAS, QUILOMBOLAS É INDÍGENAS (PCTT) - PROJETO POVOS

Objetivo: Realizar o mapeamento social dos territórios tradicionais das comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, abrangendo áreas terrestres e marinhas, com base na autocartografia das comunidades e desenhar estratégias de enfrentamento dos conflitos e vulnerabilidades identificados.

Área de Abrangência: De Mangaratiba (RJ) até São Sebastião (SP)

Período de Execução Previsto: 5 anos

CENÁRIOS DE IMPLANTAÇÃO E DE NÃO IMPLANTAÇÃO DO ETAPA 4

A avaliação final dos efeitos do Etapa 4 foi elaborada a partir da análise do diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e socioeconômico, da avaliação dos impactos e das medidas mitigadoras, considerando os seguintes cenários:

- (1) Cenário 1: O ambiente com a Implantação da Etapa 4; e
- (2) Cenário 2: O ambiente sem a Implantação da Etapa 4.

Ambos os cenários consideram a existência de outros empreendimentos ou atividades futuras, considerando os fatores sociais, econômicos e ambientais resultantes da implantação da Etapa 4 do Polo Pré-Sal e os pontos críticos da área onde será desenvolvida a atividade.

CENÁRIO 1: O AMBIENTE COM A IMPLANTAÇÃO DA ETAPA 4 DO POLO PRÉ-SAL

A área de influência do Projeto Etapa 4 possui uma importante **biodiversidade**³⁰, além da presença de espécies **migratórias**³¹ e/ou ameaçadas de **extinção**³², como tartarugas e aves marinhas, peixes, baleias e golfinhos.

Nos municípios da área de influência, há o desenvolvimento de atividades econômicas turísticas e de pesca; com pescadores artesanais, caiçaras, indígenas e quilombolas; além da presença das pessoas habitam e trabalham.

A partir da apresentação das interações que ocorrem na Bacia de Santos, a região costeira é a que apresenta as maiores diversidades.

A região mais profunda apresenta menor riqueza biológica, com a presença de animais migratórios e uma atividade de pesca ativa.

Na região mais profunda, onde ocorrem predominantemente as atividades do Etapa 4, também há uma menor quantidade de nutrientes nas águas, baixa intensidade de organismos e de atividade socioeconômica.

Na hipótese de realização da atividade do Etapa 4 e a existência de outras empreendimentos foram identificados **132 impactos** relacionados aos meios físico, biótico e socioeconômico, entre suas diversas fases.

MEIO FÍSICO

Para o meio físico, os impactos efetivos identificados foram sobre o sedimento, a água oceânica, o ar e o clima.

Na fase de instalação do Etapa 4 haverá alteração, na forma de fundo, no local onde os sistemas submarinos (dutos e equipamentos) serão instalados, na região de Talude Continental e

³⁰ Conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes em determinada região.

³¹ Que mudam periodicamente de lugar.

³² Animais ameaçados de extinção são aqueles que correm risco de desaparecer de maneira definitiva do nosso planeta, ou seja, de tornarem-se extintos.

Oceano Profundo. No entanto, não são esperados impactos significativos sobre o sedimento na região que é mais plana, além da ausência de áreas ambientalmente sensíveis, como banco de corais.

Esses impactos na alteração da qualidade da água ocorrerão na fase de instalação próximo ao fundo marinho devido à ressuspensão do sedimento.

Na fase de operação, a qualidade da água oceânica também poderá ser alterada devido o descarte de efluentes das unidades de produção e das embarcações de apoio do Etapa 4. É importante salientar que todos os lançamentos serão efetuados respeitando a legislação vigente aplicável.

O ar e o clima poderão sofrer diferentes pressões em todas as fases do Projeto Etapa 4 devido, principalmente, a outros empreendimentos ou atividades já em operação e/ou em processo de instalação no Pré-Sal da Bacia de Santos. Considerando as condições dos locais e da movimentação/deslocamento das embarcações em operação, a ocorrência das emissões será apenas no entorno e com rápida dispersão.

Já os impactos sobre o clima podem extrapolar a região de operação das unidades de produção Espera-se, porém, que com as medidas previstas no Etapa 4 haja a redução das emissões.

MEIO BIÓTICO

Os impactos efetivos relacionados ao meio biótico ocorrerão sobre: bentos, plâncton, baleias, golfinhos, tartarugas marinhas, peixes e aves marinhas.

As alterações esperadas no meio biótico se concentrarão nas proximidades das unidades de produção e das estruturas submarinas.

Durante a fase de instalação os bentos poderão ser afetados. No entanto, essas atividades ocorrerão em curto período de tempo.

Já o plâncton poderá ser afetado apenas na fase de operação, sendo os impactos associados especialmente ao descarte de efluentes das unidades de produção, embarcações de apoio e navios aliviadores. É esperada uma alteração da qualidade da água de forma local, na região das unidades de produção e nos arredores das embarcações de apoio e navios aliviadores. Esse impacto pode alcançar peixes devido à ingestão de organismos planctônicos contaminados.

Já para baleias, golfinhos, tartarugas marinhas e peixes, são identificados impactos relacionados as fases de implantação, operação e descomissionamento, sendo esses gerados basicamente pelo descarte de efluentes, geração de ruído e luminosidade e à instalação e presença das unidades de produção e dos equipamentos submarinos. Foram considerados também os impactos referentes à perturbação de cetáceos e quelônios a partir da possibilidade de colisão com embarcações de apoio e navios aliviadores.

As unidades de produção de petróleo, embarcação de apoio e navios aliviadores possuem capacidade de atração de aves marinhas, gerada pela luminosidade e uso das estruturas para pouso, assim como pela presença de peixes no entorno da unidade de produção. Foram identificados, também, impactos relacionados à possibilidade de introdução e/ou disseminação de espécies exóticas invasoras.

MEIO SOCIOECONÔMICO

Com relação ao meio socioeconômico, os impactos efetivos identificados ocorrem sobre: população; conhecimento técnico-científico; infraestrutura de tratamento e destinação final de resíduos; uso e ocupação do solo; tráfegos marítimo, aéreo e rodoviário; nível de emprego e renda; infraestrutura de serviços sociais (públicos e privados); economia local; arrecadação do poder público e nas atividades de pesca artesanal, pesca industrial e de turismo.

No contexto socioeconômico, poderão ser geradas expectativas, em relação a incertezas, quanto à oferta de emprego e renda e incremento na arrecadação em decorrência do pagamento de tributos e recebimento de *royalties*.

Municípios que possam vir a ser beneficiários de royalties terão elevação em suas receitas.

A implantação do Etapa 4 poderá ocasionar uma maior utilização dos portos de apoio, onde já existe um tráfego intenso de embarcações.

Com relação à atividade pesqueira, o maior impacto está relacionado ao aumento da movimentação das embarcações de apoio – nas rotas que se afunilam na boca da Baía de Guanabara e no seu interior, onde a pesca artesanal é praticada por diferentes tipos de embarcações e petrechos.

Em função da presença das unidades de produção, será criada uma área de exclusão de navegação e pesca devido ao distanciamento obrigatório de 500 metros que, por segurança, deve ser mantido ao redor das instalações. Porém, isso não deve causar impacto para a pesca artesanal, visto que essas áreas de exclusão se localizam muito distantes da costa.

Quanto à pesca industrial, não se espera que haja interferência sobre ela, já que a área de exclusão é insignificante se comparada à área de pesca praticada por este segmento.

Foram identificados **41 impactos potenciais**, entre as fases de instalação, operação e descomissionamento relacionados aos meios físico, biótico e socioeconômico. Na fase de planejamento não foram identificados impactos potenciais.

MEIO FÍSICO

Com relação ao meio físico, os impactos potenciais identificados foram sobre a água oceânica e a água costeira.

No meio físico, foram observados impactos relacionados ao vazamento acidental de óleo no mar, na instalação, operação e no descomissionamento, além do vazamento de produtos químicos na fase de operação do Etapa 4.

Cabe destacar que para água costeira, no cenário de pior caso (afundamento de unidade de produção com vazamento de 460.000 m³) não foram observadas probabilidades de toque de óleo na costa superiores a 30% com tempo de toque inferior a 7 dias.

A proposição de medidas mitigadoras demonstra a existência de planos integrados de abrangência regional e nacional para o atendimento de emergências, prevendo inclusive a integração de esforços internacionais, no caso de necessidade de contingência de um acidente de tal magnitude.

MEIO BIÓTICO

Com relação ao meio biótico, os impactos potenciais identificados foram sobre: bentos, plâncton, baleias, golfinhos, tartarugas marinhas, peixes, aves marinhas, e ecossistemas Costeiros (praias arenosas, planícies de maré e terraços de baixa mar, costões rochosos e manquezais).

O vazamento acidental de óleo no mar nas fases de instalação, operação e descomissionamento, afetam baleias, golfinhos, tartarugas marinhas, peixes, aves marinhas, plâncton e ecossistemas costeiros. Importante ressaltar que esse tipo de acidente tem baixa probabilidade de ocorrer.

MEIO SOCIOECONÔMICO

Os cenários acidentais estão associados à colisão de embarcações de apoio da atividade com outras embarcações que atuam no mesmo espaço marinho, nas fases de instalação e de descomissionamento, podendo resultar em danos. Poderão ocorrer, ainda, perdas ou danos a petrechos de pesca artesanal e industrial. Tais cenários, no entanto, são também esporádicos, não sendo esperados durante a atividade.

Na fase de operação, pode ocorrer o vazamento de óleo associado a acidentes com unidades de produção. Apesar da baixa probabilidade de ocorrência, nesse cenário acidental, pode haver paralisação ou alteração significativa nas atividades de pesca devido à necessidade de isolamento da área, podendo afetar e alterar a atividade de turismo, além de provocar diminuição do fluxo de pessoas para localidades litorâneas com tradição no turismo.

Os tráfegos marítimo e aéreo também seriam afetados devido à necessidade de transporte de pessoal e equipamentos para atividades de contenção e limpeza. Assim, os principais desdobramentos para o meio socioeconômico são:

- · Interferências na pesca artesanal e industrial;
- · Interferências em atividades de turismo e lazer;
- · Interferência sobre o tráfego marítimo e de disposição final de resíduos.

CENÁRIO 2: O AMBIENTE SEM A IMPLANTAÇÃO DA ETAPA 4

Considerando-se a hipótese da não implantação do Projeto Etapa 4, a área de influência tende a manter as mesmas características.

A região do Etapa 4 já se encontra sob influência de outros empreendimentos e atividades. Desse modo, a região manteria a qualidade da água com característica atuais e a biota tenderia a manter a dinâmica atual.

Os municípios que compõem a área de influência, com destaque para aqueles banhados pelas águas da Baía de Guanabara, onde concentram-se os portos do Etapa 4, apresentam diversas comunidades pesqueiras. Considerado a não implantação do Etapa 4, outros fatores continuariam a afetar a atividade pesqueira.

Para as atividades turísticas, os municípios que compõem a área de influência definida para o Etapa 4 e que têm o turismo como atividade econômica, continuarão a receber investimentos voltados ao setor.

Caso o Projeto Etapa 4 não seja implementado, não ocorrerá arrecadação de novos tributos e compensações financeiras.

Com a não implementação do Etapa 4, seria reduzido o risco de comprometimento de ecossistemas costeiros e a probabilidade de impactos relacionados à qualidade da água devido ao descarte de efluentes e resíduos contidos nas unidades de produção ou ao vazamento acidental de óleo. Entretanto, a possibilidade de ocorrência de acidentes ambientais continuaria a existir, considerando outros empreendimentos e atividades já presentes na Bacia de Santos.



Fonte: Banco de Imagens Petrobras

CONCLUSÃO

As atividades do Etapa 4 darão continuidade aos Projetos Etapa 1, Etapa 2 e Etapa 3, incluindo a produção e o escoamento de petróleo e gás natural no Pré-sal da Bacia de Santos, por meio de 10 unidades de produção.

Para o desenvolvimento das atividades, serão utilizados pontos de apoio localizados na região costeira, tais como: portos, aeroportos, centros administrativos, áreas de disposição de resíduos, terminais recebedores de óleo, unidades de tratamento de gás, gasodutos de exportação, entre outros.

A partir da avaliação dos impactos ambientais decorrentes das atividades do Etapa 4, foram apresentadas medidas que visam a minimização dos impactos negativos e a potencialização dos impactos considerados como positivos.

O Projeto Etapa 4 será desenvolvido respeitando as exigências dos órgãos de controle e de fiscalização para as atividades de produção de óleo e gás, adequando-se às normas e regulamentos estabelecidos, além de adotar as técnicas e práticas recomendadas pela indústria petrolífera para atividades de produção, visando assegurar o atendimento tanto aos aspectos de segurança operacional, quanto aos de preservação ambiental associados às suas atividades.

Portanto, considerando as informações do estudo de impacto ambiental conclui-se que o Etapa 4, encontra-se em uma situação favorável, de acordo com características técnicas, econômicas e ambientais diagnosticadas, demonstrando viabilidade ambiental adequada.



Fonte: Banco de imagens Petrobras

GLOSSÁRIO

Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP): Órgão regulador das atividades que integram as indústrias de petróleo e gás natural e de biocombustíveis no Brasil.

Anti-incrustante: Revestimento aplicado que impede a fixação de espécies exóticas invasoras no substrato (casco do navio, por exemplo).

Árvore de Natal Molhada (ANM): Estrutura submarina instalada no leito marinho sobre os poços constituída por um conjunto de válvulas, linhas de fluxo e um sistema de controle acionado remotamente pelas unidades de produção. Permite, de forma controlada, o fluxo de petróleo do poço para as unidades de produção garantindo controle e segurança da produção de petróleo.

Bentônicos: Os organismos bentônicos são espécies que vivem no fundo do mar, seja para fixar-se a ele, ou para perfurar, escavar e/ou caminhar sobre a superfície. O substrato pode ser consolidado (rochas, recifes, píeres, molhes, etc.) ou inconsolidado (areia, lama, etc.).

Biodiversidade: Conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes em determinada região.

Blocos: Parte de uma bacia sedimentar onde são desenvolvidas atividades de exploração ou produção de petróleo e gás natural.

CGMAC: Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros.

Concessão: Atribuição ou direito que o governo dá a indivíduo ou empresa, para a exploração ou execução de serviços de utilidade pública.

Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama): É o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). O conselho foi instituído pela Lei 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

COPROD: Coordenação de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás.

Costões rochosos: São regiões de transição entre os meios terrestres e marinhos, apesar disso são considerados ambientes mais marinhos do que terrestre, pois seus organismos estão predominantemente relacionados ao mar.

Declaração de comercialidade: É quando o empreendedor (Petrobras) informa por escrito à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) uma Descoberta Comercial (área com potencial de produção confirmado).

Demersais: Os organismos demersais são organismos nectónico que passam a maior parte do tempo - pelo menos durante uma fase do seu ciclo de vida - em contacto permanente com o substrato.

Diagnóstico ambiental: Consiste na análise e na descrição completa dos recursos ambientais e suas interações, de modo a caracterizar a situação ambiental antes da implantação do projeto.

Ecossistemas: Conjunto formado pelas interações entre componentes bióticos, como os organismos vivos: plantas, animais e micróbios, e os componentes abióticos, como elementos químicos e físicos, ar, áqua, solo e minerais.

DILIC: Diretoria de Licenciamento Ambiental.

Efluentes: São resíduos provenientes de processos produtivos ou do consumo humano. Os efluentes podem ser líquidos ou gasosos, também podem ser subdivididos entre efluentes domésticos e efluentes industriais.

EIA: Estudo de Impacto Ambiental.

EOR: Equipe formada por diferentes especialistas, organizada em funções e responsabilidades para atendimento a emergências ambientais.

Espécies exóticas: São aquelas que estão fora da sua área de distribuição natural, ou seja, não são nativas/naturais de um determinado ambiente.

Espoliação urbana: Inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, juntamente ao acesso à terra e à moradia, como por exemplo falta de trabalho, falta de moradia, falta de lugar para morar ou plantar, etc.

Extinção: Animais ameaçados de extinção são aqueles que correm risco de desaparecer de maneira definitiva do nosso planeta, ou seja, de tornarem-se extintos.

Fatores ambientais: Característica ambiental que pode ser afetada, alterando os componentes físico-químicos (água, sedimento, ar, etc.), biológicos (fauna e flora marinhos, ambientes costeiros e unidades de conservação) ou socioeconômicos (população, economia, infraestrutura, uso do solo, povos tradicionais, turismo, etc.).

Flare: Utilizado para queimar o gás quando há necessidade de aliviar a pressão nos equipamentos, de forma a manter a segurança operacional.

FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading): Sigla em inglês que caracteriza as principais funções do navio-plataforma: ser uma unidade flutuante (*Floating*) que produz (*Production*), armazena (*Storage*) e transfere sua produção (*Offloading*) para os chamados navios aliviadores.

Gases de efeito estufa: O Dióxido de Carbono (CO₂) está entre os gases internacionalmente reconhecidos como gases de efeito estufa. Os gases de efeito de estufa são substâncias gasosas que absorvem parte da radiação infravermelha, emitida principalmente pela superfície terrestre, dificultando seu escape para o espaço; impedindo a perda de calor e mantendo o planeta Terra aquecido.

Habitat: É uma área ecológica ou ambiental que é habitada por uma determinada espécie de animal, planta ou outro organismo.

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica é o principal fornecedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil.

Impacto ambiental: É o resultado de uma determinada ação humana ou atividade.

Licenciamento ambiental: É um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Realizado junto ao órgão competente, com o intuito de garantir o meio ambiente ecologicamente equilibrado, de modo a diminuir/minimizar ou compensar os possíveis impactos ambientais, ou seja, alterações no ambiente causadas pelo desenvolvimento das atividades humanas.

Linhas: São dutos utilizados para transferência de óleo, água, gás e produtos químicos entre as unidades de produção e o poço. Elas são denominadas Linha de Produção, que fazem ligação entre poço produtor e unidades de produção; Linha de Injeção de água e gás, que fazem a ligação entre unidades de produção e poço injetor de água e gás e Linha de Serviço que dá acesso ao espaço anular do poço.

Macrofauna: Conjunto dos animais que vivem no substrato dos ecossistemas aquáticos e que possuem tamanho maior ou igual a 0,5 mm, geralmente são visíveis a olho nu.

Manifold: Tem a função de interligar às Árvores de Natal Molhadas (ANMs) de forma a reduzir a quantidade de linhas que se concentram as unidades de produção. Possui uma base para assentamento em solo marinho e uma estrutura metálica com válvulas de isolamento, válvulas de controle de vazão, tubos, conectores hidráulicos e instrumentos de monitoração de pressão, temperatura e vazão. Há *manifolds* para os poços produtores, injetores e para as linhas de serviços.

Maré: Em regiões tropicais podem abrigar manguezais, são consideradas ecossistemas costeiros de transição entre os ambientes marinho e terrestre.

Migratórias: Que mudam periodicamente de lugar.

Nécton: Grupo de seres que se deslocam ativamente na água. São capazes de vencer a densidade da água e se deslocar rapidamente, com o auxílio dos seus órgãos de locomoção, como nadadeiras

PEI: O Plano de Emergência Individual para Incidentes de Poluição por Óleo (PEI) apresenta as ações de resposta para incidentes a bordo de cada uma das Unidades Marítimas.

Pelágicos: O organismo pelágico é um organismo nectónico que vivem na coluna de água dos oceanos. Passam a maior parte do tempo - pelo menos durante uma fase do seu ciclo de vida - na coluna de água, sem terem um contato permanente com o substrato.

PEVO-BS: Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos apresenta as ações e procedimentos de resposta complementares, para consequências de incidentes de poluição por óleo que ultrapassem os limites da Unidade Marítima, no mar ou em terra. No PEVO também são apresentados recursos e estratégias para proteção e limpeza de áreas sujeitas a vazamento, bem como recursos e estratégias para a proteção de fauna.

Plâncton: São microorganismos e encontra-se na base da cadeia alimentar dos ecossistemas aquáticos, uma vez que serve de alimentação a organismos maiores. O plâncton é subdividido em fitoplâncton, zooplâncton, ictioplâncton, e etc.

Plano de Emergência de Bordo de Poluição por Óleo (SOPEP): Para incidentes ocorridos com embarcações de apoio à atividade quando estas não estiverem operando junto as unidades marítimas será acionado o Plano de Emergência de Bordo de Poluição por Óleo. Toda embarcação tem kit SOPEP que são materiais absorventes pra caso de acidente, evitar que o óleo ou combustível vazado caia no mar.

Política Nacional de Meio Ambiente: É uma lei que define os mecanismos e instrumentos de proteção do meio ambiente no Brasil. Sua finalidade é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

Risers: São os trechos suspensos das tubulações que interligam as linhas de produção submarinas (vindas de uma árvore de natal molhada ou de um *manifold*) às unidades marítimas.

Sensibilidade: Está relacionada às características do fator ambiental. São considerados fatores

ambientais de alta sensibilidade os ambientes com menor capacidade de recuperação, com a presença de espécies ameaçadas ou com atividades econômicas importantes.

Substrato: Superfície ou base que possa servir de suporte a organismos.

Teste de estanqueidade: Método que se verifica, em geral, que não há vazamento.

Termo de Referência: Documento emitido pelo Ibama onde estão os critérios mínimos para elaboração do EIA/RIMA.

Umbilicais de controle: Conjunto de mangueiras e cabos elétricos e/ou ópticos. Faz a ligação das unidades de produção e os equipamentos submarinos. Permite o controle hidráulico de equipamentos submersos, transmite sinais elétricos e/ou ópticos para monitoramento dos mesmos, de modo a servir de alimentação de energia elétrica ou injeção química, vindos da superfície.

Zona de Produção Principal (ZPP): Município limite e os municípios onde estiverem localizadas três ou mais instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural, excluindo os dutos ou instalações relacionadas às atividades de apoio à exploração, produção e ao escoamento do petróleo e gás natural, tais como: portos, aeroportos, oficinas de manutenção e fabricação, almoxarifados, armazéns e escritórios.

Zona de Produção Secundária (ZPS): Municípios atravessados por oleodutos ou gasodutos, incluindo as respectivas estações de compressão e bombeio, ligados diretamente ao escoamento da produção.

Zooplâncton: São organismos que vivem dispersos na coluna d'água, alimentando-se de outros organismos. Fazem parte desse grupo muitos animais, como: larvas de caranguejos, de lagostas e de camarões.

EQUIPE TÉCNICA

AMBIPAR - SERVIÇOS EM MEIO AMBIENTE

Alessandro Trazzi
Lorena Galletti de Almeida
Carolina Galvão
Enio da Silva Ardohain
Patrícia Uzelin
Alexandre Braga Coli
Thales Uzelin Ardohain
Keilane Dias Pinheiro
Lorena Moreira
Jessica Maria de Oliveira

PETROBRAS

Alexandre Carvalho Maximovitch
Andréa Gonzaga de Oliveira
Carlos Alexandre Harding Miranda
Cláudia Nakamura
Juliana Ferreira de Freitas Madi
Larissa Akemi Rosa Utiyama de Freitas
Marcelo dos Santos Lara
Mauricio Freixo Pogian
Vinicius Vendramini Cesario
Viviane Marinho Guimarães de Moraes

APÊNDICE A

ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo corresponde o território onde poderá haver influência regional, direta e indireta das atividades a serem desenvolvidas, na Etapa 4 do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos.

Para a definição da área de estudo, foram identificados os critérios mínimos que podem interagir com os meios físico, biótico e socioeconômico. Com base nesses critérios, foram consideradas as características do Projeto Etapa 4 e a abrangência dos fatores ambientais que possam vir interagir com ele.

Fatores ambientais identificados:

- 05 relacionados ao meio físico (sedimento, água oceânica, água costeira, ar e clima);
- 10 relacionados ao meio biótico (bentos, plâncton, nécton, ictiofauna, aves marinhas, costões rochosos, praias arenosas, manguezais, marismas, planície de maré, baixios lodosos e terrações de baixa-mar);
- 14 relacionados ao meio socioeconômico (uso e ocupação do solo, tráfego marítimo, aéreo e rodoviário, população, emprego e renda, economia local, arrecadação do poder público, atividade pesqueira artesanal e industrial, infraestrutura de serviços, turismo, conhecimento técnico-científico e infraestrutura de tratamento e destinação de resíduos).

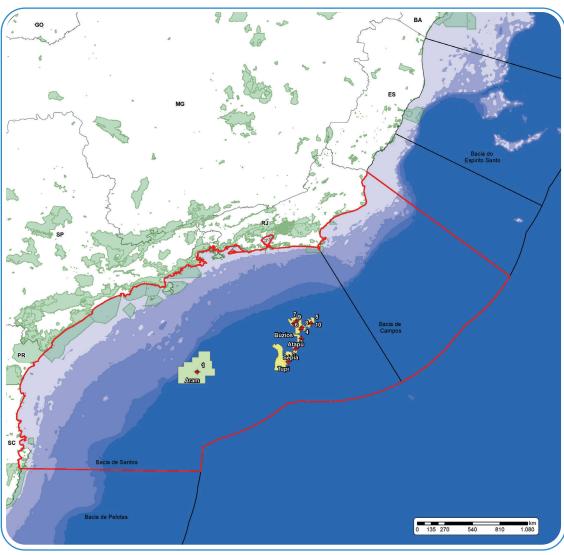
Área de Estudo dos Meios Físico e Biótico

A área de estudo do meio físico e biótico, delimitada para a Atividade Projeto Etapa 4, contemplou toda a extensão da Bacia de Santos e parte da Bacia de Campos, limitando-se ao norte do estado do Rio de Janeiro e ao sul pela Bacia de Pelotas, na costa dos municípios de São Francisco de Itabapoana/RJ a Florianópolis (SC), conforme mapa a seguir:

Mapa 08: Área de estudo do meio físico e biótico

- 1 DP de Aram 1
- 2 DP Revitalização 1 de Tupi 7 DP de Búzios 10
- 3 DP de Sépia 2
- 4 DP de Atapu 2
- 5 DP de Mero FR
- 6 DP de Búzios 9
- B DP de Búzios 11
- 9 DP de Búzios 12
- 10 DP de Mero 5





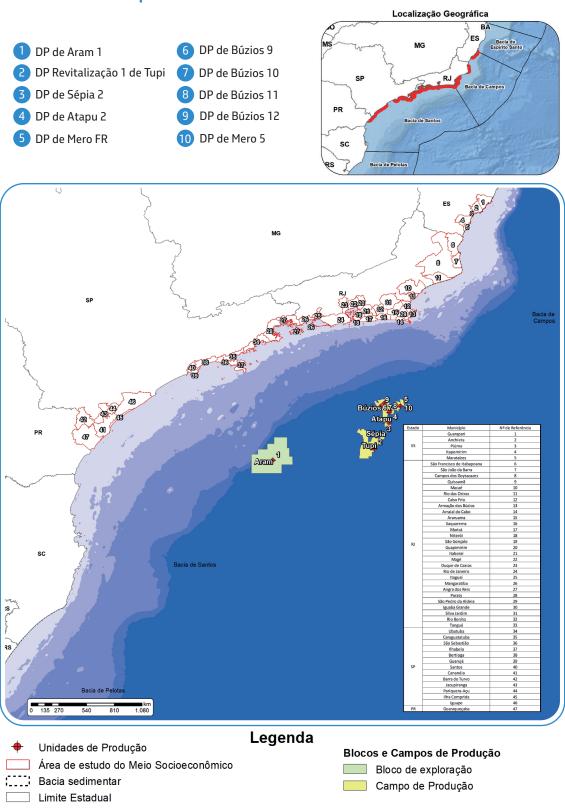
Legenda

Blocos e Campos de Produção Unidades de Produção Área de Estudo dos Meios Físico e Biótico Bloco de exploração Campo de Produção Unidades de Conservação Marinhas e Costeiras na Área de Estudos Limite Estadual Bacia sedimentar

Área de Estudo do Meio Socioeconômico

A Área de Estudo do meio socioeconômico foi definida com base nas informações sobre aspectos da atividade, como as rotas de navegação e interferência em atividades socioeconômicas locais, sobretudo a pesca. Assim, definiu-se como área de estudo para esse meio os municípios de Guarapari, Anchieta, Piúma, Itapemirim e Marataízes, no estado do Espírito Santo, todos os municípios da linha da costa do estado do Rio de Janeiro e do litoral norte do estado de São Paulo, somado aos municípios de Santos, Guarujá, Bertioga e Cananéia e o município de Guaraqueçaba, no estado do Paraná.

Mapa 09: Área de estudo do meio socioeconômico



O MEIO AMBIENTE NA ÁREA DE ESTUDO

O diagnóstico ambiental consiste na análise e descrição completa dos recursos ambientais e suas interações, de modo a caracterizar a situação ambiental antes da implantação do projeto. O diagnóstico é realizado para toda a **área de estudo** para os meios físico, biótico e socioeconômico.

Área de estudo: equivale ao território sobre o qual poderá haver influência regional, direta e indireta das atividades a serem desenvolvidas. A partir do diagnóstico ambiental da área de estudo e do conhecimento das informações de projeto, é definido o recorte espacial menor correspondente a área de influência, mencionada na página 24.

Meio Físico

A região oceânica é dividida em porções: plataforma continental (parte mais rasa e próxima à costa); talude continental (área de transição); e o oceano profundo (parte mais profunda e distante à costa). A área de estudo é a Bacia de Santos, que está nas três porções.

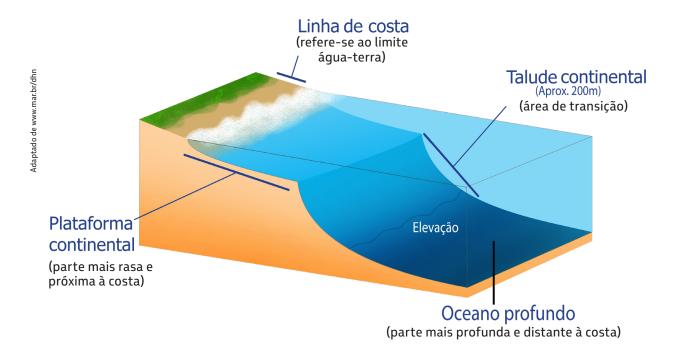


Imagem 26: Porções que compõem a região oceânica

Meio Biótico

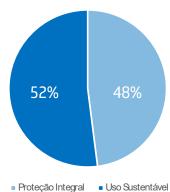
Na área de estudo foram observadas 275 Unidades de Conservação (UCs), sendo 132 (48%) da categoria de **Proteção Integral** e 143 (52%) de **Uso Sustentável**.

Proteção Integral: Possuem o objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação).

Uso sustentável: Possuem o objetivo de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

A grande maioria das UCs são relacionadas a ambiente de Mata Atlântica, em florestas e encostas, além de influências de rios e marés, como em restingas, manguezais, costões rochosos, dunas, praias, campos inundáveis (alagados) e lagunas, distribuída em ambientes marinho e costeiro.

Gráfico 06: Unidades de Conservação (UCs)



FAUNA E FLORA MARINHAS

Na área de estudo são encontradas diversas espécies de tartarugas (quelônios), recursos pesqueiros (peixes de valor comercial), mamíferos marinhos (baleias, golfinhos, focas, etc.), aves marinhas (costeiras e oceânicas), corais, algas e moluscos (mexilhões, polvos, lulas e etc.), apresentados a seguir.

· Tartarugas Marinhas

Todas as cinco espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil estão presentes na Bacia de Santos (tartaruga-cabeçuda, tartaruga-verde, tartaruga-oliva, tartaruga-de-pente, tartarugade-couro). Todas elas com algum grau de ameaça de extinção, com especial destaque para a tartaruga-de-couro, criticamente ameaçada.

135 / 150

Imagem 27: Tartaruga-de-couro



espécie tartaruga-cabeçuda é predominante na costa brasileira e sua desova ocorre, principalmente, na região costeira entre os estados do Rio de Janeiro e Alagoas.

No Brasil, o norte do estado do Rio de Janeiro é o limite ao sul para áreas de desova de tartarugas marinhas, que ocorrem principalmente entre setembro e abril em praias do continente e entre dezembro e junho em ilhas oceânicas.

Imagem 28: Nascimento de tartaruga em praia no norte do estado do Rio de Janeiro.





Imagem 29: Tartaruga cabeçuda

A tartaruga-verde possui áreas de desova no Brasil, sendo a Ilha de Trindade o maior sítio do Atlântico Sul, e sua área de alimentação estendese da costa do Estado de São Paulo até o Ceará.

As tartaruga-oliva, tartaruga-de-couro e tartaruga-de-pente são menos frequentes na área de estudo, com áreas de alimentação e desova específicas e mais afastadas.

Imagem 31: Tartaruga oliva

Imagem 30: Tartaruga verde





Foram identificadas áreas de desova — sendo algumas consideradas prioritárias de conservação de tartarugas marinhas, na área de estudo, sendo: litoral sul do Rio de Janeiro, litoral sul e norte de São Paulo, área de influência dos estuários Babitonga/Paranaguá/Iguape/Cananéia (litoral sul de São Paulo e Paraná) e o litoral de Santa Catarina.

· Recursos Pesqueiros

Na plataforma continental destaca-se a presença de peixes como a sardinha-verdadeira, anchoita, galo, palombeta, pescada e xixarro.

Imagem 33: Camarão-sete-barbas



Imagem 32: Sardinha



No talude e no oceano profundo destaca-se a presença de peixes migratórios como o bonito, albacora, prego, agulhão, espadarte e tubarões.

Nas proximidades do fundo também são encontrados muitos peixes com destaque para: corvinas, goete, peixe-sapo, merluza, abrótea, namorado, garoupas, cabrinha, linguado, badejo, além de outros organismos, como camarões.

A área de estudo é uma das mais produtivas do território brasileiro, sendo importante para a produção comercial pesqueira do país, com destaque para a pesca artesanal. Os principais recursos pesqueiros de valor econômico identificados na área de estudo incluem várias espécies de peixes ósseos, crustáceos e moluscos.

Dentre as espécies de maior importância comercial destacam-se a sardinha-verdadeira, anchoita, corvina, cavalinha, bonito-listrado, savelha, peixe-galo, espada, peixe-sapo, dentre outras. Além dos peixes, os camarões, mexilhões, lulas e polvos também são recursos pesqueiros relevantes na Bacia de Santos.

Em relação a grau de ameaça de extinção, na área de estudo são encontradas 37 espécies classificadas como ameaçadas de extinção a nível nacional e/ou global, sendo dessas, 36 de peixes e uma de crustáceo com importância comercial. A relação completa de recursos pesqueiros com importância comercial ameaçados de extinção é apresentada no quadro a seguir.

Recursos pesqueiros com importância comercial ameaçados de extinção

Agulhão branco · albacora / bandolim · anchova · atum-azul · badejo · badejo-amarelo · bagrebranco · batata · budião / peixe-papagaio · cação-anjo · cação-bico-de-cristal · cação-coralino · cação-fidalgo · cação-galhudo · cação-mangona · cação-noturno · caranha · cherne-poveiro · cherne-verdadeiro · garoupa / garoupa-são-tomé · garoupa-verdadeira · marlim-azul · mero · peixe-papagaio-cinza · peixe-porco (peroá) · raia-viola · tubarão-cambeva-pata · tubarão-mako · tubarão-martelo · tubarão-martelo-de-ponta-preta.

· Aves Marinhas

A área de estudo apresenta grande variedade de espécies de aves marinhas. Ocorrem na área tanto as aves costeiras, que vivem perto das praias, costões e ilhas, como as aves oceânicas, que vivem em alto mar e raramente pousam em terra.

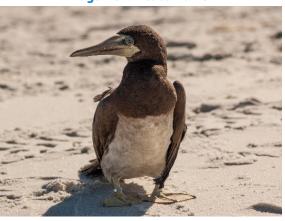
Ambientes litorâneos como praias, manguezais, e demais ambientes neríticos, sobre os domínios da plataforma continental, são associados a espécies costeiras. Dentre as espécies, destacamse gaivotas, atobás e trinta-réis.

No grupo de aves oceânicas estão os albatrozes, petréis, e demais espécies das famílias Procellaridae, Hydrobatidae, Diomedeidae, Fregatidae.

Algumas ilhas com atividade reprodutiva de aves marinhas na área de estudo são: as Ilhas Cagarras (RJ), Alcatrazes e Laje de Santos (SP), e Arquipélago dos Currais (PR), Ilha do Arvoredo e Itacolomis (SC), dentre muitas outras.

Ambiente nerítico: ambiente marinho pouco profundo, com profundidade até 200 metros (que corresponde à plataforma continental).

Imagem 34: Atobá Marrom



onte: CT/

A Bacia de Santos também recebe aves marinhas migratórias, tanto do hemisfério norte, como por exemplo o bobo-pequeno, trinta-réis-boreal, trinta-réis-ártico, como do hemisfério sul, como a pomba-do-cabo, albatroz-de-nariz-amarelo, albatroz-de-sobrancelha e alma-de-mestre.

Doze espécies de aves marinhas com ocorrência na Bacia de Santos são associadas a algum grau de ameaça de extinção: albatroz-gigante, albatroz-real, pardela preta, pardela-de-óculos, painho-de-cauda-furcada, saíra-sapucaia, albatroz-real-do-norte, albatroz-de-cabeça-cinza, albatroz-nariz-amarelo, piau-preto, albatroz-de-tristão e grazina-de-trindade.

· Mamíferos Marinhos

Os mamíferos marinhos que ocorrem na área de estudo pertencem ao grupo dos cetáceos (baleias, golfinhos e botos), dos pinípedes (focas, lobos, leões e elefantes marinhos) e mustelídeos (lontras).

Os pinípedes e mustelídeos apresentam distribuição costeira e não ocorrem nas áreas previstas para a atividade, além do talude continental. Os mamíferos marinhos tem uma importância na região da Bacia de Santos, não somente devido à variedade de espécies, mas também no seu papel crucial no equilíbrio do ecossistema marinho.

Dentre os cetáceos presentes na área de estudo destacam-se: baleia-de-bryde, baleia-franca-austral, baleias-bicudas, baleia-jubarte, cachalote, golfinho-nariz-de-garrafa ou boto, golfinho-pintado-pantropical, golfinho-de-clymene, golfinho-rotador, golfinho-pintado-do-atlântico, golfinho-comum, golfinho-de-fraser, golfinho-de-risso, orca, orca-pigmeia, falsa-orca, baleia-piloto-de-peitorais-curtas, golfinho-de-dentes-rugosos, boto-cinza, toninha, cachalote-anão e cachalote-pigmeu.

Compondo a lista de cetáceos, com algum grau de ameaça de extinção, presentes na área de estudo estão: baleia-minke-antártica, baleia-minke-anã, baleia-sei, baleia-de-bryde, baleia-azul, baleia-fin, baleia-jubarte, baleia-franca-do-sul, golfinho-de-fraser, toninha, boto-cinza, golfinho-pintado-do-atlântico, cachalote, baleia-bicuda-de-Arnoux e baleia-bicuda-de-frente-plana.

O período de migrações dos cetáceos ocorre principalmente nos meses de inverno (junho a setembro).

Baleia-franca-austral: é frequentemente observada próximo à costa em áreas de reprodução, mas migra e se alimenta em águas mais afastadas do litoral.

A espécie apresenta um padrão de migração sazonal característico entre as áreas de reprodução, durante o inverno, e de alimentação, durante o verão.

Baleia-fin e a baleia-sei: também migram dos polos para os trópicos no inverno. Têm sido registradas nas campanhas do Projeto de Monitoramento de Cetáceos realizadas desde final de 2015 na Bacia de Santos.

Imagem 35: Baleia-franca-austral



onte: UFF

Baleia-jubarte: migra pela costa brasileira anualmente entre os meses junho e novembro em direção ao Banco dos Abrolhos (entre os estados do Espírito Santo e Bahia para reprodução). São comuns a avistagem de baleia-jubarte na Área de Estudo.

Imagem 36: Baleia-jubarte



Cachalote: A espécie habita áreas oceânicas no sudeste e sul do Brasil – sobre a região da Bacia de Santos. Esses animais também têm sido observados nas campanhas do Projeto de Monitoramento de Cetáceos.

Imagem 38: Golfinhos



São registradas no Brasil a ocorrência de pinipedes, principalmente na Bacia de Santos, apesar de não existirem áreas reprodutivas de nenhuma dessas espécies no litoral do Brasil.

Há registros de quatro espécies na área de estudo, sendo essas: lobo-marinho-subantártico, lobo marinho do sul, leão-marinho-do-sul e elefante marinho-do-sul. Todos esses estão com algum grau de ameaça de extinção.

Imagem 37: Cachalote



Golfinhos: não são espécies migratórias e vivem durante todo o ano próximo da costa, especialmente em áreas abrigadas, como baías. O boto cinza e a toninha estão ameaçados de extinção.

Imagem 39: Lobo-marinho-subantártico



· Corais, Algas e Moluscos

Ecossistemas submersos, como recifes de coral, banco de algas e moluscos também foram estudados na região. Os recifes de coral são ambientes de elevada biodiversidade e sensibilidade.

Na zona costeira da área de estudo não se formam estruturas recifais, apenas espécies isoladas de coral nos costões rochosos. Os corais profundos são também um ecossistema bastante sensível e rico, e pouco conhecido.



Imagem 40: Banco de Algas Calcárias

As algas marinhas possuem grande biodiversidade na região, associadas aos frequentes costões rochosos, tanto na costa como nas ilhas costeiras. Pertencem basicamente a três grupos: algas vermelhas, pardas e verdes. São um grupo de grande importância ecológica já que sustentam a cadeia alimentar, além de servirem de substrato para muitas espécies de invertebrados.

Os bancos de moluscos, especialmente mexilhões, ocorrem com frequência nos costões rochosos da área de estudo. Nas áreas abrigadas e estuarinas destacam-se as ostras. Ambos são recursos naturais importantes para a população local.

A costa da Bacia de Santos tem registros importantes de espécies de coral formadoras de bancos, associadas aos costões rochosos entre os estados do RJ e SC. Já os corais de água profunda foram relatados em pequenos números dispersos ao longo Bacia de Santos. Por sua vez os bancos de algas e banco de moluscos foram registrados mais pontualmente ao longo da área de estudo.

Não há indicação de presença de comunidades de corais de águas profundas, banco de algas ou moluscos nas áreas onde serão implantadas as estruturas submarinas do Projeto. Para a instalação de estruturas em áreas de águas profundas, a Petrobras realiza levantamentos para garantir que não haja interferência com bancos de corais, algas e moluscos, utilizando técnicas de mapeamento do fundo e uso de imagens submarinas com veículos de operação remota (chamados de ROV).

Meio Socioeconômico

Foram avaliados, como área de estudo, 47 municípios, por critérios diversos, como: possuir instalações industriais ou integrarem rede de fornecedores previstas para serem utilizadas nas atividades do Projeto Etapa 4, serem possíveis recebedores de *royalties* ou por potenciais sobreposições de atividades de pesca ou turismo do município com as áreas afetadas pelo projeto (inclusive por derramamentos de óleo).

USO E OCUPAÇÃO DE SOLO E PRESSÕES SOBRE TERRITÓRIOS

No âmbito da socioeconomia, para caracterizar o uso e ocupação do solo na área de estudo e a pressão sobre esses foram levados em conta os seguintes critérios:

- · Distribuição espacial das instalações industriais e de apoio (bases de apoio marítimo, bases de apoio aéreo, além de gasodutos de escoamento e unidades de tratamento de gás natural);
- · Assentamentos humanos nas imediações dessas bases;
- · Presença de territórios de povos e comunidades tradicionais nos municípios da Área de Estudo.

De forma geral, a área de estudo já se encontra pressionada por demais empreendimentos instalados na Bacia de Santos. Diante disso, não se espera relevante acentuação nos conflitos socioeconômicos gerados pela expansão de atividades com o Projeto Etapa 4, embora represente mais uma demanda para alguns setores já bastante utilizados.

Deve-se considerar, porém, o efeito positivo da injeção de recursos nas administrações municipais em formato de *royalties* e participações especiais, evidenciando sua função enquanto fator dinamizador das economias locais.

Os processos de reprodução de valores e modos de vida de dada sociedade determinam as atividades praticadas no território e se manifestam sobre os assentamentos, sejam eles aglomerações urbanas ou não.

Considerando o Projeto Etapa 4, não se observou influência direta, assim como nenhuma das infraestruturas de apoio, sobre terras indígenas, quilombolas, em bens culturais protegidos e em áreas ou regiões de risco ou característico para malária, visto que ocorrerão em área *offshore* e a cerca de 200 km da costa.

Na área costeira da Bacia de Santos, foram identificadas 54 comunidades quilombolas: 4 no Espírito Santo, 36 no Rio de Janeiro e 14 em São Paulo, conforme apresentado no Quadro 08 a seguir.

Quadro 08: Comunidades Remanescentes de Quilombos

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS								
Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo						
4 comunidades nos municípios de: Guarapari e Itapemirim	36 comunidades nos municípios de: São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Quissimã, Cabo Frio/São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Araruama, Niterói, Magé, Rio de Janeiro, Mangaratiba, Angra dos Reis/Rio Claro, Angra dos Reis e Paraty	14 comunidades nos municípios de: Ubatuba e Cananéia						

Outro grupo social relevante no contexto regional da Bacia de Santos é a comunidade caiçara, que tem como principal atividade econômica, e algumas vezes de subsistência, a pesca artesanal e/ou a roça.

ECONOMIA

Um dos indicadores econômicos avaliados na área de estudo foi o **Produto Interno Bruto (PIB)**; especificamente dos municípios de São João da Barra, Macaé, Cabo Frio, Maricá, Niterói, Itaboraí e Rio de Janeiro e Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro; e Caraguatatuba, São Sebastião e Santos, no estado de São Paulo por fazerem parte, de forma relevante, da rede de fornecedores de insumos e serviços demandados durante as atividades do Projeto Etapa 4.

O Quadro 09 indica, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o ano de 2019, a composição do PIB dos municípios mencionados acima.

Produto Interno Bruto (PIB): mede o crescimento econômico, a partir da soma do valor de todos os serviços e bens produzidos na região.

Quadro 09: Composição do PIB municipal

VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (X1000) (R\$)										
SÉRIE REVISADA	ATIVIDADE ECONÔMICA									
SERIE REVISADA	Agricultura	Indústria	Serviços	Administração	TOTAL					
São João da Barra	43.291,54	3.627.401,23	3.458.849,61	435.780,83	7.565.323,21					
Macaé	46.901,38	4.204.961,69	6.333.972,84	2.717.770,13	13.303.606,04					
Cabo Frio	36.203,66	4.480.553,13	4.241.083,57	1.804.973,40	10.562.813,76					
Maricá	12.316,35	25.406.079,90	10.109.344,04	1.560.919,29	37.088.659,58					
Niterói	19.077,51	16.533.540,63	17.333.080,98	4.059.836,20	37.945.535,32					
Itaboraí	9.495,76	380.523,34	2.112.170,62	1.622.400,19	4.124.589,91					
Rio de Janeiro	86.011,25	36.657.075,12	184.727.809,05	50.192.408,24	271.663.303,66					
Angra dos Reis	48.396,93	3.141.176,38	4.363.243,12	1.753.732,17	9.306.548,6					
Caraguatatuba	3.538,37	1.649.228,24	15.485.142,34	2.366.233,88	19.504.142,83					
São Sebastião	12.085,56	206.953,5	2.241.920,59	611.340,24	3.072.299,89					
Santos	3.538,37	1.649.228,24	15.485.142,34	2.366.233,88	19.504.142,83					

A distribuição de rendas petrolíferas e a proporção que essas assumem no orçamento dos municípios com previsão de se tornarem beneficiários de *royalties* também foram identificadas, sendo essa variando de 0,99% a 61,31%, conforme gráfico a seguir:

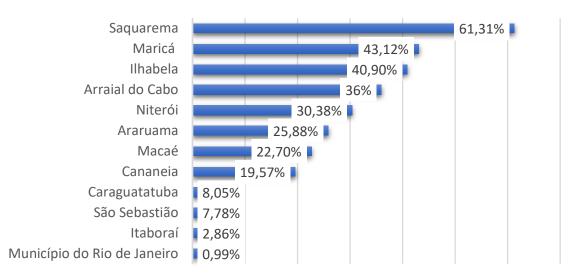


Gráfico 07: Percentual distribuição de rendas petrolíferas

0,00% 10,00% 20,00% 30,00% 40,00% 50,00% 60,00% 70,00%

TURISMO

O litoral sudeste do Brasil possui belas paisagens naturais, como Rio de Janeiro, Niterói e Santos, sendo utilizado por turistas para a prática do ecoturismo, atividade importante para a economia da região. Esses recursos naturais atraem para os municípios da área de estudo novos moradores, turistas e veranistas a procura de atividades de lazer, com destaque para os esportes náuticos.



Imagem 41: Cidade do Rio de Janeiro

A movimentação de pessoas em busca de lazer e qualidade de vida favorecem mercados, hotéis, restaurantes, serviços artesanais e, sobretudo, a construção civil.

O turismo de negócio também cresceu na última década, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro, Macaé e Santos. Isso se deve às atividades industriais e petrolíferas que demandam o deslocamento de profissionais de várias regiões do país e do exterior

PESCA ARTESANAL E AQUICULTURA

A pesca artesanal ocupa um importante papel socioeconômico e cultural nos municípios da área de estudo em que está presente. A atividade é caracterizada principalmente pela mão de obra familiar, com embarcações de pequeno porte e os equipamentos utilizados variam de acordo com a espécie a se capturar.

Grande parte dos municípios costeiros da Bacia de Santos apresentam atividades de pesca artesanal, especialmente nos seguintes municípios da Área de Estudo: Arraial do Cabo, Araruama, Saquarema, Maricá, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela.

A sardinha-boca-torta é de longe o principal recurso pesqueiro explotado pelas comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio de Janeiro, seguida por outras sardinhas, além de savelha e corvina.



Em São Paulo se destaca o camarão-sete-barbas e a manjuba-de-Iguape, como ilustrado a seguir.

Imagem 45: Camarão-sete-barbas



lmagem 46: Manjuba-de-Iguape



nte: CTA Fonte: G1.com/F

As comunidades de pesca artesanal que poderão ser afetadas pelo trânsito de embarcações de apoio são aquelas que pescam próximo das bases de apoio marítimo do Projeto Etapa 4, localizadas na Baía de Guanabara.

Ainda, as comunidades pesqueiras afetadas pela sobreposição com a rota das embarcações de apoio pertencem aos municípios de Maricá, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Duque de Caxias Rio de Janeiro, Arraial do Cabo, Araruama, Saquarema, Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty e os de São Paulo, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela.

Já as áreas de pesca que poderiam ser afetadas por um possível vazamento de óleo são dos municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo, Saquarema, Niterói, São Gonçalo, Rio de Janeiro, Paraty e Ubatuba.

Cinco municípios da área de estudo do estado do Rio de Janeiro apresentam áreas de aquicultura: Arraial do Cabo, Niterói, Itaguaí, Angra dos Reis e Paraty. Já no estado de São Paulo, foram identificados quatro municípios: Ubatuba, Caraguatatuba, Ilhabela e São Sebastião.

PESCA INDUSTRIAL

Também está presente na área de estudo a pesca industrial, que é organizada em uma cadeia produtiva que integra diferentes setores que se ocupam das etapas de captura, beneficiamento e comercialização do pescado. A atividade pesqueira industrial utiliza-se de embarcações mecanizadas, com alta capacidade de mobilidade e captura.

Na área de estudo, os peixes de maior volume desembarcado para o estado do Rio de Janeiro são: a sardinha-boca-torta, sardinha-laje, sardinha-verdadeira, savelhas, xereletes, bonito-listado e a cavalinha.





Já para os municípios da área de estudo localizados em São Paulo, os peixes que se destacaram foram corvina, peixeporco, pescada-foquete, pescadinha-real e camarão-rosa.

No estado do Rio de Janeiro, Cabo Frio, Niterói, São Gonçalo, Itaguaí, Angra dos Reis e Paraty apresentaram alguma atividade de pesca industrial.

No estado de São Paulo, apenas os municípios de Ubatuba e Ilhabela apresentaram alguma atividade de pesca industrial.

APÊNDICE B

RISCOS AMBIENTAIS E PLANOS DE EMERGÊNCIA

Assim como ocorre em todos os tipos de atividades, o Projeto Etapa 4 apresenta riscos associados. Para avaliar esses riscos foi realizado o estudo chamado Análise de Riscos Ambientais.

Neste estudo foram identificados e avaliados os possíveis cenários acidentais por meio de ferramentas, como a Análise Preliminar de Perigos e a Análise Preliminar de Riscos. O estudo analisou como e por quê os equipamentos envolvidos podem falhar e, em caso de falha, quais os perigos poderiam ocorrer para o meio ambiente. Foi verificada qual a probabilidade de animais, praias, cidades, comunidades e diversos outros elementos serem atingidos por óleo.

Com a identificação de todos os possíveis acidentes e das consequências dos vazamentos, foram realizados cálculos que analisaram se os riscos associados são aceitáveis.

De acordo com as características dos equipamentos utilizados no Projeto Etapa 4 e as consequências dos possíveis vazamentos, todos os riscos foram considerados aceitáveis. Porém, para reduzir mais a chance de acontecer um acidente, foi desenvolvido um Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR).

O Plano de Gerenciamento de Riscos contempla um conjunto de ações que têm por objetivo prevenir, reduzir e controlar os riscos. O plano indica as ações que devem ser tomadas diariamente e que irão contribuir para diminuir a probabilidade de ocorrência dos acidentes. Além disso, o plano contempla as medidas que serão tomadas para minimizar os impactos, caso ocorra algum acidente.

As principais ações do Plano de Gerenciamento de Riscos são:

- · Seguir os programas de manutenção e inspeção de equipamentos;
- · Realizar os testes nos sistemas de segurança;
- · Seguir o procedimento de permissão para trabalho para todos os serviços não cobertos pelos procedimentos operacionais existentes;
- · Monitorar a região nas proximidades das unidades de produção;
- · Identificar e informar a aproximação de outras embarcações que possam colocar em risco a sua integridade;
- · Seguir o procedimento de qualificação e avaliação periódica em segurança, meio ambiente e saúde ocupacional dos trabalhadores.

Mesmo com a baixa probabilidade de ocorrer acidentes com grande derramamento de óleo para o mar, as unidades de produção contam também com um Plano de Emergência Individual (PEI). Esse documento apresentam a descrição dos recursos disponíveis e procedimentos a serem seguidos em casos de emergência.

PLANOS DE COMBATE AO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NO MAR

Além de cada unidade de produção ter o seu próprio Plano de Emergência (PEI), a Petrobras conta também com o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo da Área Geográfica Bacia de Santos (PEVO-BS).

Os principais procedimentos do PEI e do PEVO-BS são:

- · Interrupção das atividades em caso de derramamentos;
- · Comunicação do derramamento às autoridades competentes;
- · Monitoramento, contenção e recolhimento de óleo;
- · Proteção de áreas vulneráveis;
- · Limpeza das áreas atingidas;
- · Coleta e disposição dos resíduos gerados nas ações de resposta.

Conhecer como o óleo se desloca contribui para a correta tomada de ações em caso de um vazamento. Para o entendimento de como ocorre o deslocamento do óleo e para onde ele pode ir, foram simulados em programas de computador os possíveis acidentes, resultado do estudo denominado Modelagem do Transporte e Dispersão de Óleo no Mar.

Depois de definido o cenário do acidente, o programa de computador simula, para todas as situações ambientais possíveis como o óleo se espalha sem nenhum tipo de ação das equipes da Petrobras ou qualquer outra barreira. Desta maneira são mapeadas as áreas mais sensíveis e as que podem ser atingidas. As simulações consideram diversos locais de risco de vazamento, localizados nas extremidades dos blocos marítimos onde são realizadas as atividades.

Os Planos de Emergência também apresentam como e quais equipamentos e materiais deverão ser utilizados para apoio às operações. Vale ressaltar que o uso de dispersantes químicos só é permitido com autorização do IBAMA, conforme estabelecido na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 269/00.

Para controlar um acidente com vazamento de óleo, a Petrobras conta com barcos de apoio, barreiras flutuantes (que são utilizadas para cercar o óleo derramado) e equipamentos que removem este óleo do mar e o envia para os tanques dos barcos de apoio.

Imagem 49: Ilustração barreiras flutuantes

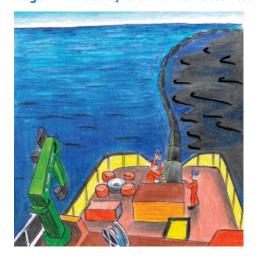


Imagem 50: Ilustração recolhimento



Fonte: Cartilha 2 - PEAT Regional Bacias Potiguar e do Ceará.

Se a ajuda dos barcos não for suficiente, a Petrobras conta com Centros de Defesa Ambiental (CDA) localizados no território brasileiro.

Os CDAs possuem equipamentos e pessoal treinado para agir imediatamente no caso de uma emergência com vazamento de óleo no mar.



Caso ocorram incidentes com embarcações de apoio à atividade quando estas não estiverem operando junto as unidades marítimas, será acionado o Plano de Emergência de Bordo de Poluição por Óleo (SOPEP). Toda embarcação tem kit SOPEP que são materiais absorventes pra caso de acidente, evitar que o óleo ou combustível vazado caia no mar.

Os planos também preveem a realização de treinamento de pessoal (treinamento teórico) e exercícios de resposta (simulado).

